Eco Turismo

DIAGNÓSTICO DO ECOTURISMO DE SERGIPE

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS – COOTUR

ARACAJU - SE

Daniela Santos Mesquita
Secretária de Estado do Turismo

Raquel Melo de Azevedo
Turismóloga e Coordenadora de Qualificação, Estruturação dos destinos e Produtos Turísticos

Thassia Luiza Santana Costa
Engenheira Ambiental CREA Nº 2715106610, MSc. em Geociências e Análises de Bacias, Especialista em Ecoturismo, Consultora Ambiental da Secretaria de Estado do Turismo e Responsável Técnica pela Elaboração do Plano

Juliane do Nascimento Fontes
Turismóloga da Secretaria de Estado do Turismo

Rodrigo Oliveira dos Santos
Estagiário em Turismo da Secretaria de Estado do Turismo

Aurora Vieira Santos Lima
Estagiária em Meio Ambiente da Secretaria de Estado do Turismo
Licenciada em Geografia
Msc. em Engenharia e Ciências Ambientais

Elias José da Silva
Téc. em Guia de Turismo esp. em Atrativos Naturais e Operador de Ecoturismo.
CADASTUR – 38.093.573/0001-80
Secretário Geral, CENTRO DA TERRA – Grupo Espeleológico de Sergipe

Anne Milene Machado Andrade
Téc. em Guia de Turismo esp. em Atrativos Naturais
CADASTUR – 26.750157.85-7
Turismóloga, CENTRO DA TERRA – Grupo Espeleológico de Sergipe

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão territorial dos Polos Turísticos de Sergipe. Fonte: SETUR, 2025 14
Figura 2: ARIE da Serra da Miaba em Campo do Brito. (Fonte: SETUR,2024) 24
Figura 3:ARIE da Serra da Miaba em São Domingos e Campo do Brito. (Fonte: SETUR,2024) 24
Figura 4: ARIE da Cachoeira de Macambira. (Fonte: SETUR,2024) 25
Figura 5: ARIE da Pedra da Arara em Macambira. (Fonte: SETUR,2024) 25
Figura 6: Metodologia do Diagnóstico do Projeto de Ecoturismo de Sergipe. 32
Figura 7: Quadro com resumo metodológico a ser utilizado nas Consultas Públicas. Fonte: (Autor, 2025)... 35
Figura 8: **MÉTODO HÍBRIDO PARTICIPATIVO** (presencial, digital, escuta ativa no território). 37
Figura 9: Resumo de pontos positivos e pontos negativos. 45
Figura 10: Riacho da Cachoeira do Lajedão. **Fonte:** os autores, 2025. 47
Figura 11: Impactos observados na trilha. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025. 47
Figura 12: Cachoeira do Lajedão. **Fonte:** os autores, 2025. 48
Figura 13: Pórtico do MONA da Grota do Angico, 2. Vegetação nativa, 3. Recurso hídrico Local, 4. Missa do Cangaço. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025. 50
Figura 14: Fluxograma de Ações para o desenvolvimento das atividades de Ecoturismo no Vale dos Mestres. **Fonte:** SETUR-SE. 51
Figura 15: Processo de confecção e instalação do pórtico do Vale dos Mestres e sinalização da trilha. **Fonte:** arquivo Centro da Terra – Grupo Espeleológico de Sergipe, 2025. 52
Figura 16: Potenciais ecoturísticos em Canindé de São Francisco/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025. 54
Figura 17: Bica da Cidade de Itaporanga D'Ajuda. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 56
Figura 18: Represa da Xinduba 57
Figura 19: Ponte da Linha Férrea (Pontilhão). Fonte: compilado pelos autores, 2025. 58
Figura 20: Bica do povoado Nova Descoberta. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025. 60
Figura 21: Ilha Mem de Sá. Fonte: os autores, 2025. 61
Figura 22: Potenciais ecoturísticos em Itaporanga D'Ajuda/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025. ... 62
Figura 23: Observação de Vida Silvestre no Santuário da Mata em Itaporanga D Àjuda. Fonte: Santuário da Mata. 63
Figura 24: Atrativos naturais do município de Riachão do Dantas. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 64
Figura 25: Impactos observados nos atrativos naturais do município de Riachão do Dantas. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 65
Figura 26: Potenciais ecoturísticos em Riachão do Dantas/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025. 66
Figura 27: Mata da Boacica. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 67
Figura 28: Tanque da Rua e Fonte dos Padres. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 68
Figura 29: Ruínas da antiga Fazenda Mato Grosso. 69
Figura 30: Mapeamento do trecho na trilha da Mata da Boacica em Divina Pastora/SE. **Fonte:** desenvolvido pelos autores, 2025. 70
Figura 31: REBIO de Santa Isabel no trecho de Pirambu. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 72
Figura 32: Povoado Alagamar. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 73
Figura 33: Cachoeira do Roncador. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 74
Figura 34: Ecomuseu do Roceiro. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 75
Figura 35: Potenciais ecoturísticos em Pirambu/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025. 76
Figura 36: Ponte da Comcombeia. Fonte: os autores, 2025. 78
Figura 37: Brejão da Itioca. **Fonte:** os autores, 2025. 79
Figura 38: Lagoa das Piranhas. Fonte: os autores, 2025. 80
Figura 39: Boca da Barra. Fonte: os autores, 2025. 81
Figura 40: Ponta dos Mangues e Ilha dos Pescadores. Fonte: os autores, 2025. 82
Figura 41: Mirante do Robalo. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 83
Figura 42: Potenciais ecoturísticos em Pacatuba/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025. 84
Figura 43: Trilha no povoado Porto do Mato (Projeto Ecotech). **Fonte:** compilado pelos autores, 2025. 85
Figura 44: Rota do Peixe-Boi-Marinho. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 86
Figura 45: Potenciais ecoturísticos em Estância/SE (Rota do Peixe-Boi-Marinho). **Fonte:** desenvolvido pelos autores, 2025. 87

Figura 46: Potenciais ecoturísticos em Estância/SE (povoado Porto do Mato). Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025. 88
Figura 47: Buraco de Maria Pereira e Pedra do Rapel. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 90
Figura 48: Serra da Tabanga vista do rio São Francisco. Fonte: os autores, 2025. 91
Figura 49: Pedra do Gavião e acesso para as pinturas rupestres da Genipatuba. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 92
Figura 50: Pedra do Diogo. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025. 93
Figura 51: Serra da Melancia. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 94
Figura 52: Potenciais ecoturísticos em Gararu/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025. 95
Figura 53: Igreja da Jaciobá. Fonte: os autores, 2025. 97
Figura 54: Quilombo Mocambo e Capela Santa Cruz. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025. 98
Figura 55: Aldeia Xokó. Fonte: compilado pelos autores, 2025. 99
Figura 56: Antigo Casarão do assentamento São José. **Fonte:**compilado pelos autores, 2025. 100
Figura 57: Potenciais ecoturísticos em Porto da Folha/SE. **Fonte:** desenvolvido pelos autores, 2025. 101
Figura 58: Trilha do Manguezal. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025. 103
Figura 59: Igreja de São José e tamarindeiro. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025. 104
Figura 60: Mangueira da TV. **Fonte:** os autores, 2025. 105
Figura 61: Prainha da Ponte.**Fonte:** compilado pelos autores, 2025. 106
Figura 62: Potenciais ecoturísticos em Indiaroba/SE (povoado Terra Caída). **Fonte:** desenvolvido pelos autores, 2025. 107
Figura 63: Definição da Poligonal da Rota da Farinha. **Fonte:** Secretaria de Estado do Turismo. Diagnóstico Simplificado da Rota da Farinha, 2020. 109
Figura 64: Cachoeira de Macambira no Município de Campo do Brito e Macambira. : SETUR,2022. 110
Figura 65: Pedra da Arara próximo as divisas dos Municípios de Macambira e Lagarto. SETUR,2022. 111
Figura 66: Poço 17 ao final da Trilha da Serra da Miaba no município de Campo do Brito. SETUR,2022. 111
Figura 67: Vista da Serra da Miaba, na estrada antes de iniciar a trilha. SETUR,2022. 112
Figura 68: Cachoeira do Saboeiro em Lagarto. SETUR, 2026 112
Figura 69: Fazenda Castelo. **Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento e Turismo 113
Figura 70: Fazenda e Engenho São Félix.**Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento e Turismo 114
Figura 71: Turistas em passeio no Crasto/SE. Fonte: Moradores do Crasto, 2026. 115
Figura 72: Placa do Sítio Arqueológico do Bode. **Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento e Turismo 118
Figura 73: Placa do Sítio Arqueológico do Caju.**Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento e Turismo 118
Figura 74: Mapa situacional da Localização da Pedra da Urça. Fonte: Secretaria de Estado do Turismo, 2026. 119
Figura 75: Serra de Itabaiana vista da cidade de Areia Branca. Fonte: Arquivo NGI ICMBio Itabaiana - Ibura, 2026. 121
Figura 76: Pórtico de acesso principal do PARNASI e atrativos naturais do Setor Poço das Moças. **Fonte:** Arquivo CENTRO DA TERRA, 2025 - compilado pelos autores. 122
Figura 77: Pórtico de acesso ao setor Poço das Moças e infraestruturas de sinalização e apoio. **Fonte:** Arquivo CENTRO DA TERRA, 2025 - compilado pelos autores. 123
Figura 78: Acesso e atrativos naturais do Setor Rio das Pedras. **Fonte:** Arquivo CENTRO DA TERRA, 2025 - compilado pelos autores. 124
Figura 79: Mapeamento dos principais atrativos ecoturístico do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI). Fonte: elaboração SETUR,20264 125
Figura 80: Imagens de trechos da trilha da Cachoeira Poção de Pedras. SETUR 2026. 2
Figura 81: Mapeamento dos principais atrativos ecoturístico do Município de Nossa Senhora de Lourdes. Fonte: elaboração SETUR,2026. 2
Figura 82: Mapa de identificação da UC Mata do Junco e trilhas em Capela (SEMAC/SETUR) 5
Figura 83: Mapa de localização – Projeto Tamar 6
Figura 84: Mapa de localização – APA Morro do Urubu 9
Figura 85: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE CANINDÉ NA VT-1 11
Figura 86: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE CANINDÉ NA VT-1.2 11
Figura 87: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE CANINDÉ NA VT-1.3 12
Figura 88: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE CANINDÉ NA VT-1.3 12
Figura 89: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D`ÀJUDA 13
Figura 90: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA 13

Figura 91: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA 14
Figura 92: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE GARARU 14
Figura 93: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE INDIAROBA 15
Figura 94: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE PACATUBA 15
Figura 95: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE PACATUBA 16
Figura 96: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE PIRAMBU 16
Figura 97: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA 17
Figura 98: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO DANTAS 17

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ficha Técnica do Projeto de Ecoturismo previsto no Planejamento Estratégico do Estado de Sergipe. 7
Quadro 2: Quadro de Visitas Técnicas realizadas no âmbito do projeto. 33
Quadro 3: Quadro contendo o cronograma temporal de todas as ações do Projeto de Ecoturismo de Sergipe 36
Quadro 4: Apresentação dos dados e das tipologias identificadas no projeto. (Fonte: autor, 2025) 43

Sumário

1. APRESENTAÇÃO 8
2. DIAGNÓSTICO SIMPLIFICADO REALIZADO A PARTIR DE AÇÕES DA META ACIMA CITADA E DO DIAGNÓSTICO LEVANTADO PELA SETUR EM PARCERIA COM O CENTRO DA TERRA... 13
2.1. POLO VELHO CHICO 15
2.2. POLO SERRAS SERGIPANAS 20
2.3. POLO COSTA DOS COQUEIRAIS 26
2.4. POLO DOS TABULEIROS 28
2.5. POLO SERTÃO DAS ÁGUAS 29
3. METODOLOGIA ABORDADA NO DIAGNÓSTICO (ETAPA 1 E 2) 31
3.1. ETAPA 1 31
3.2. MÉTODO DO GEORREFERENCIAMENTO 32
3.3. ETAPA 2 34
3.4. CRONOGRAMA TEMPORAL DAS AÇÕES 36
3.5. MÉTODO DAS CONSULTAS PÚBLICAS 36
4. RESULTADOS 37
4.1. CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO – CACHOEIRA DO LAJEDÃO 46
4.2. ITAPORANGA D'AJUDA 54
4.3. RIACHÃO DO DANTAS – PALMARES 64
4.4. DIVINA PASTORA 66
4.5. PIRAMBU 70
4.6. PACATUBA 76
4.7. ESTÂNCIA 84
4.8. GARARU 88
4.9. PORTO DA FOLHA 95
4.10. INDIAROBA – Pontal 101
4.11. ROTA DA FARINHA (CAMPO DO BRITO, SÃO DOMINGOS E MACAMBIRA) 107
4.12. SANTA LUZIA DO ITANHY – CRASTO 112
4.13. ITABAIANA/AREIA BRANCA 119
4.14. NOSSA SENHORA DE LOURDES 125
4.15. CAPELA_MATA DO JUNCO 3
4.16. ARACAJU 5
5. ROTEIROS PROPOSTOS PELOS MUNICÍPIOS VISITADOS 10
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 18
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 21
8. ANEXOS 25
8.1. OFÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO 25
8.2. FORMULÁRIOS DE CAMPO (AMBIENTAL E TURÍSTICO) 35

FICHA TÉCNICA DO PROJETO_	
PROJETO DE LEI DO ECOTURISMO DE SERGIPE	
ÓRGÃOS EXECUTORES:	**SETUR/CENTRO DA TERRA**
PRODUTO 2:	**DIAGNÓSTICO DO ECOTURISMO**
CATEGORIA (S) DE ATIVIDADES:	AÇÃO GOVERNAMENTAL PARA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ECOTURISMO.
LOCALIZAÇÃO E DESTINO TURÍSTICO:	POLOS TURÍSTICOS
META DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:	**MB.25.02. Aprovar a lei do Ecoturismo em Sergipe**
OBJETIVOS:	1- Consolidar o diagnóstico final das potencialidades regionais dos atrativos ecoturísticos de Sergipe; 2- Revisar, alterar e aprimorar a primeira versão da Minuta de Lei do Ecoturismo do Estado de Sergipe; 3- Realizar consultas públicas de consolidação do diagnóstico e da minuta de Lei e do Zoneamento das Áreas Potenciais em Ecoturismo; 4- Concluir a versão final da minuta de lei a ser encaminhada para Secretaria Legislativa do Governo para revisão e consolidação.

Quadro 1: Ficha Técnica do Projeto de Ecoturismo previsto no Planejamento Estratégico do Estado de Sergipe.

1. APRESENTAÇÃO

A abordagem do ecoturismo é vista como uma forma de gerar novos valores e atitudes voltadas para a preservação da vida e a conservação do meio ambiente, sendo cada vez mais reconhecida como uma necessidade. Ao se associar à implementação de práticas educativas que transcendem os limites acadêmicos, ela se alinha à vivência das ações sociais e dos movimentos organizados que buscam melhorar a qualidade de vida das comunidades, ao mesmo tempo em que protegem os recursos naturais.

De acordo com o manual Ecoturismo: Orientações Básicas (MTUR, 2010), o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. O ecoturismo é uma ferramenta legal, e embora o Brasil não apresente uma legislação específica, alguns estados criaram seus próprios instrumentos legais para ordenar e regulamentar o turismo de natureza, de modo a consolidar o uso sustentável nesses territórios, a exemplo do estado de São Paulo, com a Lei nº 10.892, de 20 de setembro de 2001, que dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável, além dos estados de Goiás, Amazonas, Espírito Santo, Pernambuco, Mato Grosso e Minas Gerais, que também dispõem de suas respectivas leis.

Outra lei importante e significativa para fortalecer a visitação turística com viés do ecoturismo é a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Ainda no contexto de atuação em âmbito Federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) desempenha um papel crucial na regulação do ecoturismo no Brasil, especialmente em áreas protegidas, estabelecendo normas e diretrizes para atividades de ecoturismo em Unidades de Conservação (UCs), promovendo práticas sustentáveis que protejam a biodiversidade; exigindo que operadores e outros prestadores de serviços de ecoturismo obtenham licenças específicas para operar em UCs, garantindo que as atividades estejam de acordo com as normas ambientais e de segurança; realizando

avaliações de impacto ambiental para garantir que as atividades não prejudiquem os ecossistemas locais; monitorando as atividades de ecoturismo para assegurar que os operadores cumpram as regulamentações; promovendo ações de educação ambiental para turistas e operadores, enfatizando a importância da conservação e do respeito às normas; enfim, atuação fundamental para equilibrar a atividade turística com a conservação ambiental, garantindo que as belezas naturais do Brasil sejam preservadas para as futuras gerações.

Considerando que em Sergipe, conforme dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMAC), existem 6 (seis) Unidades de Conservação (UC) estaduais, e conforme consulta aos dados do ICMBio, mais 4 (quatro) Unidades de Conservação Federais no estado, dentre elas um único Parque Nacional, o Parque Nacional Serra de Itabaiana, que recebe significativo fluxo de visitação. Considerando-se ainda a previsão de criação do primeiro Mosaico de Unidades de Conservação municipais, que abrangerá o complexo da Serra da Miaba, congregando três Unidades de Conservação recém criadas, na categoria de ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico, nos municípios de Campo do Brito, Macambira e São Domingos, torna-se evidente que para as Unidades de Conservação de uso sustentável ou mesmo de proteção integral que admitem a visitação pública, esses territórios de belezas cênicas apontam o cenário positivo para a ampliação organizada do ecoturismo em Sergipe.

Os dados da SEMAC apresentam ainda um diagnóstico sintético sobre a visitação turística nas Unidades de Conservação Estaduais de Sergipe, bem como as ações de gestão, estruturação e padronização de trilhas, destacando a atuação da sua Gerência de Áreas Protegidas e Florestas na gestão de UCs majoritariamente de uso sustentável, além de duas unidades de proteção integral que admitem visitação sob controle da gestão.

A visitação turística é registrada principalmente por meio de Autorizações de Visitação, com destaque para o Monumento Natural Grota do Angico e o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, totalizando, em 2025, um estimado de 3.192 visitantes, reconhecida a existência de subnotificação em função de visitas informais e fluxos não autorizados.

No âmbito da infraestrutura e operação, são realizadas ações contínuas de manutenção de trilhas e sedes, com acompanhamento por Condutores Ambientais locais capacitados, assegurando segurança, qualidade da experiência e adoção de práticas sustentáveis. Entre os projetos em execução, destaca-se a Trilha do Pau-brasil, no RVS Mata do Junco, implantada em parceria com o Instituto Federal de Sergipe, em conformidade com os parâmetros da Rede Nacional de Trilhas, especialmente quanto à sinalização e segurança.

Conclui-se que a SEMAC dispõe de uma estrutura técnica consolidada para a gestão da visitação turística, com ações sistemáticas de manutenção, equipes capacitadas, projetos alinhados a parâmetros nacionais e disponibilidade institucional para colaborar com a SETUR no fortalecimento do ecoturismo e do turismo de base comunitária em Sergipe, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável dos territórios e comunidades locais.

Ressalta-se que no Brasil e no mundo as atividades de ecoturismo e turismo de natureza estão se tornando cada vez mais potencialmente promissoras, porque se baseiam fundamentalmente no propósito da retomada do homem ao convívio com o ambiente natural e de sua conexão com a natureza. Com isso, promove-se uma maior conscientização através da educação ambiental e da interpretação, para o fomento de um objetivo maior: a conservação e a colaboração no enfrentamento às mudanças climáticas.

A elaboração desse projeto objetiva, sobretudo, promover a integração do diagnóstico preliminar com a realidade dos territórios envolvidos, especialmente no contexto dos Polos Turísticos sergipanos.

Tendo sido uma iniciativa da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), o projeto se fortalece por meio do Termo de Cooperação Técnica instituído como instrumento legal de trabalho, entre a SETUR e o CENTRO DA TERRA – Grupo Espeleológico de Sergipe, uma Organização da Sociedade Civil com Título de Utilidade Pública Estadual e atuação socioambiental desde sua criação, em 2002, que com toda sua expertise vem desenvolvendo várias frentes de trabalhos que fortalecem o ordenamento do turismo em áreas naturais de Sergipe.

Dentre suas ações e projetos em destaque estão o “Pró Cavernas Laranjeiras” que visou o levantamento do potencial turístico relacionado às cavernas do município de Laranjeiras, em 2014; O “Projeto Expedição Centro da Terra – Conhecendo as Cavernas no Meio Ambiente”, executado em caráter de convênio com o Governo Federal em 2015, contemplou 10 municípios e capacitou 150 multiplicadores ambientais; O “Projeto Ativos Ambientais”, em 2016, que visou identificar os ativos ambientais (remanescentes florestais, cavernas, sítios arqueológicos e paleontológicos, paisagens de beleza cênica relevante) potencialmente turísticos, existentes na área da Votorantim Cimentos/Unidade Laranjeiras; Entre 2016 e 2024 coordenou uma equipe nas ações da FPI São Francisco – Fiscalização Preventiva Integrada, um programa continuado e permanente que visa preservar os recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Foi durante a FPI que se obteve um dos resultados altamente positivos para o ecoturismo em Sergipe, que foi o procedimento fiscalizatório coordenado pelo CENTRO DA TERRA que culminou na Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, obrigando o fechamento do Vale dos Mestres, em Canindé de São Francisco, até que se garantisse o cumprimento de ações de ordenamento da visitação.

Ainda sobre sua atuação, desde 2021 a instituição está envolvida como consultora voluntária e membro do Grupo de Trabalho no projeto Rota da Farinha, uma nova rota turística que está sendo instituída com foco na produção das casas de farinha nos municípios de Macambira, Campo do Brito e São Domingos, associada às potencialidades turísticas naturais da Serra da Miaba. O CENTRO DA TERRA vem auxiliando nas ações e orientações relativas à visitação e estruturação nas áreas naturais da rota, bem como nos estudos técnicos da SETUR em parceria com a SEMAC, Banco do Nordeste e prefeituras de Campo do Brito, Macambira e São Domingos, ações estas que fazem parte também do planejamento para instituir um mosaico de Unidades de Conservação (UCs) na Serra da Miaba.

De 2021 a 2022, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo, executou o projeto “Ordenamento e Manejo da Visitação em Áreas Naturais do Município de Canindé de São Francisco”, tendo sido contemplados dois atrativos, sendo a Cachoeira do Lajedão e o Vale dos Mestres. No caso do Vale dos Mestres, o projeto entregou como resultados o diagnóstico da trilha, estudos de capacidade de carga e o projeto de infraestrutura de apoio

à visitação, com planta do centro de visitantes, pórtico de entrada, estacionamento, área de camping, estando atualmente a implantação dessas estruturas sob encargo da SETUR.

Entre os meses de março e maio de 2022 executou a capacitação de Condutores de Visitantes e ordenamento das trilhas no Monumento Natural Grota do Angico, por intermédio da SEMAC, e no período de julho a dezembro do mesmo ano, a mesma capacitação novamente em Canindé de São Francisco, por intermédio da prefeitura municipal. O curso de Condutores em Canindé de São Francisco foi uma etapa do projeto de Ordenamento da Visitação em áreas naturais do município que contemplou o Vale dos Mestres.

Já em 2023 executou o projeto de "Levantamento da Malha de Trilhas na Fazenda Jacoquinha", para o futuro Eco Park Jacoca, em Macambira, onde está localizada a cachoeira; e no mesmo ano firmou Acordo de Cooperação com o ICMBio NGI Itabaiana-Ibura (Núcleo de Gestão Integrada Parque Nacional Serra de Itabaiana e Floresta Nacional do Ibura) para auxiliar no ordenamento da visitação no PARNA Serra de Itabaiana, onde vem realizando ações de capacitação de comunidades locais, planejamento e manejo de trilhas, implantação de sistema de sinalização conforme parâmetros da Rede Nacional de Trilhas.

Por fim, entre fevereiro de 2024 e março de 2026, executou o "Subprojeto de ordenamento turístico para conservação do patrimônio espeleológico em Unidades de Conservação federais dos Estados de Sergipe, Bahia e Alagoas", integrante do Projeto "TCCE ICMBio/VALE: Compensação Espeleológica", realizado por meio do Termo de Compromisso: Vale S.A., Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade (ICMBio), com Gestão Operacional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) tendo como Parceiro Local o CENTRO DA TERRA. No citado projeto a ONG foi responsável por entregar como produtos duas novas turmas capacitadas no Curso de Formação de Condutores de Visitantes, instalação de pórticos de entrada e sinalização nas trilhas do Parque Nacional Serra de Itabaiana, no Vale dos Mestres e na Fazenda Mundo Novo, dentro do Monumento Natural do Rio São Francisco.

Diante do exposto, reforça-se, sobretudo, o papel do estado na administração direta, através de suas competências, destacando-se a importância da articulação com organizações

da sociedade civil e governos municipais visando fortalecer a promoção econômica de comunidades locais, através das potencialidades dos próprios territórios, considerando principalmente a sustentabilidade contínua dessas ações. Desse modo, promover a Lei do Ecoturismo do Estado de Sergipe, e definir princípios, diretrizes e mapeamento territoriais, corrobora com a execução de políticas públicas de curto, longo e médio prazos e fortalece o planejamento e o desenvolvimento das atividades do turismo sustentável, por sensibilizar seus envolvidos acerca dos benefícios da conservação dos ambientes.

Conclui-se, apresentando nos próximos tópicos, o planejamento da ação, que é continuação da meta "Elaboração de documento técnico para orientar a elaboração da primeira Minuta de Lei do Ecoturismo do Estado de Sergipe", definido no Planejamento Estratégico do Governo, sobre a competência da SETUR. As próximas etapas serão cruciais para a consolidação das informações obtidas.

2. DIAGNÓSTICO SIMPLIFICADO REALIZADO A PARTIR DE AÇÕES DA META ACIMA CITADA E DO DIAGNÓSTICO LEVANTADO PELA SETUR EM PARCERIA COM O CENTRO DA TERRA

Desde 2004, o Brasil passou a adotar oficialmente a regionalização do turismo como estratégia central de atuação na política turística, visando organizar, planejar e desenvolver o setor de forma descentralizada e eficaz em todo o território nacional. Essa regionalização foi formalizada como programa pela Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013, do Ministério do Turismo (MTur), que instituiu o Mapa do Turismo Brasileiro. (MTur, 2022)

O objetivo dessa regionalização é definir áreas com potencial turístico para orientar políticas públicas, atrair investimentos, fortalecer a gestão e distribuir recursos federais, estaduais e municipais de forma mais estratégica. O Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento de gestão integrado ao Programa de Regionalização do Turismo. Ele divide os estados em regiões turísticas (Polos) com base em critérios técnicos e de potencial turístico, como: características culturais, históricas e naturais, fluxo turístico; estrutura de serviços e equipamentos, integração territorial e econômica. Esses critérios são definidos em conjunto pelo Ministério do Turismo, secretarias estaduais de turismo e instâncias de governança (como fóruns estaduais e regionais), com participação de municípios e outros atores locais.

Apesar de consolidada a divisão territorial de Sergipe, algumas alterações e modificações ocorrem todos os anos, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC BRASIL), o mapa é atualizado periodicamente com a participação dos órgãos estaduais e municipais, assim como das instâncias de governança regional, a exemplo do Fórum Estadual de Turismo de Sergipe (FORTUR). Essa governança tem papel importante para aprovar, revisar e orientar a atualização dos Polos e municípios integrados, além de adequar o mapa às realidades locais e às mudanças no setor.

A partir dessa política nacional, Sergipe foi dividido em cinco Polos turísticos, reunindo municípios com características similares ou complementares, considerando aspectos geográficos, históricos, culturais e econômicos. Os cinco Polos são: **Polo Velho Chico, Polo dos Tabuleiros**, **Polo Serras Sergipanas, Polo Sertão das Águas**, **Polo Costa dos Coqueirais** (Figura 01).



POLO COSTAS DOS COQUEIRAIS	POLO VELHO CHICO	POLO DAS SERRAS SERGIPANAS	POLO DOS TABULEIROS	POLO SERTÃO DAS ÁGUAS
Aracaju	Amparo de São Francisco	Areia Branca*	Capela*	Arauá
Barra dos Coqueiros	Canhoba	Frei Paulo*	Divina Pastora*	Boquim*
Brejo Grande	Canindé de São Francisco	Itabaiana*	Japaratuba	Cristinápolis*
Estância	Cedro de São João	Macambira	Muribeca	Itabaianinha
Indiaroba	Gararu	Pedra Mole	Nossa Senhora das Dores*	Lagarto*
Itaporanga d'Ajuda	Ilha das Flores	Ribeirópolis*	Riachuelo*	Pedrinhas
Laranjeiras	Itabi	São Domingos	Rosário do Catete	Riachão do Dantas
Nossa Senhora do Socorro	Japoatã	São Miguel do Aleixo	Santa Rosa de Lima*	Salgado*
Pacatuba	Monte Alegre de Sergipe	Campo do Brito	São Francisco	Simão Dias
Pirambu	Neópolis	Carira	Siriri*	Tobias Barreto*
	Nossa Senhora da Glória	Feira Nova	Aquidabã*	Umbaúba*
	Nossa Senhora de Lourdes	Malhador	Carmópolis*	Poço Verde
		Moita Bonita*	Cumbe*	Tomar do Geru*
		Nossa Senhora		

Figura 1: Divisão territorial dos Polos Turísticos de Sergipe. Fonte: SETUR, 2025

Cada Polo agrega municípios que compartilham vocações e potencialidades turísticas específicas — por exemplo, o Velho Chico está ligado ao turismo fluvial e aos Cânions do São Francisco; o Costa dos Coqueirais possui forte componente litorâneo; e o Serras Sergipanas se destaca por seus aspectos naturais e geomorfologia

caracterizada por relevo serrano, fundamental para a umidade e clima (chuvas), recursos hídricos e biodiversidade, predominando alto potencial para o ecoturismo. Embora essas potencialidades predominantes existam, as mesmas não são estáticas e podem se moldar com o tempo e com as mudanças mercadológicas que operam o turismo.

Outra característica peculiar que destaca os Polos das Serras Sergipanas e do Velho Chico está associada à sua importância científica para a geologia mundial.

> A Serra da Miaba, no Polo das Serras, localizada na região centro-oeste do estado de Sergipe e o Vale dos Mestres no Polo Velho Chico, no extremo noroeste, além de comporem importantes pontos turísticos de Sergipe podem ser interpretados como a memória do ambiente de formação de rochas, de onde é possível extrair informações sobre climas glaciais e interglaciais na história geológica não só do Estado, mas de escala global. Contudo, apesar do tema ser muito debatido na literatura científica e de grande relevância para as discussões sobre aquecimento global, é pouco conhecido pelo grande público e por turistas. (Figueiredo et al., 2023, p.81).

2.1. POLO VELHO CHICO

O Polo Velho Chico configura-se como um importante recorte territorial para o planejamento do turismo no estado de Sergipe, estruturado a partir da valorização dos recursos naturais, culturais e paisagísticos associados ao rio São Francisco. A criação desse Polo insere-se no contexto das políticas públicas de regionalização do turismo, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico dos municípios integrantes por meio da atividade turística planejada e integrada. Conforme destacam Alexandre e Coriolano (2011), o Polo Velho Chico surge como uma estratégia de reorganização territorial voltada à indução do turismo, alinhada às diretrizes do Plano Nacional de Turismo, buscando fortalecer a articulação entre os municípios e ampliar os benefícios econômicos, sociais e ambientais para a região. Nesse contexto, o turismo assume papel estratégico como vetor de desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que demanda ações de planejamento capazes de mitigar impactos negativos e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais e culturais que fundamentam a atratividade do Polo.

Ainda, o Polo engloba 17 municípios situados no norte do estado de Sergipe, sendo eles: Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Itabi, Nossa Senhora

de Lourdes, Canhoba, Amparo do São Francisco, Telha, Cedro de São João, Própria, Japoatã, Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória.

O Polo Velho Chico que percorre o alto sertão até o baixo São Francisco, registra o bioma Mata Atlântica, nas regiões costeiras e estuarinas, sobretudo nas proximidades do baixo São Francisco, que atua como eixo estruturador da paisagem e dos ecossistemas locais, com áreas de transição para predominância do bioma Caatinga. Como destacado no estudo, a região se caracteriza pela "alta diversidade natural e cultural (vegetação, clima, relevo, solo, manifestações culturais, funções urbanas e rurais) em pouco espaço territorial" (ALEXANDRE & CORIOLANO, p. 7), o que reforça seu potencial turístico e a necessidade de um planejamento que considere a sustentabilidade ambiental e a capacidade de suporte do destino.

O município de Canindé de São Francisco é um dos principais destinos turísticos de Sergipe, detentor de uma diversidade de atrativos, com destaque para o patrimônio arqueológico e áreas naturais, muitas delas inseridas em duas Unidades de Conservação na categoria de Monumento Natural, sendo uma federal e outra estadual - Monumento Natural do Rio São Francisco e Monumento Natural Grota do Angico, respectivamente - além de outras áreas legalmente protegidas, como APPs (Áreas de Preservação Permanente), a exemplo da Cachoeira do Lajedão, que está no raio previsto pelo Código Florestal a ser protegido como áreas de estabilização do Rio São Francisco, onde em seu entorno existe um amplo território de caatinga preservada, mas sob ameaças constantes de atividades econômicas não compatíveis com a conservação da fauna e flora local.

Já o Vale dos Mestres, que está dentro do Monumento Natural do Rio São Francisco, uma categoria de Unidade de Conservação que permite, dentre outras atividades, o uso público por meio de visitas caracterizadas como educativas ou de ecoturismo, possui grande potencial para tais atividades. Por sua vez, tais atividades têm grande poder de conscientização ambiental e de geração de renda para as comunidades locais, desde que sua grade esteja alinhada com os princípios de sustentabilidade, além do cumprimento de regras e diretrizes previstas em legislação específica.

O Polo Velho Chico apresenta um conjunto diversificado de atrativos turísticos que extrapolam os destinos mais consolidados, como Canindé de São Francisco, evidenciando

um território marcado pela integração entre recursos naturais, culturais e históricos. O rio São Francisco constitui o principal eixo estruturador do Polo, desempenhando papel central na organização do espaço turístico regional. Ao longo de seu curso, o rio possibilita atividades de turismo fluvial, lazer e contemplação, além de sustentar praias fluviais sazonais, que se configuram como importantes áreas de recreação nos municípios ribeirinhos, a exemplo de Porto da Folha e Poço Redondo (ALEXANDRE; CORIOLANO, 2011; BRASIL, 2010).

No campo do turismo cultural e histórico, destaca-se a forte presença de elementos associados ao cangaço, especialmente no Monumento Natural Grota do Angico, onde se localizam sítios históricos, trilhas e espaços simbólicos relacionados à trajetória de Lampião. Esses atrativos fortalecem a identidade territorial do Polo Velho Chico e contribuem para a diversificação da oferta turística, promovendo a valorização da memória e da cultura local (ALEXANDRE; CORIOLANO, 2011).

Outros municípios que também se destacam para o aprofundamento das investigações e para a potencialização das atividades de ecoturismo no Polo Velho Chico são Nossa Senhora da Glória, Gararu, Poço Redondo, Porto da Folha e Nossa Senhora de Lourdes, os quais apresentam áreas naturais com características favoráveis ao desenvolvimento desse segmento turístico. A análise da literatura e das características geográficas regionais indica que os municípios de Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe apresentam potencial para atividades de ecoturismo associadas aos seus sistemas naturais, destacando-se a presença do Rio Capivara, curso d'água que nasce na divisa entre esses dois municípios e percorre parte do território do Alto Sertão sergipano, constituindo um dos afluentes do Rio São Francisco no estado. Ao longo de seu percurso, o rio estabelece conexões hidrográficas e paisagísticas que se estendem até o município de Porto da Folha, onde deságua nas proximidades do povoado Ilha do Ouro, possibilitando a articulação territorial entre esses espaços por meio de trilhas, percursos rurais e atividades de visitação associadas à paisagem sertaneja e aos recursos hídricos regionais. Em Nossa Senhora da Glória existem localidades inseridas em áreas de caatinga ainda relativamente preservadas, margeando pequenos cursos d'água que apresentam potencial para a implantação de trilhas e atividades de contemplação da paisagem natural (ANA, 2024; CPRM, 2020).

No município de Poço Redondo, além da ocorrência de sítios paleontológicos registrados no Alto Sertão sergipano, destaca-se a presença da comunidade quilombola na Serra da Guia, localizada na extensão da Serra Negra, formação serrana de maior altitude do estado de Sergipe e que abriga, em seu topo, os Brejos de Altitude que são enclaves de Mata Atlântica inseridos no domínio da Caatinga, considerados uma fitofisionomia de destaque no Nordeste brasileiro por configurarem áreas núcleo de relevante importância para a preservação da biodiversidade. Em Porto da Folha destaca-se o povoado tradicional ribeirinho da Ilha do Ouro, situado às margens do Rio São Francisco e associado a práticas culturais e atividades de visitação relacionadas à paisagem fluvial. Já no município de Nossa Senhora de Lourdes sobressai-se a localidade conhecida como Poção de Pedras, onde se encontra uma das maiores cachoeiras do estado de Sergipe, cuja queda d'água só se apresenta durante o período chuvoso, constituindo um importante atrativo natural sazonal (ANA, 2024; CPRM, 2020).

Recentemente a Secretaria de Meio Ambiente de Gararu em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Ações Climáticas (SEMAC) realizou os trabalhos técnicos necessários para a criação da Unidade de Conservação da Serra da Melancia, uma área que possui uma flora muito representativa da caatinga e um percurso bem promissor para o ecoturismo no município. No trabalho realizado através do mapeamento de pontos potenciais para trilhas em Gararu, a Secretaria de Estado do Turismo observou inclusive a presença de pinturas Rupestres na Pedra do Diogo e potencial trilhas na vegetação da APP do Rio São Francisco que perpassa

O Polo também reúne expressivo potencial para o ecoturismo e o turismo de natureza, associado às paisagens típicas do bioma Caatinga, às formações rochosas, mirantes naturais e áreas propícias à realização de trilhas e atividades de baixo impacto ambiental. Conforme discutem os estudos sobre turismo e território, a apropriação turística desses espaços deve estar vinculada a estratégias de planejamento que conciliam conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais, evitando processos de degradação e de exclusão social (ALEXANDRE; CORIOLANO, 2011; SILVA; CORIOLANO, 2013).

Além disso, o turismo rural e comunitário emerge como uma alternativa relevante para o desenvolvimento local no Polo Velho Chico, ao incorporar práticas tradicionais, manifestações culturais, saberes locais e a gastronomia típica sertaneja. Essa modalidade de

turismo favorece a geração de renda e o fortalecimento das comunidades locais, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação das identidades territoriais e culturais, conforme apontam os estudos que relacionam turismo, território e políticas públicas (SILVA; CORIOLANO, 2013).

Dessa forma, a diversidade de atrativos turísticos presentes no Polo reforça a necessidade de um planejamento territorial integrado, capaz de articular os diferentes municípios e segmentos turísticos, promovendo o desenvolvimento regional de forma equilibrada e sustentável. Tal abordagem é fundamental para assegurar que o turismo atue como vetor de desenvolvimento socioeconômico, sem comprometer os recursos naturais e culturais que sustentam a atratividade do Polo (BRASIL, 2010; ALEXANDRE; CORIOLANO, 2011).

Do ponto de vista ambiental, o Polo Velho Chico está majoritariamente inserido no bioma Caatinga, característico do semiárido nordestino, apresentando paisagens marcadas por vegetação xerófita, solos rasos e elevada sazonalidade climática. Ao longo do rio São Francisco, entretanto, observa-se a presença de ambientes diferenciados, como áreas de mata ciliar, várzeas e ilhas fluviais, que conferem maior diversidade ecológica ao território. Esses ambientes desempenham papel fundamental na manutenção da biodiversidade local e no suporte às atividades econômicas e turísticas, especialmente aquelas associadas ao turismo fluvial e de natureza.

A interação entre as características socioeconômicas e ambientais do Polo Velho Chico evidenciam a necessidade de um planejamento territorial integrado, capaz de conciliar o desenvolvimento turístico com a conservação dos ecossistemas da Caatinga e das áreas ribeirinhas do rio São Francisco. A valorização sustentável desses biomas, associada ao fortalecimento das economias locais e à inclusão das comunidades tradicionais no processo de desenvolvimento turístico, é fundamental para que o turismo atue como vetor de redução das desigualdades socioeconômicas e de promoção do desenvolvimento regional sustentável no Polo.

Conforme consta no PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Velho Chico, a análise do mercado turístico local enfrenta a ausência de um sistema de informações oficiais consistente e atualizado. O governo estadual não dispõe de dados sistematizados sobre os principais aspectos do setor turístico para subsidiar o planejamento e as políticas públicas, nem para orientar investidores privados sobre as

condições do mercado. As informações disponíveis referem-se principalmente a Aracaju e municípios do entorno, havendo carência de levantamentos ou pesquisas turísticas para o restante do estado, especialmente no Polo Velho Chico. Essa lacuna torna fundamental a construção de uma base de dados no curto prazo para apoiar o desenvolvimento integrado da região (PDITS, 2012).

2.2. POLO SERRAS SERGIPANAS

O Polo Serras Sergipanas caracteriza-se por um conjunto de atrativos turísticos fortemente associados às paisagens serranas, à diversidade ambiental e ao patrimônio histórico-cultural do interior do estado de Sergipe. Diferentemente dos Polos estruturados a partir do turismo litorâneo ou fluvial, o Polo Serras Sergipanas apresenta como principal elemento estruturador o relevo, que favorece a formação de mirantes naturais, áreas de clima mais ameno e paisagens de grande valor cênico, especialmente nos municípios de Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, Macambira e São Domingos (BRASIL, 2010).

Entre os principais atrativos naturais do Polo destaca-se a Serra de Itabaiana, área de reconhecida importância ambiental e científica, protegida pelo único Parque Nacional do estado de Sergipe - o Parque Nacional Serra de Itabaiana - Unidade de Conservação federal gerida pelo ICMBio, que com mais de 8 mil hectares, congrega as serras de Itabaiana, Comprida, Cajueiro e Mata do Cafuz, concentrando trilhas, formações rochosas, nascentes, riachos, cachoeiras e mirantes amplamente utilizados para atividades de ecoturismo, turismo de aventura e educação ambiental. A presença desse maciço serrano confere ao Polo forte potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas associadas à natureza, desde que pautadas em estratégias de uso sustentável e conservação dos ecossistemas locais (SÁ, 2018).

O turismo religioso também se apresenta como um segmento relevante no Polo Serras Sergipanas, especialmente no município de Itabaiana, reconhecido regionalmente pelas romarias e festividades religiosas que atraem visitantes de diferentes partes do estado e do Nordeste. Essas manifestações reforçam o papel do turismo como elemento de valorização das práticas culturais e da identidade local, ao mesmo tempo em que impulsionam a economia dos municípios envolvidos (SÁ, 2018; SILVA; CORIOLANO, 2013).

Além disso, o Polo possui expressivo potencial para o turismo rural e cultural, associado às atividades agrícolas tradicionais, à gastronomia típica e às festas populares, que

fortalecem os vínculos entre turismo e território. Conforme apontam os estudos sobre planejamento turístico, a valorização dessas práticas contribui para a diversificação da oferta turística e para a geração de renda em escala local, especialmente quando associada a políticas públicas integradas e à participação das comunidades locais (SILVA; CORIOLANO, 2013).

Dessa forma, o Polo Serras Sergipanas consolida-se como um território turístico marcado pela interação entre natureza, cultura e práticas sociais, cuja exploração turística demanda planejamento territorial integrado, capaz de equilibrar desenvolvimento econômico, conservação ambiental e preservação dos valores culturais. Essa abordagem é fundamental para garantir que o turismo atue como vetor de desenvolvimento sustentável e de fortalecimento das identidades locais no interior sergipano (BRASIL, 2010).

Do ponto de vista socioeconômico, o Polo Serras Sergipanas é caracterizado por municípios com economias predominantemente sustentadas por atividades tradicionais, como a agricultura, o comércio local e os serviços, apresentando limitada diversificação produtiva. Nesse contexto, o turismo é compreendido como uma atividade complementar, com potencial para contribuir para a geração de renda, dinamização econômica e fortalecimento das economias locais, sobretudo em períodos de eventos religiosos, festividades culturais e visitação a áreas naturais.

No entanto, estudos apontam que o desenvolvimento turístico no Polo enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, à qualificação da mão de obra e à articulação entre os municípios, o que limita a capacidade do turismo de promover impactos socioeconômicos mais amplos e duradouros. Conforme destaca Sá (2018), a consolidação do Polo Serras Sergipanas como destino turístico demanda maior integração entre planejamento territorial e políticas públicas, de modo a reduzir desigualdades e ampliar os benefícios sociais associados à atividade turística.

Do ponto de vista ambiental, o Polo Serras Sergipanas situa-se em área de transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga, especialmente nas regiões serranas e de maior altitude. Essa configuração confere ao território elevada diversidade paisagística e ambiental, marcada pela presença de formações vegetais diferenciadas, nascentes e microclimas mais amenos, como observado na Serra de Itabaiana. A diversidade de ambientes naturais constitui um importante elemento para o desenvolvimento do turismo de natureza e do

ecoturismo no Polo, ao mesmo tempo em que impõe desafios relacionados à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais. Conforme destacam os estudos sobre planejamento turístico, a valorização desses ambientes deve estar associada a estratégias de gestão territorial que conciliam a atividade turística com a preservação dos biomas e da biodiversidade local (BRASIL, 2010; SÁ, 2018).

Conforme informações do CENTRO DA TERRA, parceira na elaboração do presente projeto, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 21/2023 com o ICMBio, com vigência de 24 meses a partir de 15 de maio de 2023. O acordo tem como objetivo a cooperação mútua para a realização de ações voltadas ao diagnóstico, recuperação, controle e ordenamento da visitação em Unidades de Conservação federais no estado de Sergipe. No âmbito desse acordo, destacam-se as ações direcionadas prioritariamente ao Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI), dada a relevância ambiental e paisagística e por apresentar intenso fluxo de visitantes.

O Parque Nacional Serra de Itabaiana é um dos destinos naturais mais visitados de Sergipe, atraindo turistas, estudantes, pesquisadores e praticantes de ecoturismo. Apesar de se tratar de uma Unidade de Conservação, a existência de múltiplos acessos dificulta o controle e o ordenamento do uso público, favorecendo a ocorrência de visitas desordenadas e práticas incompatíveis com as diretrizes do ecoturismo. De acordo com o Plano de Manejo, o parque foi subdividido em cinco setores de interesse para a visitação, considerando suas características ambientais, atrativos naturais e formas de uso.

Os setores identificados incluem áreas com poços naturais, cachoeiras, trilhas, mirantes e ambientes de elevada fragilidade ambiental. Entre eles, destacam-se o Setor Poço das Moças, marcado pela grande concentração de atrativos e problemas relacionados ao acesso irregular; o Setor Rio das Pedras, com alto potencial turístico, porém com uso desordenado; Setor Mata do Encantado, mais preservado, mas sob pressão antrópica; Setor Serra Comprida, pouco utilizado para esportes e lazer, mas também sem controle de acesso; e o Setor Topo da Serra de Itabaiana, área de extrema sensibilidade ambiental.

De acordo com as informações obtidas na Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), ainda no Polo das Serras, existem as recém criadas Unidades de Conservação Municipais, incorporadas na Rota da Farinha. Sendo a Rota da Farinha uma proposta de destino turístico de Sergipe que vem se fortalecendo, detentora de uma diversidade de

potencialidades naturais de alta relevância para uma área de ecótono entre a Mata Atlântica e a Caatinga, na Serra da Miaba, com relevante biodiversidade e destaque para os recursos hídricos que se apresentam através de riachos, poços, cachoeiras e rios no território.

A Serra da Miaba possui áreas naturais de grande potencial para o ecoturismo, congregando um patrimônio ambiental de extrema importância para conservação e para além da Rota da Farinha, foram propostas e recentemente criadas Unidades de Conservação na categoria de Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) nos municípios de São Domingos, Macambira e Campo do Brito, através dos seguintes decretos municipais:

- Lei Municipal nº 418/2025 de 26 de junho de 2025 - Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Serra da Miaba no Município De São Domingos.
- LEI 689/2025 DE 19 de Março de 2025 - Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Pedra da Arara e Cachoeira de Macambira, no Município de Macambira.
- Lei Municipal nº 572/2025 DE 25 de abril de 2025 - Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Serra da Miaba II no município de Campo do Brito.

As poligonais das UCs estão abaixo apresentadas (Figura 2,3, 4 e 5):

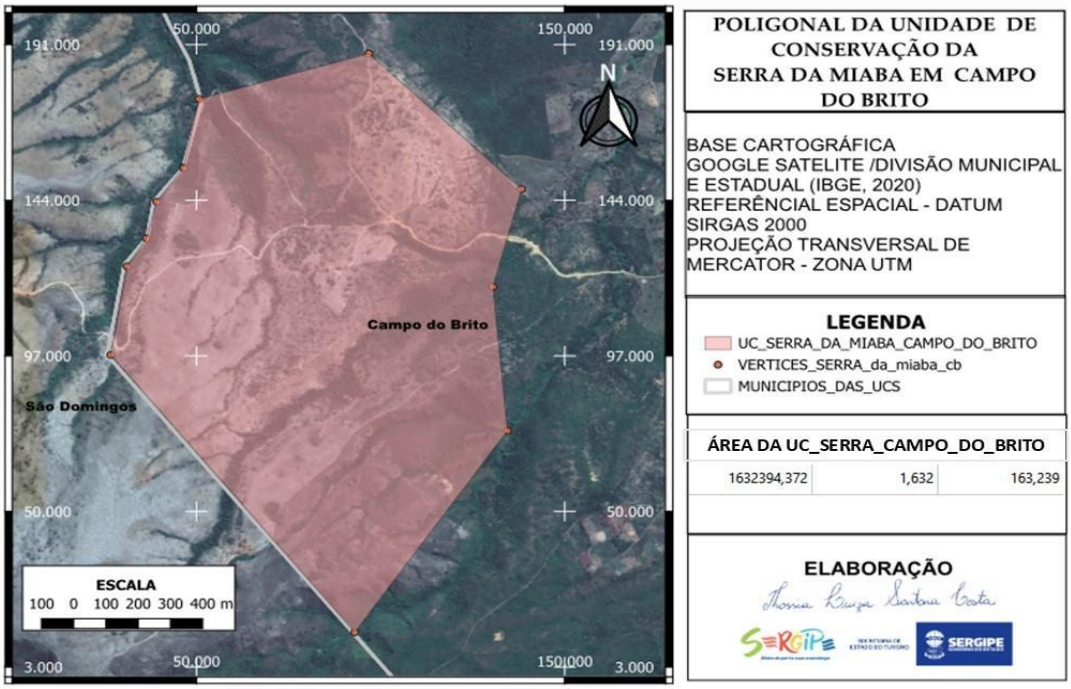


Figura 2: ARIE da Serra da Miaba em Campo do Brito. (Fonte: SETUR,2024)

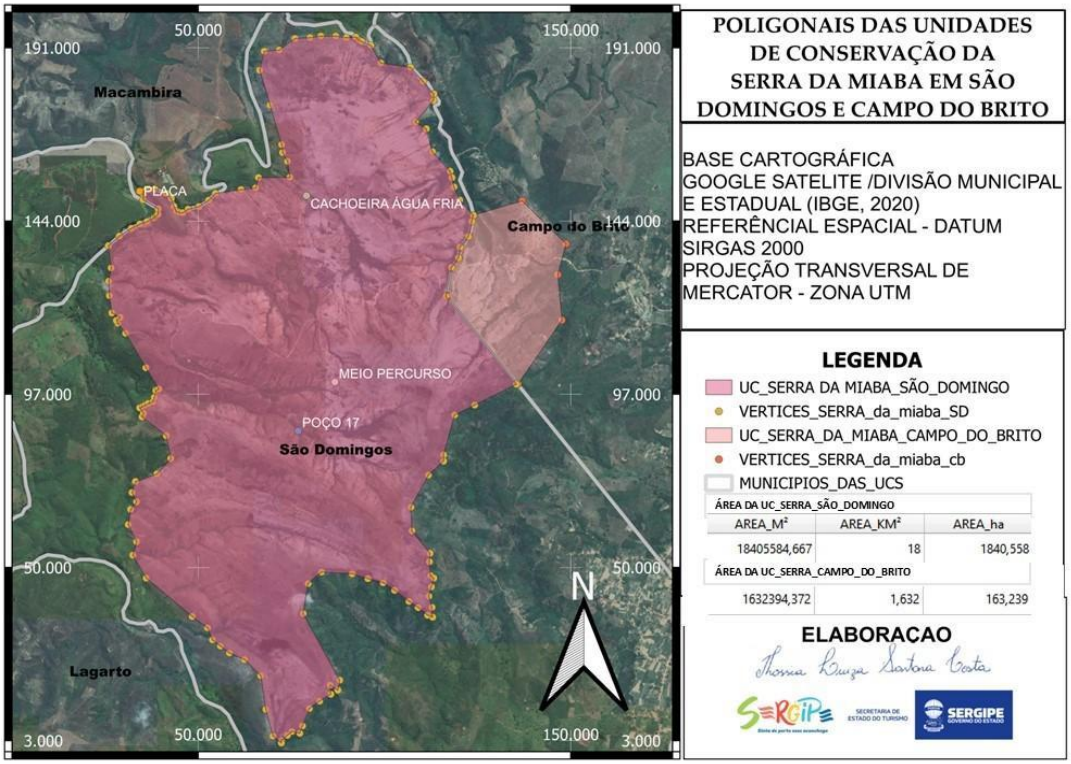


Figura 3:ARIE da Serra da Miaba em São Domingos e Campo do Brito. (Fonte: SETUR,2024)

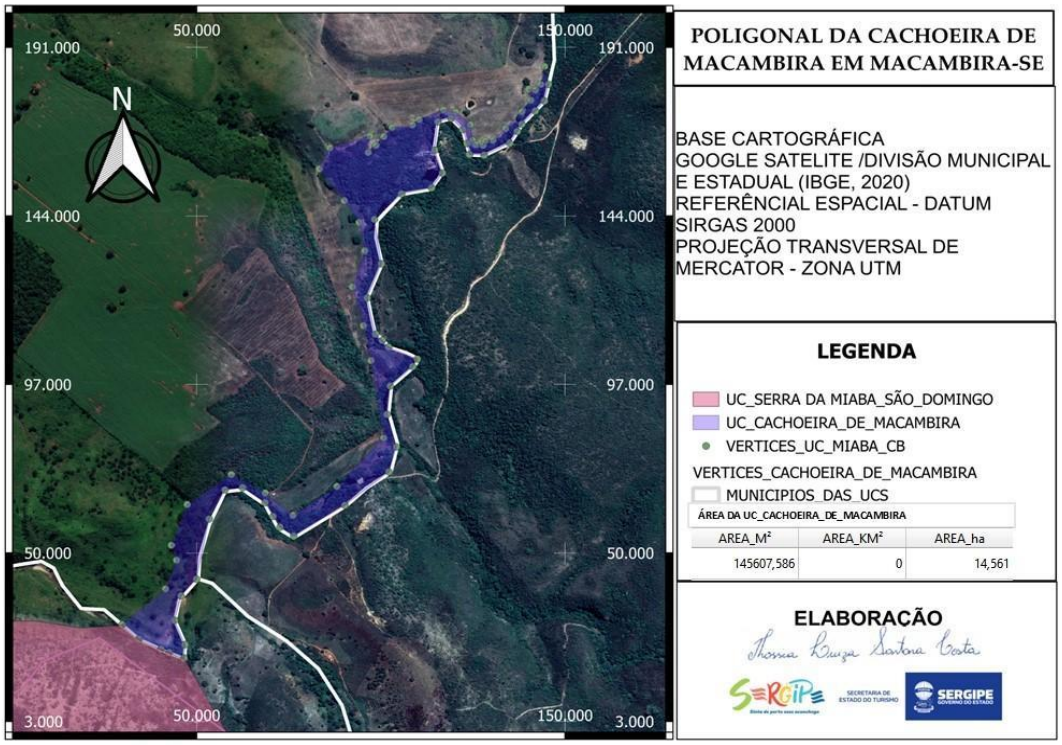


Figura 4: ARIE da Cachoeira de Macambira. (Fonte: SETUR,2024)



Figura 5: ARIE da Pedra da Arara em Macambira. (Fonte: SETUR,2024)

O Polo das Serras se destaca também por estar atraindo iniciativas privadas que começam a se organizar para ofertar serviços no território, a exemplo do futuro Ecopark Jacoca no entorno da Cachoeira de Macambira, bem como o Cabana Tekoha, hospedagem

no município de Itabaiana, no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana, assim como o restaurante Mirante da Serra em São Domingos, apontando, ainda que de forma muito sutil, que serviços turísticos estão se fortalecendo no entorno das áreas naturais mais significativas desse Polo. Tais iniciativas, entre tantas outras possíveis, destacam a importância da implementação da Lei Estadual de Ecoturismo.

2.3. POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

O Polo Costa dos Coqueirais foi instituído em 1992 como uma unidade de planejamento estratégico, servindo de base para as intervenções do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE) em Sergipe. Sua criação vincula-se estreitamente à necessidade de adequação do Estado às diretrizes de órgãos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando viabilizar a captação de aportes financeiros para infraestrutura e fortalecimento institucional. Do ponto de vista da gestão, a governança regional consolidou-se em 2001 com a fundação do Conselho de Turismo do Polo, sob coordenação do Banco do Nordeste (BNB), buscando promover a integração entre as esferas pública, privada e a sociedade civil. Territorialmente, o Polo apresentou uma dinâmica de configuração volátil: partindo de 12 municípios em sua gênese, atingiu a marca de 18 localidades em 1997, até fixar-se em sua composição atual de 13 municípios litorâneos após o desmembramento que originou o Polo Velho Chico em 2003.

Apresenta uma organização territorial estratégica, subdividida em três trechos operacionais que facilitam o planejamento e a gestão turística regional. O Trecho 1 (Área Central) constitui o núcleo de maior densidade urbana e serviços, englobando Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. O Trecho 2 (Litoral Sul) caracteriza-se pela presença de Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda e Santa Luzia do Itanhy, enquanto o Trecho 3 (Litoral Norte) é composto por Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu. Juntos, esses trechos ocupam cerca de 18% da superfície do estado de Sergipe, consolidando um corredor turístico que se estende por 163 km de costa, onde se concentra a principal oferta de atrativos naturais, culturais e equipamentos de suporte ao setor.

Configura-se como um mosaico socioambiental complexo, estabelecido predominantemente sob o domínio do bioma Mata Atlântica. Segundo Santos (2009), a

diversidade do patrimônio natural da região transcende a cobertura florestal latifoliada, abrangendo restingas, manguezais, campos de dunas, enclaves de Cerrado e áreas de Caatinga, que se integram a um sistema de Unidades de Conservação. Dentre as fitofisionomias de maior relevância, destacam-se os manguezais estuarinos dos rios Piauí, Real, Vaza-Barris e Sergipe; estes atuam como berçários biológicos essenciais à manutenção da pesca local e ao equilíbrio ecossistêmico (SILVA, 2012). Complementarmente, as restingas e dunas, com maior expressão nos municípios de Pirambu, Pacatuba e Estância, desempenham funções vitais de proteção costeira e abrigo para a biodiversidade.

No contexto dos remanescentes florestais, o Polo abriga porções significativas de Mata Atlântica, com destaque para a Floresta Nacional do Ibura, em Nossa Sra. do Socorro, uma Unidade de Conservação federal gerida pelo ICMBio; a Reserva Ecológica do Crasto, em Santa Luzia do Itanhy, uma das áreas mais preservadas do estado; e a APA do Morro do Urubu, em Aracaju. Singulariza-se, ainda, a zona úmida denominada Pantanal Sergipano, em Pacatuba, que, em seus 40 km² de extensão, oferece uma paisagem de alta beleza cênica e biodiversidade propícia ao ecoturismo (SILVA, 2012). Todo esse patrimônio ambiental, somado à paisagem icônica dos coqueirais que se desenvolvem sobre Neossolos quartzarênicos, encontra amparo legal em instrumentos como a Reserva Biológica de Santa Isabel, em Pirambu, e as APAs do Litoral Norte e Sul, que visam mitigar os impactos da ocupação humana e promover o desenvolvimento sustentável.

O Polo também é marcado por profundos contrastes socioterritoriais, concentrando aproximadamente 50% da população sergipana, com Aracaju exercendo a função de principal centralidade urbana ao abrigar mais de 28% dos habitantes do estado (SANTOS, 2009).

Esta concentração demográfica na área central acentua as disparidades na dimensão urbana e de infraestrutura: enquanto a capital apresenta serviços consolidados, dez dos treze municípios do Polo enfrentam precariedade extrema no esgotamento sanitário e na gestão de resíduos sólidos. Conforme Technum Consultoria (2013), municípios como Pacatuba e Santa Luzia do Itanhy registram taxas de coleta de lixo inferiores a 50%, frequentemente recorrendo a lixões a céu aberto, o que compromete a qualidade dos recursos hídricos e a sustentabilidade do destino turístico. Além disso, a pressão imobiliária para condomínios de

veraneio e a expansão da carcinicultura geram conflitos pelo uso do solo, ameaçando ecossistemas de restinga e territórios de populações tradicionais.

No que tange à dimensão social, o Polo revela uma "esquizofrenia territorial"[1] (SILVA, 2012), onde o desenvolvimento do turismo coexiste com indicadores de alta vulnerabilidade. Municípios como Brejo Grande apresentam alguns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, contrastando com a infraestrutura turística da capital. A região abriga ainda um importante patrimônio cultural representado por oito comunidades quilombolas, distribuídas em municípios como Laranjeiras e Barra dos Coqueiros, que enfrentam desafios para preservar seus traços socioculturais diante da expansão urbana (TECHNUM CONSULTORIA, 2013). A carência de mão de obra qualificada, o desequilíbrio na oferta de serviços de saúde e a concentração do policiamento turístico (CPTur) majoritariamente na capital reforçam a dependência do interior em relação ao centro urbano, evidenciando a necessidade de políticas públicas que integrem as periferias rurais e litorâneas ao ciclo de desenvolvimento regional.

2.4. POLO DOS TABULEIROS

O Polo dos Tabuleiros configura-se como uma unidade estratégica de planejamento turístico em Sergipe, situada em uma zona de transição entre o Médio Sertão e o Leste Sergipano. Composto por 17 municípios entre os quais se destacam Capela, Japaratuba, Aquidabã e Maruim, este Polo foi estruturado sob a lógica da homogeneidade geográfica e do potencial de complementaridade de seus atrativos. Ambientalmente, a região detém ativos de alta relevância, como o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Capela, que representa um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do estado, com 766 hectares (TECHNUM CONSULTORIA, 2013). No âmbito cultural, o Polo consolida-se através do Circuito das Festas Juninas, onde tradições populares de municípios como Muribeca e Capela funcionam como vetores de fluxo turístico e identidade local. Concebido como um espaço geoeconômico, o Polo dos Tabuleiros busca integrar a conservação de seus fragmentos florestais à força de suas manifestações culturais, visando uma gestão

[1] O termo "esquizofrenia territorial", discutido por Santos (2009) com base na teoria de Milton Santos, refere-se à coexistência de espaços modernizados pelos vetores da globalização com áreas marcadas pela exclusão social. No Polo Costa dos Coqueirais, essa patologia manifesta-se na disparidade entre a infraestrutura turística de Aracaju e a precariedade de serviços básicos (como saneamento e coleta de lixo) nos municípios periféricos, evidenciando uma "nova ordem" econômica que se instala sem integrar a vida social da população local (SANTOS, 2009; TECHNUM CONSULTORIA, 2013).

descentralizada que articule infraestrutura e desenvolvimento social para fortalecer o turismo de natureza e eventos no interior sergipano.

O Polo dos Tabuleiros caracteriza-se por uma singular convergência entre tradições seculares e enclaves industriais de relevância nacional. No âmbito social, a região é depositária de um valioso patrimônio imaterial, personificado no "Modo de Fazer" da Renda Irlandesa de Divina Pastora, é reconhecido pelo IPHAN em 2009 como pilar de identidade e autonomia feminina (IPHAN, 2014). Essa riqueza cultural estende-se a Japaratuba, centro efervescente de grupos folclóricos e berço de Arthur Bispo do Rosário, cuja memória influencia o cenário das artes visuais e tradições locais. Urbanisticamente, as cidades da região refletem uma transição histórica: a herança arquitetônica dos antigos engenhos de açúcar convive com a moderna infraestrutura do extrativismo mineral e petrolífero, com destaque para Carmópolis, detentora do maior campo terrestre de petróleo do Brasil, e Rosário do Catete, sede da única mina de potássio em atividade no país (G1, 2025; TECHNUM CONSULTORIA, 2013).

Entretanto, esse vigor econômico contrasta com desafios estruturais severos. O fluxo massivo de eventos sazonais, como os festejos juninos e a peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora Divina Pastora — que atrai cerca de 100 mil fiéis anualmente —, exerce pressão sobre uma infraestrutura urbana ainda deficitária (PREFEITURA DE DIVINA PASTORA, [s.d.]). Conforme apontado pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), o Polo enfrenta gargalos críticos no saneamento básico e na gestão de resíduos sólidos, com a persistência de lixões e o descarte de efluentes *in natura* que ameaçam a bacia do rio Sergipe (TECHNUM CONSULTORIA, 2013). Assim, a gestão do Polo dos Tabuleiros demanda um planejamento que harmonize a produtividade das torres de petróleo e minas de potássio com a preservação do seu tecido social histórico e a qualificação ambiental do seu território.

2.5. POLO SERTÃO DAS ÁGUAS

O Polo Sertão das Águas configura-se como uma das principais unidades de planejamento turístico e econômico de Sergipe, reunindo municípios inseridos predominantemente nas mesorregiões Centro-Sul e Sul Sergipano (SANTOS, 2009). Seguindo as diretrizes de regionalização do Governo de Sergipe e do Ministério do Turismo, sua conformação atual para fins de gestão pública e classificação no Mapa do Turismo Brasileiro inclui os

municípios de Boquim, Cristinápolis, Itabaianinha, Lagarto, Salgado, Tobias Barreto, Tomar do Geru e Umbaúba (GOVERNO DE SERGIPE, s.d.; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2025).

A identidade territorial desse Polo é marcada por características socioculturais e econômicas distintas. Salgado, conhecida como "Cidade das Águas", destaca-se pelo Balneário Público Municipal, cuja água subterrânea, enriquecida por minerais como cloreto de sódio e magnésio, é tradicionalmente associada a propriedades terapêuticas que atraem visitantes em busca de lazer e bem-estar (GOVERNO DE SERGIPE, 2010). Lagarto, por sua vez, preserva um expressivo patrimônio imaterial representado pela dança do Parafuso, manifestação simbólica da resistência afro-brasileira e da memória da escravidão na região (GOVERNO DE SERGIPE, 2010), e ainda a riqueza natural representada pela Cachoeira do Saboeiro. Tobias Barreto desponta como Polo econômico e cultural, reconhecido nacionalmente pela produção de bordados e pela dinâmica das feiras livres, que fortalecem a economia criativa e atraem fluxos comerciais significativos (GOVERNO DE SERGIPE, 2010). Além disso, com base no projeto Expedição Centro da Terra - realizado em 2014 pela OSC CENTRO DA TERRA, e que capacitou cerca de 16 moradores do povoado Macacos, foi identificado na Serra dos Macacos um sítio arqueológico e trilhas com potencial para desenvolvimento do ecoturismo (Silva *et. al.*, 2017).

Em Boquim e Umbaúba, a citricultura estrutura a base econômica e molda a paisagem rural, influenciando também a organização urbana e os serviços vinculados ao setor agrícola (SANTOS, 2009). Municípios como Cristinápolis, Itabaianinha e Tomar do Geru complementam o território com potenciais associados ao turismo rural, ao patrimônio cultural e à articulação com corredores de circulação regional.

No campo ambiental, o Polo apresenta uma configuração fitogeográfica marcada pela transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga. Silva (2012) evidencia que, embora a Mata Atlântica tenha sido intensamente fragmentada desde o período colonial, ela ainda exerce influência essencial nas áreas úmidas do Polo, onde iniciativas de restauração são mobilizadas para fortalecer o ecoturismo de base sustentável. Em paralelo, a Caatinga se manifesta nas zonas de clima semiárido com vegetação xerofítica adaptada ao déficit hídrico, compondo paisagens que revelam a resiliência dos ecossistemas sertanejos. Essa alternância gera uma verdadeira fronteira ecológica, na qual remanescentes de florestas tropicais e ambientes de clima seco coexistem. Tal dinâmica demanda estratégias de governança

capazes de equilibrar uso sustentável dos recursos naturais, conservação da biodiversidade e fortalecimento da educação ambiental nas comunidades locais.

3. METODOLOGIA ABORDADA NO DIAGNÓSTICO (ETAPA 1 E 2)

3.1. ETAPA 1

3.1.1. METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO DE DADOS E DA CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS

O diagnóstico foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa , com foco no levantamento in loco das condições territoriais, ambientais e turísticas. Para isso, foram realizadas 11 visitas técnicas em diferentes municípios, previamente definidos com base em critérios de representatividade territorial, potencial turístico e diversidade de atrativos naturais.

Durante as visitas, foi aplicada uma metodologia de campo estruturada, composta por formulário padronizado de coleta de dados, elaborado para registrar informações ambientais, físicas, infraestruturais e de uso turístico. O formulário contemplou aspectos como acesso, estado de conservação, pressão antrópica, infraestrutura existente, fluxos de visitação e potencialidades e fragilidades das áreas analisadas.

Paralelamente, foram realizadas visitas técnicas às áreas naturais com uso ou potencial turístico, incluindo trilhas, cachoeiras, morros, rios e outros atrativos naturais visitáveis. Essas atividades permitiram a observação direta da dinâmica ambiental, do uso do solo, das condições de segurança, da capacidade de suporte e dos impactos associados à visitação. Durante a visitação utilizado equipamentos para coleta de informações georreferenciadas e formulários de obtenção de dados

As informações coletadas em campo foram sistematizadas e analisadas de forma integrada, possibilitando a identificação de padrões, diagnósticos comparativos entre os municípios e a elaboração de recomendações técnicas voltadas ao planejamento, ordenamento e gestão sustentável do turismo nos territórios estudados (Figura 6).

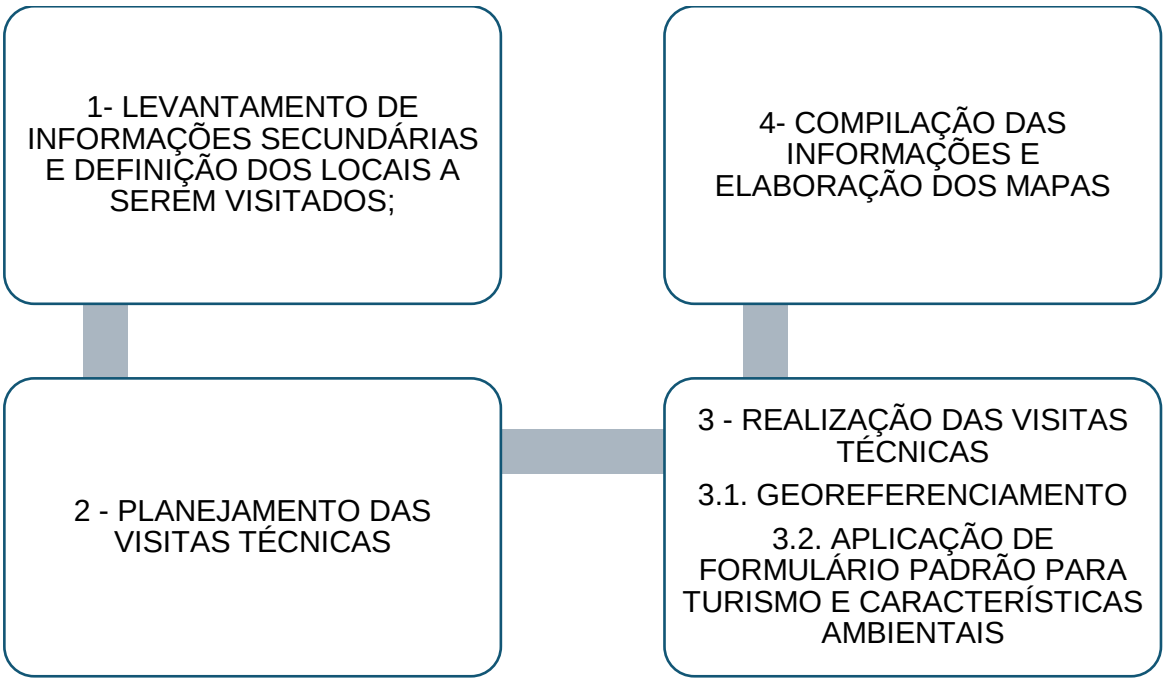


Figura 6: Metodologia do Diagnóstico do Projeto de Ecoturismo de Sergipe.

A primeira etapa é norteadora, e visa sobretudo identificar informações pertinentes da prática do turismo em áreas naturais, de contextualizar esses dados em consonância com os territórios e ajustá-las junto às comunidades locais, gestores e demais atores correlatos ao tema. Na oportunidade será expresso parte do diagnóstico realizado e em seguida será apresentado a primeira versão da Minuta de Lei do Ecoturismo de Sergipe, consolidada a partir principalmente das especificidades locais a serem contribuídas durante a consulta pública.

3.2. MÉTODO DO GEORREFERENCIAMENTO

O georreferenciamento das áreas e atrativos analisados foi realizado a partir da coleta de pontos geográficos no território, obtidos durante as visitas técnicas por meio de dispositivos de posicionamento por satélite (GNSS/GPS), garantindo a identificação precisa da localização espacial dos elementos levantados.

Os pontos coletados foram registrados em sistema de coordenadas geográficas e posteriormente transferidos para ambiente de geoprocessamento, onde passaram por etapa de conferência, organização e padronização dos dados espaciais.

Para a elaboração dos produtos cartográficos, os dados foram submetidos ao software QGIS (Quantum Geographic Information System), no qual foram processados e integrados a bases

cartográficas oficiais. No ambiente do QGIS, realizou-se a transcrição e espacialização dos pontos coletados, possibilitando a geração de mapas temáticos, a delimitação de áreas de interesse e a representação gráfica dos atrativos, infraestruturas e elementos territoriais analisados.

O procedimento permitiu a visualização, análise espacial e interpretação integrada das informações, assegurando a consistência cartográfica, a precisão espacial e a compatibilidade dos mapas produzidos com os padrões técnicos exigidos para relatórios e documentos institucionais. Para cada município visitado, um mapa foi incorporado com as áreas identificadas.

Além disso, mapas produzidos anteriormente foram incorporados aos trabalhos aqui existentes para enriquecer e fortalecer o diagnóstico das áreas que não foram visitadas durante essa execução, mas que já fizeram parte de outros processos.

3.1.2. DATAS DAS VISITAS TÉCNICAS ATUALIZADAS

As visitas técnicas permitiram a consolidação de prospecção de campo e ampliação dos dados e informações dos municípios, toda a articulação realizada com os municípios permitiu a captação de informações cruciais de trechos ainda não mapeados e identificados, abaixo no quadro 1 é possível ver os municípios visitados e as datas da realização das visitas técnicas os municípios selecionados. Salienta-se que essa seleção foi subsidiada excepcionalmente pelas pesquisas bibliográficas que indicam potencialidades de turismo em áreas naturais registradas na literatura.

Nº	ETAPAS	DATA	DESCRIÇÃO	MÉTODO	RECURSOS HUMANOS
1.1	**CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO - Cachoeira do Lajedão**	22 a 25 de julho	Polo Velho Chico	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR
1.2	**CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO- Patrimônio Arqueológico**	11 e 12 de dezembro	Polo Velho Chico	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA/SETUR
2	**ITAPORANGA D'AJUDA**	8 de agosto	Polo Costa dos coqueirais	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR
3	**RIACHÃO DO DANTAS - Distrito de Palmares**	12 a 13 de agosto	Polo Sertão das Águas	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR
4	**DIVINA PASTORA**	29 de agosto	Polo dos Tabuleiros	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR

5	**PIRAMBU**	11 de setembro	Polo Costa dos coqueirais	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR
6	**PACATUBA**	12 de setembro	Polo Costa dos coqueirais	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR
7	**ESTÂNCIA - Povoado Porto do Mato e Rota do Peixe-Boi-Marinho**	15 e 24 de setembro	Polo Costa dos coqueirais	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR
8	**GARARU**	02 de outubro	Polo Velho Chico	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR
9	**PORTO DA FOLHA**	03 de outubro	Polo Velho Chico	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR
10	**INDIAROBA - Povoado Pontal**	09 de outubro	Polo Costa dos coqueirais	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR
11	**CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO – S;ítios Arqueológicos**	11 a 12 de dezembro	Polo Velho Chico	VISITA IN LOCO/DADOS PRIMÁRIOS	ONG CENTRO DA TERRA /SETUR

3.3. ETAPA 2

O **método executivo de consultas públicas** é uma abordagem organizada e estruturada para envolver a população e outras partes interessadas no processo de tomada de decisões sobre questões públicas. No contexto de **planos de manejo de unidades de conservação** ou outras políticas ambientais, esse método visa garantir que as pessoas afetadas ou interessadas por determinado tema tenham a oportunidade de expressar suas opiniões, contribuir com informações e influenciar nas decisões que serão tomadas. A seguir estão os principais componentes e etapas de um método executivo de consultas públicas (Figura 7):

Planejamento e Definição de Objetivos

Antes de iniciar a consulta pública, é essencial planejar as etapas e objetivos da consulta. O objetivo principal deve ser esclarecer qual o assunto ou proposta a ser discutido (por exemplo, o manejo de uma unidade de conservação), e como o processo pode ser conduzido para que todos os interessados possam participar de maneira informada e efetiva.

Divulgação e Acesso à Informação

É fundamental garantir que todos os interessados tenham acesso à informação relevante para o processo de consulta pública. A divulgação pode ser feita por meio de múltiplos canais, como:

Anúncios em mídias locais (jornais, rádios, sites institucionais);

Cartazes em locais públicos; Redes sociais e outras plataformas digitais. O objetivo é garantir que a população tenha tempo e recursos para entender o tema da consulta antes de se manifestar.

Mecanismos de Participação

Existem várias formas de coleta de opiniões e contribuições. Alguns dos principais métodos incluem:

Audiências públicas: Reuniões presenciais onde representantes do governo, especialistas e o público podem discutir e opinar sobre o tema.

Consultas online: Plataformas digitais onde a população pode enviar opiniões, responder questionários ou visualizar documentos relacionados ao processo de consulta.

Fóruns e workshops: Encontros presenciais ou virtuais mais informais, onde o diálogo e a troca de ideias acontecem de forma mais interativa.

Análise das Contribuições

Após a coleta de dados e opiniões, é essencial realizar uma análise cuidadosa das contribuições recebidas. Isso envolve:

Compilação das respostas: Organizar e categorizar as manifestações de forma a identificar as principais preocupações, sugestões ou objeções.

Avaliação de impactos: Estudar como as contribuições podem influenciar as decisões finais e identificar possíveis ajustes ou melhorias nas propostas originais.

Resposta e Transparência

Após a análise, é importante que as autoridades responsáveis forneçam um retorno à população, explicando como as contribuições foram consideradas ou, se não foram, os motivos para isso. A transparência nesse processo é essencial para manter a confiança da sociedade na gestão pública.

Implementação das Mudanças e Monitoramento

Com base nas contribuições da consulta pública, podem ser feitas alterações nas propostas iniciais. A implementação dessas mudanças deve ser monitorada, para garantir que as sugestões que impactaram as decisões sejam, de fato, aplicadas na prática.

Figura 7: Quadro com resumo metodológico a ser utilizado nas Consultas Públicas. Fonte: (Autor, 2025)

- **Vantagens do Método Executivo de Consultas Públicas:**
- **Inclusão social**: permite que a sociedade, incluindo grupos marginalizados ou diretamente afetados, tenha voz ativa no processo decisório;
- **Maior legitimidade**: processos transparentes e participativos tendem a resultar em maior aceitação das decisões tomadas;
- **Enriquecimento das decisões**: a consulta pública pode trazer novos dados e perspectivas que contribuem para uma solução mais eficaz e bem-informada;

Em resumo, o método executivo de consultas públicas envolve um processo estruturado de coleta, análise e resposta às opiniões e contribuições da sociedade, com o objetivo de criar soluções mais participativas e legítimas para os problemas públicos. (Quadro 2)

3.4. CRONOGRAMA TEMPORAL DAS AÇÕES

O quadro 3 abaixo apresenta as etapas e respectivos conteúdos e o período de execução do projeto alvo desse diagnóstico, de modo a esclarecer as etapas e indicar as etapas antecedentes e sucedentes desse processo.

ETAPAS	CONTEÚDOS	PERÍODO
APRIMORAMENTO DO DIAGNÓSTICO SIMPLIFICADO E DO ZONEAMENTO DAS ÁREAS POTENCIAIS EM ECOTURISMO	Complementação de informações existentes em outros territórios não mapeados ou zoneados	De março a junho de 2025
VISITAS TÉCNICAS EXECUTADAS	Considerando a complementação das informações, realizar novos deslocamentos para apuração dos dados	De 22 junho a 15 de dezembro 2025
INICIAR O PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO DAS OFICINAS	Articulação institucional para definição de municípios a receber a consulta pública com base nas potencialidades e no apoio institucional existente	De janeiro a fevereiro de 2026
1º consulta pública	Consulta no Polo Velho Chico (Alto sertão)	Abril de 2026
2º consulta pública	Consulta no Polo Velho Chico (Baixo Sertão)	Abril de 2026
3º consulta pública	Consulta no Polo das Serras	Maio 2026
4º consulta pública	Consulta no Polo Costa dos Coqueirais	Junho 2026
5º consulta pública	Consulta no Sertão das Águas	Julho 2026
6º consulta pública	Consulta no Polo dos Tabuleiros	Agosto 2026
Consolidação das Informações na Minuta de Lei do Ecoturismo de Sergipe	Transpor os dados levantados ao longo da execução das Consultas Públicas	Outubro a novembro 2026
Envio para SUPERLEGIS/ALESE	Envio da Versão Preliminar para primeira consulta.	Envio da Versão Final para ajuste.

Quadro 3: Quadro contendo o cronograma temporal de todas as ações do Projeto de Ecoturismo de Sergipe

3.5. MÉTODO DAS CONSULTAS PÚBLICAS

As consultas públicas serão realizadas com abordagem simples, afim de alcançar a diversidade do público presente e de transpor os conteúdos e informações de modo acessível, transparente e de fácil compreensão, portanto o procedimento a ser adotado será o de explanação dos conteúdos a partir de telas audiovisuais e ferramentas de escuta e todas as informações adicionais serão gravadas, transcritas e incorporadas ao produto final do proposto (Figura 8).

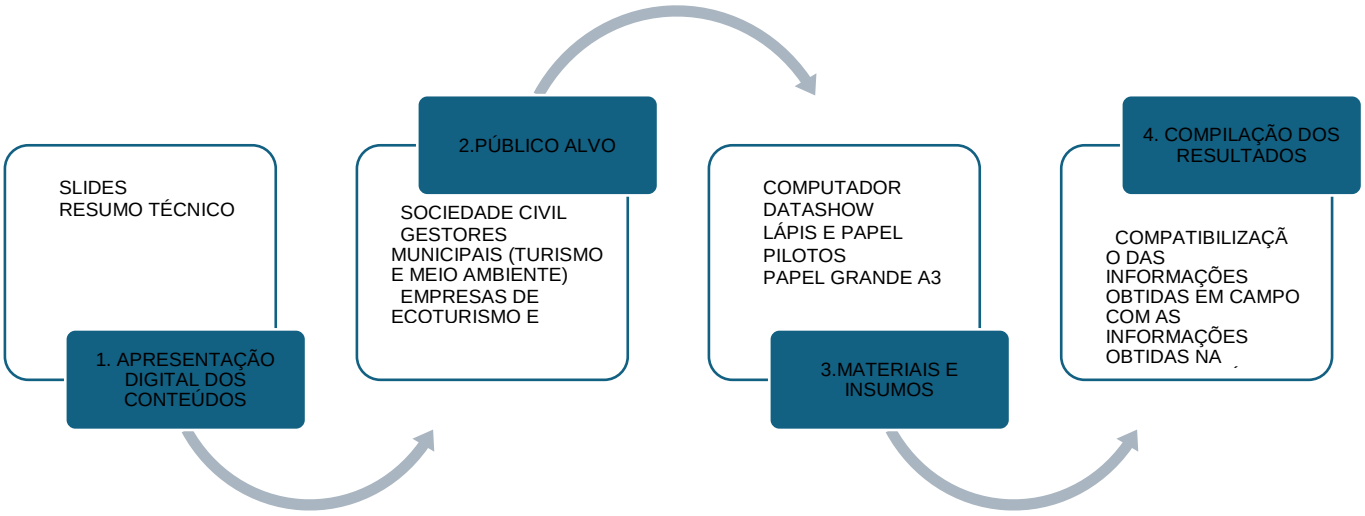


Figura 8: ***MÉTODO HÍBRIDO PARTICIPATIVO*** *(presencial, digital, escuta ativa no território).*

4. RESULTADOS

Nesse contexto, o ecoturismo, quando articulado ao Turismo de Base Comunitária (TBC) passa a se configurar como uma estratégia estruturante de gestão do território, capaz de integrar conservação ambiental, valorização cultural e inclusão socioeconômica.

O princípio fundamental dessa articulação reside no entendimento de que a conservação dos recursos naturais só se efetiva plenamente quando as comunidades locais são reconhecidas como protagonistas do processo turístico. Ao contrário dos modelos convencionais, nos quais os benefícios econômicos se concentram em agentes externos, a integração entre ecoturismo e TBC pressupõe que a população residente seja a principal beneficiária da atividade, participando ativamente do planejamento, da gestão e da operacionalização do turismo em seu território.

Em estados com diversidade ambiental, como Sergipe, o ecoturismo assume papel estratégico ao atuar como instrumento de proteção de ecossistemas frágeis, a exemplo de áreas de mata atlântica, zonas costeiras, cânions e unidades de conservação.

A lógica que sustenta o ecoturismo baseia-se na premissa de que um ecossistema preservado possui maior valor econômico, social e simbólico quando mantido em pé do que quando degradado. Contudo, para que essa prática não se reduza a um discurso superficial ou a estratégias de "maquiagem verde" (greenwashing), é indispensável que esteja profundamente enraizada na realidade local, respeitando os limites ambientais, a capacidade de carga dos ambientes e os modos de vida das comunidades que historicamente ocupam esses espaços.

É nesse ponto que o Turismo de Base Comunitária se apresenta como elemento complementar e indispensável. O TBC diferencia-se por adotar a autogestão como princípio estruturante, rompendo com a lógica tradicional do turismo de massa. Nesse modelo, associações comunitárias, grupos de pescadores, agricultores familiares, quilombolas, povos indígenas e artesãos assumem o controle da oferta turística, definindo quais atividades serão desenvolvidas, quantos visitantes o território pode receber e como os recursos financeiros serão distribuídos e reinvestidos coletivamente.

A experiência turística, nesse contexto, deixa de ser passiva e passa a ser marcada pela imersão e pela troca. A hospedagem em residências familiares permite ao visitante vivenciar o cotidiano local; a gastronomia local valoriza ingredientes regionais, saberes tradicionais e a agricultura familiar; e o intercâmbio cultural transforma o conhecimento local, como técnicas de pesca, manejo de recursos naturais, produção artesanal e manifestações culturais — no principal atrativo turístico. Essa dinâmica fortalece o capital social da comunidade e amplia o sentimento de pertencimento e valorização do território.

A integração entre ecoturismo e Turismo de Base Comunitária cria, assim, um ciclo virtuoso de proteção e valorização territorial. Ao perceber que a paisagem natural e a autenticidade cultural são os principais motivos que atraem visitantes, o morador passa a atuar como agente ativo na conservação do ambiente, combatendo práticas como caça ilegal, desmatamento, poluição e uso inadequado dos recursos naturais. Essa relação contribui para a emancipação social das comunidades, reduzindo o êxodo rural e ampliando as oportunidades de trabalho qualificado, especialmente para jovens, que passam a enxergar no

próprio território possibilidades de atuação como condutores ambientais, gestores comunitários, empreendedores turísticos e educadores ambientais.

Entretanto, a consolidação desse modelo enfrenta desafios significativos, especialmente no contexto sergipano. A infraestrutura turística e o acesso aos atrativos ainda se apresentam como entraves importantes, sobretudo em áreas rurais, onde a precariedade das vias, a ausência de saneamento básico e a limitada conectividade dificultam o aproveitamento turístico de forma sustentável. Soma-se a isso a necessidade de políticas públicas mais dialógicas, nas quais o Estado atue como facilitador do desenvolvimento comunitário, oferecendo linhas de crédito adequadas, desburocratização para pequenos empreendimentos e segurança jurídica às terras tradicionalmente ocupadas.

Outro desafio central refere-se à capacitação da mão de obra local. Embora a qualificação seja essencial para a melhoria da recepção, da gestão financeira e da organização dos serviços turísticos, é fundamental que esses processos formativos respeitem a identidade cultural e a espontaneidade das comunidades, evitando a padronização excessiva e a descaracterização dos saberes locais, que constituem o núcleo essencial do Turismo de Base Comunitária.

A análise dos dados obtidos por meio da planilha diagnóstica aplicada ao território estudado reforça essas reflexões. A ferramenta permitiu identificar e sistematizar informações relativas ao potencial turístico local, evidenciando um território dotado de expressivo patrimônio natural e cultural, porém ainda pouco estruturado. Os registros indicam a predominância de atrativos associados ao turismo de natureza, especialmente em áreas rurais, como paisagens naturais, trilhas, cursos d’água e ambientes com elevado valor cênico, o que confirma o ecoturismo como eixo estruturante do projeto turístico.

Paralelamente, foram identificados atrativos culturais, históricos e mistos, como estruturas antigas, espaços simbólicos e áreas de uso tradicional, ampliando as possibilidades de diversificação da oferta turística. Essa combinação favorece a integração entre ecoturismo, turismo cultural, turismo rural e Turismo de Base Comunitária, fortalecendo a identidade territorial e enriquecendo a experiência do visitante.

No município de **Riachão do Dantas**, especificamente na localidade de Palmares, os dados demonstram um cenário relativamente mais favorável quando comparado aos demais territórios analisados. Em Palmares as baixas temperaturas acabam se tornando um atrativo

natural, as baixas temperaturas que podem chegar até 13º C nos meses de inverno, são características da configuração geológica e do clima da região. A participação da comunidade local na recepção dos visitantes, na preservação dos espaços e na valorização da memória e do saber-fazer tradicional contribui para a sustentabilidade da atividade turística. Todavia, mesmo nesse contexto positivo, os dados indicam a necessidade de ampliação da infraestrutura básica e de ações contínuas de capacitação, a fim de evitar a estagnação do projeto e garantir sua continuidade a longo prazo.

Em **Divina Pastora**, os dados revelam um contraste significativo entre o potencial natural existente e as condições de uso observadas. A Mata da Boa Cica apresenta elevado valor ambiental e paisagístico, configurando-se como um atrativo estratégico para o desenvolvimento do ecoturismo. Entretanto, a ausência de sinalização adequada, a presença de resíduos sólidos em trilhas e a inexistência de monitoramento sistemático indicam um uso espontâneo e desordenado do espaço. Esse cenário evidencia que, sem a inserção efetiva do Turismo de Base Comunitária, o ecoturismo tende a se desenvolver de forma predatória, comprometendo a integridade ambiental e reduzindo a qualidade da experiência turística.

O município de **Porto da Folha**, especialmente nas comunidades do Mocambo e da Aldeia Xokó, destaca-se pela elevada representatividade cultural e simbólica identificada nos dados. A forte presença de comunidades tradicionais confere singularidade ao território, tornando-o extremamente relevante para o TBC. Contudo, a análise dos indicadores aponta sérias limitações relacionadas ao acesso, à infraestrutura básica e à ausência de equipamentos de apoio ao visitante. Embora o difícil acesso funcione, em certa medida, como um fator de proteção ambiental, ele também restringe a geração de renda e amplia a vulnerabilidade social da população local. A falta de monitoramento ambiental e de planejamento turístico integrado representa um risco concreto à sustentabilidade dessas comunidades a médio e longo prazo.

Nos municípios de **Canindé de São Francisco** e **Gararu**, situados no eixo do Rio São Francisco, os dados indicam um elevado potencial ecoturismo associado tanto aos elementos naturais quanto aos aspectos históricos e culturais. Em Canindé, entretanto, observa-se a presença de áreas com solo exposto, uso desordenado dos espaços e ausência de infraestrutura mínima para recepção turística. Já em Gararu, apresenta forte apelo histórico e paisagístico, mas o turismo ainda se encontra em estágio incipiente, com baixo

envolvimento comunitário e pouca visibilidade regional. Em ambos os casos, a ausência de roteiros integrados e de estratégias de TBC limita a consolidação do ecoturismo como alternativa econômica sustentável.

A análise dos dados referentes a **Pirambu, Pacatuba** e **Itaporanga d'Ajuda** evidencia realidades distintas, porém igualmente desafiadoras. Em Pacatuba, o chamado "Pantanal Sergipano" demonstra um maior nível de envolvimento comunitário, especialmente por meio do artesanato e de atividades associadas à identidade local. Esse aspecto positivo, no entanto, contrasta com a fragilidade da infraestrutura e com a necessidade de ordenamento do uso turístico. Em Pirambu, a Reserva Biológica de Santa Isabel apresenta bom estado de conservação, mas os dados apontam a recorrência de resíduos sólidos em trilhas e áreas de visitação, indicando falhas na educação ambiental e no controle do fluxo de visitantes. Já em Itaporanga, a Bica da Cidade sofre com impactos negativos como poluição sonora, uso inadequado do espaço e ausência de ações de revitalização, comprometendo tanto o potencial ecoturismo quanto a qualidade de vida da população local.

Nos municípios de **Indiaroba** e **Estância**, a análise diagnóstica evidencia uma forte relação entre ecoturismo, cultura e modos de vida tradicionais. Em Indiaroba, a gastronomia das marisqueiras surge como elemento central da experiência turística, articulando natureza, cultura e geração de renda comunitária. Contudo, os dados indicam a necessidade de maior apoio institucional e de infraestrutura adequada para evitar a exploração excessiva dos recursos naturais. Em Estância, a Rota do Peixe-Boi apresenta infraestrutura parcial e potencial consolidado, mas carece de monitoramento ambiental contínuo, sobretudo em relação à conservação dos corpos hídricos e à pressão turística crescente (Quadro 3).

A) TIPOLOGIA DO POTENCIAL TURÍSTICO

- Predomínio do **potencial natural**, com ocorrências de:
- Turismo de natureza
- Trilhas
- Cachoeiras
- Paisagens cênicas
- Presença relevante de atrativos **culturais, históricos e mistos**, como:

- Pontes ferroviárias antigas
- Espaços simbólicos e de memória local
- Comunidades tradicionais
- Essa diversidade indica **oportunidade para o desenvolvimento de diferentes segmentos turísticos**, como ecoturismo, turismo rural, turismo de base comunitária e turismo cultural.

B) LOCALIZAÇÃO E ACESSO

- A maior parte dos atrativos está situada em **zonas rurais**, o que:
- Amplia o potencial para turismo sustentável
- Exige maior atenção à **infraestrutura de acesso**, sinalização e mobilidade
- Foram identificadas limitações relacionadas a:
- Estradas precárias
- Ausência de sinalização turística
- Dificuldade de acesso em períodos chuvosos

C) INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

- O diagnóstico aponta **carência significativa de infraestrutura turística**, destacando:
- Ausência de equipamentos básicos (banheiros, áreas de apoio, pontos de descanso)
- Falta de estruturas de segurança e acessibilidade
- Inexistência ou insuficiência de serviços turísticos organizados
- Esses fatores limitam o aproveitamento imediato dos atrativos e reforçam a necessidade de **planejamento e investimentos graduais**.

D) ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO

- Muitos atrativos encontram-se em **bom estado ambiental**, porém:
- Com uso espontâneo e não planejado

- Sem controle de visitação
- Há riscos potenciais de:
- Degradação ambiental
- Uso inadequado dos espaços
- Perda do valor paisagístico e cultural

E) REGISTRO VISUAL E DIAGNÓSTICO TÉCNICO

- A presença de registros visuais em parte dos atrativos fortalece:
- A comprovação do potencial turístico
- O embasamento para projetos futuros
- Contudo, a ausência de registros em alguns casos indica a necessidade de:
- Padronização do levantamento
- Complementação do diagnóstico técnico

Tipologia de Potencial	Frequência (N)	Percentual (%)	Municípios de Destaque
Natural	7	43,7%	Riachão do Dantas, Itaporanga e Estância
Misto (Natural/Cultural)	5	31,3%	Pirambu, Pacatuba, Indiaroba e Canindé de São Francisco
Histórico / Cultural	4	25,0%	Porto da Folha, Gararu e Divina Pastora

Quadro 4: Apresentação dos dados e das tipologias identificadas no projeto. (Fonte: autor, 2025)

- INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Predomínio do Ecoturismo (Potencial Natural): Com 43,7% dos atrativos classificados como puramente naturais, confirma-se que o ecoturismo é o eixo central do desenvolvimento turístico estadual.

A Força do Turismo Híbrido (Misto): O potencial misto aparece em 31,3% dos casos. Esta é a categoria mais atrativa para o Turismo de Base Comunitária, pois une o cenário

natural ao saber fazer local, como visto na Rota do Peixe-Boi (Estância) e no Pantanal de Pacatuba.

Patrimônio Imaterial e Histórico: Embora represente 25%, esta categoria possui a maior "Representatividade" (conforme a matriz MTur). O Quilombo Mocambo e a Aldeia Xokó são exemplos onde o valor histórico-cultural é o principal motivador da visita, exigindo um planejamento que proteja a identidade desses povos. O estado de Sergipe apresenta ativos valiosos que, se bem geridos, podem posicionar a região como referência em sustentabilidade.

Em resumo os pontos positivos e negativos mais significativos foram apresentados na Figura 9, e os desafios estruturais foram interpretados e apresentados para elucidar os fatores e apresentar possíveis

PONTOS POSITIVOS

•Riqueza de Recursos Naturais: A planilha registra a existência de recursos com altíssimo valor cênico e ecológico (Cânions, Reservas Biológicas e Pantanais). Estes são a matéria-prima essencial para a estruturação de produtos de ecoturismo competitivos.

•Geração de Renda e Inclusão: O Ecoturismo de Base Comunitária surge como uma via para a fixação do homem no campo e a diversificação econômica de comunidades tradicionais, como visto no Mocambo e em Terra Caída.

•Conservação pelo Uso Sustentável: O turismo atua como um incentivo à preservação. Ao perceberem o valor financeiro da floresta ou do rio preservado, as comunidades locais tornam-se guardiãs dos recursos contra a exploração ilegal.

•Diversificação da Oferta: A transição do turismo de "sol e praia" para o ecoturismo e TBC permite que Sergipe atraia um novo perfil de visitante: o turista de experiência, que possui maior ticket médio e consciência socioambiental.

PONTOS NESGATIVOS E DESAFIOS ESTRUTURAIS

• Apesar das potencialidades, a análise aponta gargalos que exigem intervenção imediata para evitar o declínio dos destinos antes mesmo de sua consolidação.

•Fragilidade de Infraestrutura: A ausência de equipamentos básicos (sinalização, centros de visitantes, banheiros e trilhas estruturadas) é o desafio mais recorrente nos 16 registros analisados.

•Déficit de Qualificação: Há uma necessidade urgente de capacitação técnica. O acolhimento "espontâneo" é valoroso, mas a gestão do negócio turístico requer conhecimentos em segurança, primeiros socorros e gestão financeira.

•Risco de Degradação Exógena: Sem um controle de carga turística (atualmente nulo em quase todo o estado), o aumento do fluxo de visitantes pode resultar em compactação de solos, poluição de nascentes e descaracterização cultural.

•Baixa Integração de Governança: Observa-se um isolamento entre o poder público, as associações comunitárias e a iniciativa privada. A falta de parcerias público-privadas (PPPs) e de conselhos municipais de turismo ativos dificulta a captação de recursos e a continuidade de projetos.

Figura 9: Resumo de pontos positivos e pontos negativos.

4.1. CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO – CACHOEIRA DO LAJEDÃO

A Cachoeira do Lajedão (Figura 10) é um importante recurso hídrico inserido na bacia hidrográfica do Rio São Francisco no território, e recebe regularmente um volume de água significativo que se transpõe ao longo da Área de Proteção Permanente do referido rio e por fim deságua no mesmo. A cachoeira é cercada pela fauna e flora do bioma Caatinga, compondo belezas que inferem significatividade ao roteiro ecoturístico do município.

A gestão pública vem trabalhando para realizar os estudos necessários para constituir Unidade de Conservação, segundo as informações coletadas junto ao município e ao estado, os procedimentos estão em andamento e irão resultar na consolidação de medidas legais para subsidiar ações protetivas no território onde a Cachoeira se insere.

Nos dias 23 a 25 de julho de 2025, foi realizada uma visita de campo a Cachoeira do Lajedão, atrativo natural de destaque de Canindé de São Francisco. O município apresenta potencial ecoturístico associado a ambientes naturais situados nas zonas rurais, com assentamentos no entorno que possibilitam a articulação entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico local. O acesso a Cachoeira do Lajedão é classificado como moderado, com trechos de dificuldade, com ausência de infraestrutura turística de apoio e de estrutura adequada para a realização de atividades ecoturísticas de forma organizada.

A conservação ambiental é avaliada como regular, com impactos visíveis, porém passíveis de controle, destacando-se a ocorrência de lixo em trilhas e cursos d’água, evidenciando fragilidades na gestão do uso do espaço. As atividades realizadas, como trilhas interpretativas, observação da fauna e flora e visita à comunidade local, indicam viabilidade para práticas de baixo impacto ambiental. No entanto, não há envolvimento comunitário estruturado, monitoramento ambiental ou turístico, orientação aos visitantes ou controle das visitações turísticas, fatores que elevam o risco de degradação e exploração desordenada.



Figura 10: Riacho da Cachoeira do Lajedão. **Fonte:** os autores, 2025.



*Figura 11: Impactos observados na trilha. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025.*

Assim, embora o município reúna condições naturais favoráveis ao ecoturismo, a efetiva consolidação desse potencial depende da implementação de ações de planejamento, educação ambiental, infraestrutura mínima e fortalecimento da participação comunitária, de modo a assegurar a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais.



Figura 12: Cachoeira do Lajedão. ***Fonte:*** *os autores, 2025.*

Ainda em Canindé do São Francisco, encontra-se a Unidade de Conservação Estadual do Monumento Natural da Grota do Angico (Figura 11). De acordo com os dados obtidos na Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, O Monumento Natural Grota do Angico, criado por meio do Decreto nº 24.922 de 21 de Dezembro de 2007, apresenta uma área de aproximadamente 2.138 ha e está situado no Alto Sertão Sergipano, entre os municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, seu objetivo principal é

preservar o Sítio Natural Grota do Angico e elementos culturais associados. Desta forma, manter a integridade dos ecossistemas naturais da Caatinga, visando contribuir no desenvolvimento socioeconômico, pesquisa científica, visitação pública e educação ambiental, tendo como base as normas previstas no Plano de Manejo, homologado pela Portaria n° 04/2024.

A importância do MONA da Grota do Angico eleva-se quando o seu valor histórico e cultural é observado. O local foi cenário da morte do maior ícone do movimento do cangaço, Virgulino Ferreira - Lampião. Além dele, sua companheira Maria Bonita e mais nove cangaceiros foram mortos na localidade no dia 28 de julho de 1938. Dado o acontecimento, a área foi tombada como patrimônio histórico-cultural pela Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989, no seu artigo 229.

A formação vegetal predominante na região da UC é do bioma Caatinga hiperxerófila arbórea densa, associada aos solos argilosos avermelhados com muito cascalho e com pequenos afloramentos rochosos em alguns trechos, com a ocorrência de espécies de aves endêmicas e incluindo espécies ameaçadas, a exemplo do jaó-do-Sul *(Crypturellus noctivagus)* e do chorozinho-de-papo-preto (*Herpsilochmus pectoralis).* Além de 02 (duas) espécies de felinos ameaçadas de extinção, o gato-do-mato-pequeno *(Leopardus tigrinus)* e a jaguatirica *(Leopardus pardalis).*

Atualmente, a UC possui uma estrutura gerencial, sede administrativa, centro educativo, plano de manejo, conselho consultivo e uma brigada de prevenção e combate a incêndios florestais. No ano de 2022 o CENTRO DA TERRA, por intermédio da SEMAC, promoveu o curso de Capacitação de Condutores de Visitantes, tendo capacitado no total 20 Condutores, jovens das comunidades do entorno, para atuarem no MONA da Grota do Angico.

A história do Cangaço é um elemento significativo para o turismo, atraindo turistas de todas as partes do mundo, forte componente cultural e que amplifica a potencialidade da visitação turística. A Unidade de Conservação apresenta trilhas que permeiam a caatinga e que se encaixam perfeitamente com a aplicação para o contexto do Ecoturismo. A Secretaria de Turismo em parceria com a SEMAC, gestora da Unidade de Conservação, vem estreitando a cooperação para a realização de projetos e trabalhos que fortaleçam o turismo de base comunitária no território, que ampliem o diálogo com empresas e profissionais que

atuam na proposta de ecoturismo, e que poderão fortalecer a economia local e exercer o papel da conservação.



Figura 13: Pórtico do MONA da Grota do Angico, 2. Vegetação nativa, 3. Recurso hídrico Local, 4. Missa do Cangaço. ***Fonte:*** *compilado pelos autores, 2025.*

Canindé de São Francisco apresenta uma série de atrativos culturais, históricos e ambientais que são demasiadamente importantes para a perspectiva de um roteiro mais consolidado do Ecoturismo. O Vale dos Mestres, que está dentro da Unidade de Conservação Federal Monumento Natural do Rio São Francisco, é uma categoria de Unidade de Conservação que permite, dentre outras atividades, o uso público por meio de visitas caracterizadas como educativas ou de ecoturismo, possuindo grande potencial para tais atividades. Por sua vez tais atividades têm grande poder de conscientização ambiental e de geração de renda para as comunidades locais, cuja grade precisa estar alinhada com os princípios de sustentabilidade e seguir regras e diretrizes previstas em legislação específica.

Em conformidade com o Plano de Manejo da UC e o recém aprovado PLANO DE USO PÚBLICO DO MONUMENTO NATURAL DO RIO SÃO FRANCISCO (ICMBio, 2025), o Vale dos Mestres encontra-se numa zona apta para o desenvolvimento das atividades de ecoturismo. Considerando tais critérios legais, o Vale dos Mestres conta com

recurso do estado para sua estruturação, em linhas gerais os passos estruturantes que configuram as etapas desse processo, podem ser resumidos no diagrama apresentado na figura 13.

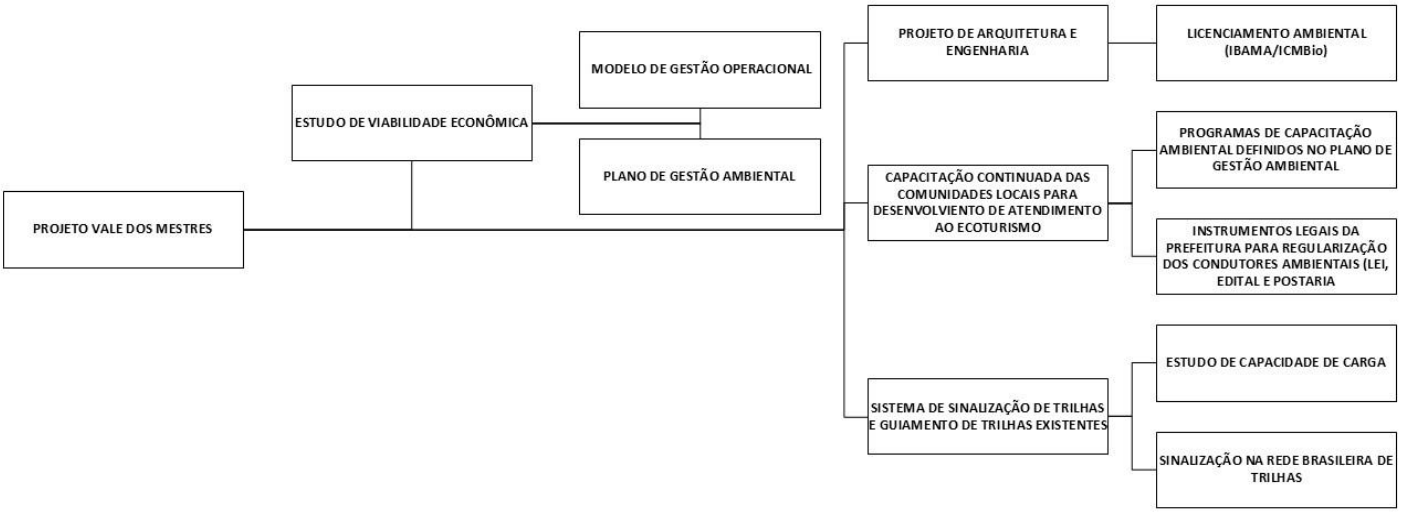


Figura 14: Fluxograma de Ações para o desenvolvimento das atividades de Ecoturismo no Vale dos Mestres.
Fonte: *SETUR-SE.*

O histórico de ordenamento da visitação no Vale dos Mestres tem início na atuação da ONG CENTRO DA TERRA - parceira na execução do presente diagnóstico - que ainda em 2019 participou da FPI Sergipe, uma operação conjunta de fiscalização envolvendo diversos órgãos, que culminou no relatório encaminhado pela ONG ao Ministério Público Federal, que por sua vez moveu em 2021 uma Ação Civil Pública que determinou o fechamento do Vale até que fossem cumpridas as medidas legais que garantissem a preservação dos sítios arqueológicos, estudos de capacidade de carga, o uso sustentável por meio do ecoturismo e o envolvimento das comunidades locais.

Desde então, o CENTRO DA TERRA executou o projeto de ordenamento da visitação em áreas naturais de Canindé de São Francisco, em parceria com a prefeitura do município, promovendo capacitação de Condutores de Visitantes, diagnóstico das trilhas,

estudos de capacidade de carga, sistema de sinalização e projeto de infraestrutura com centro de visitantes, estacionamento e área de camping, atualmente em fase de consolidação assumida pela SETUR para construção. Recentemente, no final de 2025, por meio de parceria entre a ONG e o ICMBio, a trilha do Vale dos Mestres recebeu um pórtico de entrada e sinalização rústica conforme padrão da Rede Brasileira de Trilhas. A ação contemplou ainda os sítios arqueológicos da Fazenda Mundo Novo, que também teve suas trilhas diagnosticadas e sinalizadas.



Figura 15: Processo de confecção e instalação do pórtico do Vale dos Mestres e sinalização da trilha.
***Fonte:** arquivo Centro da Terra – Grupo Espeleológico de Sergipe, 2025.*

Tais etapas estão evoluindo visando permitir modelos mais próximos dos pilares da sustentabilidade e do turismo de natureza com fim na preservação de ambientes altamente relevantes para o equilíbrio ecossistêmico do município e especialmente para a consolidação do Projeto Ecoturístico do Vale dos Mestres, que atualmente conta com projeto de infraestrutura em fase de consolidação.

Além das áreas com atividades de visitação turística anteriormente citadas, outras áreas prospectadas apresentam potenciais evidenciados. O patrimônio arqueológico em Sergipe é significativamente atrativo, o que o município vem definindo como Caminhos Primitivos, uma ideia inicial, que se fecunda na percepção da gestão local em fomentar atividades voltadas para trilhas que conduzem para a interpretação da vegetação nativa e do patrimônio arqueológico e suas simbologias, associadas ao território influenciado pelo Rio São Francisco. Alguns dos territórios analisados são propriedades privadas que deverão ser consultadas quanto ao interesse de permissão das atividades indicadas, salientando que a maioria autoriza a entrada de guias e condutores, mediante prévio aviso. Abaixo segue as áreas prospectadas na Visita Técnica 1.2. que ocorreu em dezembro de 2025 no referido município.

- Fazenda Velha
- Picos
- Letreiros
- Baixa Verde
- Eco Fazenda Mundo Novo
- Morro da Loucura

Todos esses territórios são potencialidades a serem estudadas e mapeadas com o propósito de fortalecer o Ecoturismo e criar novos destinos que promovam um turismo mais espaçado e sustentável. A ideia crucial é criar um roteiro composto por trilhas de longo curso e valores agregados que possam promover as comunidades locais como protagonistas nos territórios que se insere. O mapa gerado através dos dados de satélite, gps e aplicação do georreferenciamento pode ser apresentado na Figura 15 abaixo. Apresentando o conjunto de trilhas e pontos identificados como potenciais para a atividade de ecoturismo, turismo de aventura, natureza, contemplação do Patrimônio Arqueológico e várias outras alternativas integradas a participação social e ao desenvolvimento sustentável. Esse planejamento poderá apresentado pela integração de todas essas potencialidades e da economia local, explanados em um Plano de Ecoturismo do Município, sendo assim fomentadas ações de fortalecimento desses destinos.

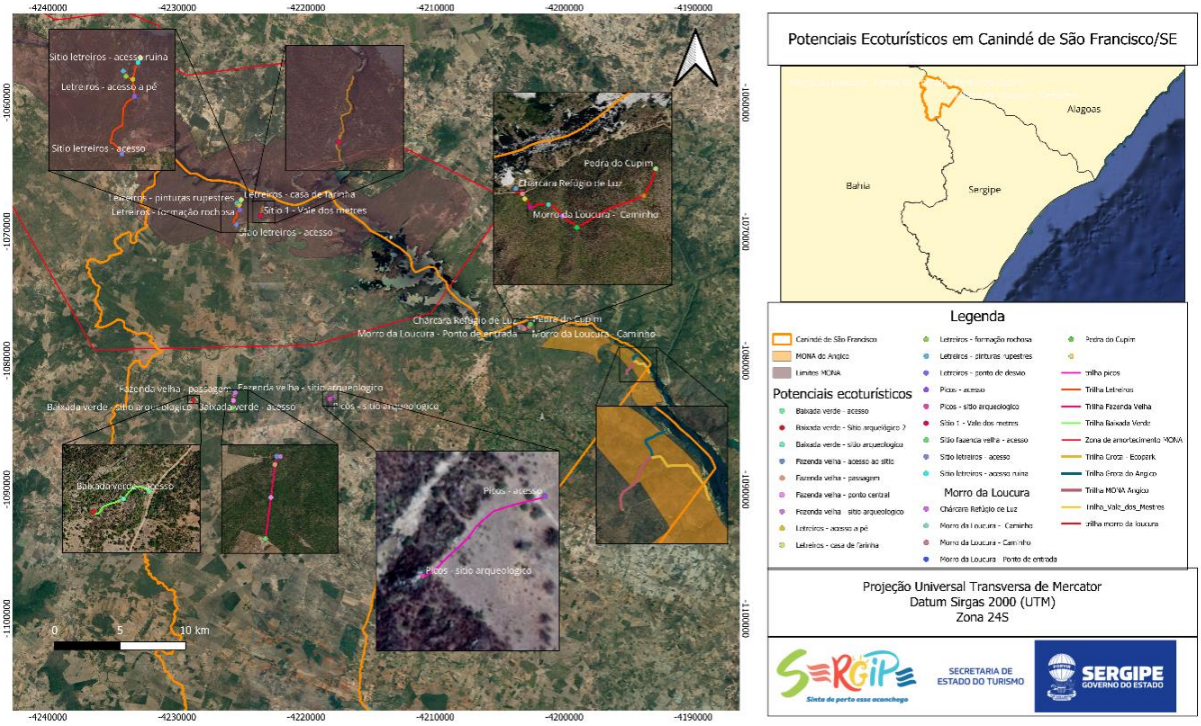


Figura 16: Potenciais ecoturísticos em Canindé de São Francisco/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025.

4.2. ITAPORANGA D'AJUDA

No dia 08 de agosto de 2025, foi realizada uma visita de campo aos atrativos naturais no município de Itaporanga D'Ajuda. Na oportunidade foram visitadas cinco localidades, sendo elas respectivamente a Bica da Cidade, Represa da Xinduba, Pontilhão – com navegação no rio Vaza-Barris, Bica da Nova Descoberta e Ilha Mem de Sá.

O município de Itaporanga d'Ajuda apresenta elevado potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, em função da diversidade e complementaridade de seus atrativos naturais, históricos e culturais, distribuídos entre áreas rurais e urbanas.

De modo geral, os atrativos apresentam infraestrutura turística limitada ou parcialmente estruturada, acessos com restrições em função da ausência de sinalização e de vias precárias. Além disso, a conservação ambiental foi classificada como regular, com impactos visíveis, porém passíveis de mitigação, como erosão do solo, descarte inadequado de resíduos e poluição sonora e visual. Observa-se a inexistência de controle de carga turística, monitoramento ambiental contínuo e ações sistemáticas de orientação e educação ambiental com visitantes, o que compromete a sustentabilidade das áreas.

Apesar desses desafios, é possível destacar o envolvimento comunitário em alguns locais, especialmente na Ilha Mem de Sá, indicando viabilidade para a consolidação do ecoturismo de base comunitária. Com a implementação de políticas de gestão ambiental, revitalização de áreas degradadas, qualificação da infraestrutura, capacitação de moradores e integração entre os atrativos, o município reúne condições favoráveis para estruturar um modelo de ecoturismo sustentável, conciliando conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento socioeconômico local.

A Bica da Cidade, localizada no centro urbano de Itaporanga d'Ajuda (SE), possui acesso facilitado a pé ou por veículos, motorizados ou não. O local apresenta vegetação secundária, presença de riacho e nascente – sem nomenclatura específica. A localidade não possui cachoeiras nem formações rochosas evidentes. Há registro de fauna, principalmente aves, ausência de erosão, desmatamento e queimadas, mas observa-se a presença de gado, resíduos sólidos e poluição visual e sonora.

Apesar de apresentar valor paisagístico, histórico, cultural e natural, a área se encontra parcialmente preservada, com estado de conservação ruim, evidenciando degradação ambiental e falta de gestão, especialmente pelo acúmulo de lixo nos percursos de caminhada e nos corpos d'água. O local possui infraestruturas em alvenaria existentes, no entanto com necessidade de reforma, pois se encontram em estado de abandono. A localidade também não dispõe de sinalização adequada, e nem controle de visitação.

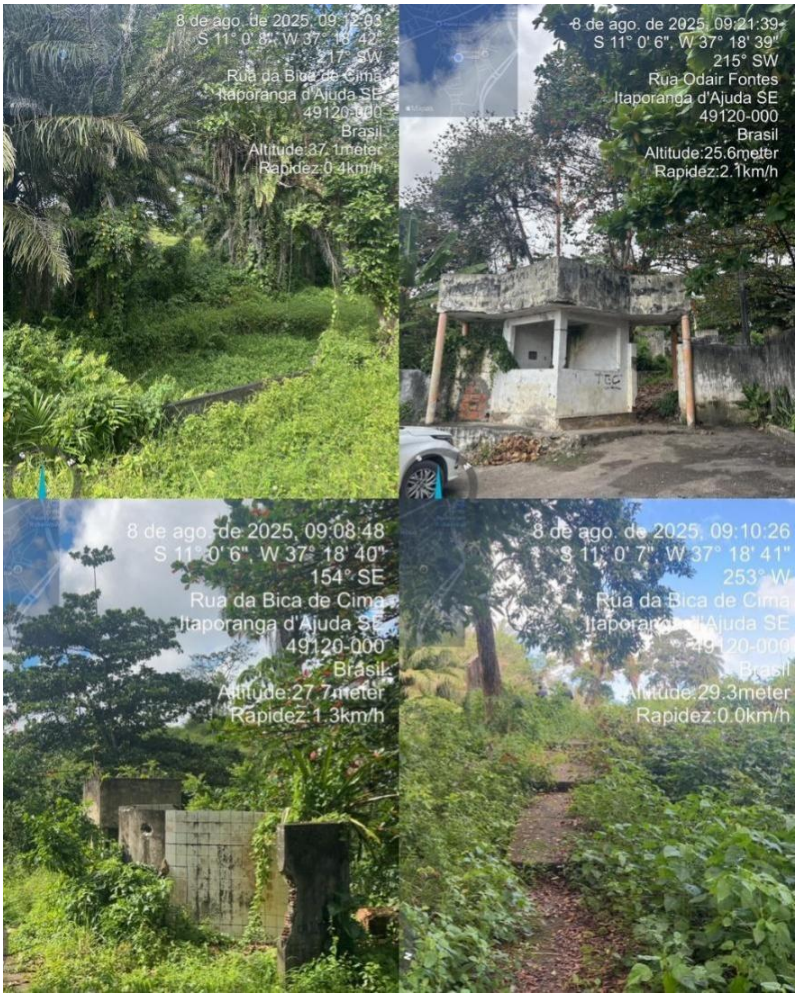


Figura 17: Bica da Cidade de Itaporanga D'Ajuda. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

A Bica da Cidade possui potencial para desenvolvimento de trilhas interpretativas e uso turístico. A proximidade com estradas principais, a exemplo da BR 101, e da sede municipal facilitam o acesso, que mesmo em períodos chuvosos permanece fácil. De modo geral, a Bica da Cidade apresenta alto potencial de uso socioambiental, desde que sejam implementadas ações de revitalização, manejo contínuo, educação ambiental e gestão participativa, visando à conservação e ao uso sustentável do espaço.

A Represa da Xinduba, localizada no povoado Araticum – zona rural do município, se caracteriza como um atrativo natural, mas com influências antrópicas – dado o represamento de um riacho. O local apresenta vegetação nativa associada à vegetação secundária. A presença do riacho e queda d'água, por conta do represamento, confere valor paisagístico ao local, ampliando seu potencial para atividades de lazer e turismo de natureza.

O acesso ao local é considerado moderado, com trechos em estrada de terra, e no local não há infraestrutura turística de apoio definida. A conservação ambiental pode ser classificada como regular, com impactos visíveis, mas controláveis, destacado principalmente pela presença de resíduos sólidos no entorno e nos córregos. Não existe controle de visitação turística, monitoramento ambiental ou orientação formal aos visitantes.



Figura 18: Represa da Xinduba

Apesar das limitações e impactos, o local apresenta potencial para o desenvolvimento de trilhas interpretativas e atividades de ecoturismo. Durante a visita, foi observado também a necessidade de análises técnicas para verificação da qualidade da água da represa, bem como ações de limpeza e manejo ambiental, visando à viabilidade de um uso turístico sustentável.

A Ponte da Linha Férrea, ou Pontilhão – como nomeou a comunidade, localizada entre os povoados Araticum e Água Bonita, zona rural do município, apresenta caráter histórico e cultural associado a elementos naturais, configurando-se como atrativo potencial

para desenvolvimento do ecoturismo. A área possui presença de vegetação nativa e secundária às margens do rio Vaza Barris.



Figura 19: Ponte da Linha Férrea (Pontilhão). Fonte: compilado pelos autores, 2025.

O acesso é difícil, devido à ausência de sinalização e à precariedade das vias. A conservação ambiental é regular, com impactos visíveis, com destaque para processos de erosão do solo e resíduos sólidos na localidade. Não há controle de visitação, monitoramento ambiental ou orientação aos visitantes. Apesar disso, o local apresenta potencial para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, turismo histórico e de aventura, incluindo observação da paisagem, da antiga estrutura ferroviária e navegação no rio Vaza Barris. Recomenda-se a implantação de infraestrutura básica para melhorar a segurança, controle de acesso público e estruturas flutuantes para facilitar o acesso por embarcações, além de ações de conservação ambiental.

A Bica do Povoado Nova Descoberta, localizada na zona rural do município, constitui um atrativo predominantemente natural, mas com ações antrópicas visualizadas.

No local, foi possível observar a presença de vegetação nativa, riacho e nascente, foi observada também uma infraestrutura de casa de bombas, para captação da água. A população local frequenta bastante, embora apresente acesso difícil, gerado pela ausência de sinalização adequada nas vias de acesso.

É possível classificar a conservação ambiental como regular, com impactos visíveis, principalmente relacionados à erosão do solo e à presença de resíduos sólidos. Não há infraestrutura turística, nem controle de visitação, monitoramento ambiental ou orientação aos visitantes. Apesar das limitações, o local apresenta potencial para o uso turístico sustentável, especialmente para atividades de lazer e contato com a natureza. A implantação de infraestrutura básica, como quiosques com banheiros e placas informativas, aliada à sinalização adequada a partir da rodovia mais próxima (SE-270), contribuiria para a melhoria da conservação ambiental e do uso ordenado do espaço.



Figura 20: Bica do povoado Nova Descoberta. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025.

A Ilha Mem de Sá configura-se como um atrativo de potencial misto, com patrimônios naturais e culturais. A Ilha está localizada na zona rural do município, e pode ser acessado via travessia em embarcações. A área apresenta vegetação nativa e secundária bem desenvolvidas, além da presença do rio Vaza Barris e de manguezal em todo o entorno da Ilha, conferindo elevado valor paisagístico e ambiental.

A conservação ambiental pode ser classificada como regular, com impactos visíveis, com destaque para a presença de resíduos sólidos nos percursos, bem como poluição sonora e visual. Embora exista infraestrutura turística básica e desenvolvimento de

atividades como condução de visitantes em trilhas, não existe controle de visitação turística, monitoramento ambiental sistemático ou orientação formal aos visitantes.

A Ilha apresenta grande potencial para o desenvolvimento de ecoturismo de base comunitária, sendo necessária uma reciclagem na capacitação de moradores locais para atendimento ao turista e condução ambiental, além da implementação de ações de educação ambiental, focadas no descarte adequado de resíduos sólidos e na conservação dos recursos naturais.

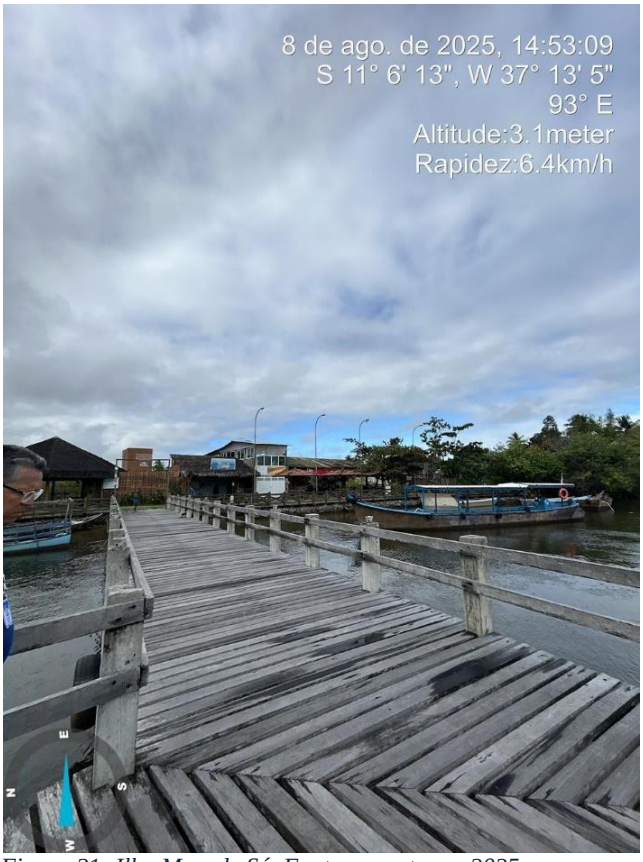


Figura 21: Ilha Mem de Sá. Fonte: os autores, 2025.

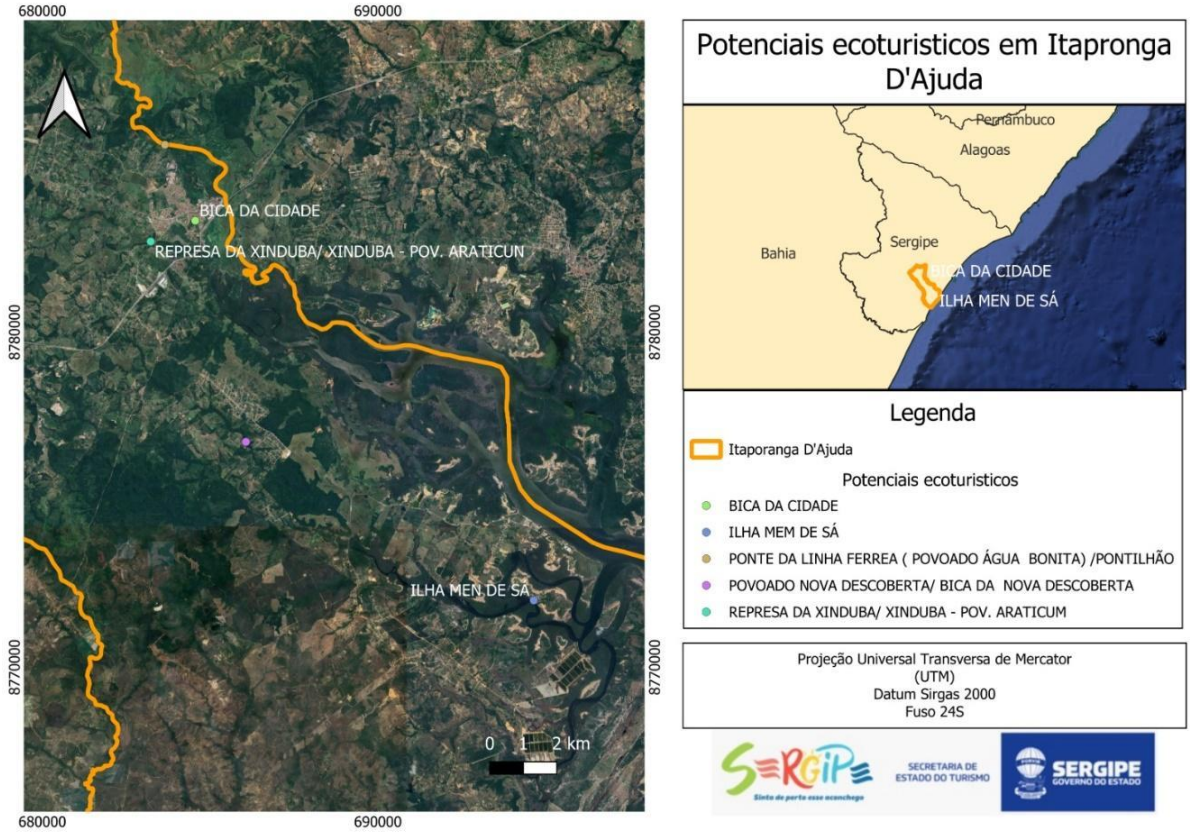


Figura 22: Potenciais ecoturísticos em Itaporanga D'Ajuda/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025.

Durante o diálogo com o município, visto o roteiro proposto, havia uma visita técnica pretendida no Santuário da Mata, **o Instituto Santuário da Mata** é uma iniciativa socioambiental localizada no povoado Tejupeba, zona rural do município de Itaporanga d'Ajuda, no estado de Sergipe. Trata-se de uma organização da sociedade civil fundada em 2018, voltada à **conservação da biodiversidade da Mata Atlântica**, com ênfase na proteção de espécies ameaçadas e na restauração de ecossistemas naturais.

O espaço funciona como área de conservação e educação ambiental, desenvolvendo atividades de **reflorestamento, manejo ecológico, pesquisa científica e sensibilização ambiental junto às comunidades locais**. O local também abriga iniciativas de **soltura e monitoramento de animais silvestres**, além de ações educativas com escolas e visitantes, contribuindo para a formação de consciência ambiental e para a valorização do bioma Mata Atlântica.

Além disso, o Santuário da Mata mantém **programas de voluntariado, parcerias institucionais e projetos de pesquisa**, como cooperações com universidades para estudos

nas áreas de biologia e ecologia, fortalecendo a produção científica e a conservação da fauna e flora regionais.

Inúmeras vezes fora demonstrado pelos administradores o interesse de fortalecer o Birdwatch ou birdwatching, que é a atividade de observação de aves em seu habitat natural, assim como o monckeywatch realizada principalmente como lazer, turismo ecológico ou atividade de ciência cidadã. A observação da vida silvestre no geral é uma atividade cultivada pelo instituto e que se relaciona diretamente com os dados de crescimento da atividade de turismo ecológico no Brasil. A prática consiste em identificar e registrar espécies por meio da observação visual, escuta dos cantos ou uso de equipamentos como binóculos e câmeras, sempre sem interferir no comportamento dos animais.

Estruturas foram instaladas no empreendimento visando o fortalecimento dessa prática, a citação nesse diagnóstico desse espaço de conservação de um bioma tão importante como a Mata Atlântica se apresenta de alta valia, visto que cada dia mais alcança turistas nacionais e internacionais para o território.



Figura 23: Observação de Vida Silvestre no Santuário da Mata em Itaporanga D Àjuda. Fonte: Santuário da Mata.

4.3. RIACHÃO DO DANTAS – PALMARES

No dia 12 de agosto de 2025, foi realizada uma visita de campo a atrativos naturais existentes no município de Riachão do Dantas. Na oportunidade foram visitadas oito localidades, sendo elas o Riacho do Limeira, Zuador, Nascente do Rio Piauí, Fazenda Carira, Ponto do Camping, Riacho Marinheiro, Cerca de Pedra e Cachoeirinha da Água Rica.

O município de Riachão do Dantas apresenta potencial ecoturístico fundamentado em atrativos naturais localizados em áreas rurais, como o Distrito de Palmares e o Zuador, que oferecem oportunidades para atividades de recreação e observação ambiental, incluindo banhos em rios e cachoeiras.



Figura 24: Atrativos naturais do município de Riachão do Dantas.
Fonte: compilado pelos autores, 2025.

Apesar de seu valor ecológico, os locais apresentam acesso moderado, com trechos de dificuldade, e ausência de infraestrutura turística estruturada, o que limita a segurança e a organização das visitas. A conservação ambiental varia entre os atrativos: Palmares demonstra sinais de uso sustentável, enquanto o Zuador apresenta impactos visíveis, como

lixo em trilhas e córregos, embora controláveis. Não há controle formal da carga turística, monitoramento ambiental ou orientação sistemática aos visitantes, e o envolvimento da comunidade local é limitado ou não identificado, o que eleva os riscos de degradação e exploração desordenada.



Figura 25: Impactos observados nos atrativos naturais do município de Riachão do Dantas. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

Apesar desses desafios, os locais oferecem condições favoráveis para o desenvolvimento de ecoturismo, podendo ser potencializado mediante implantação de infraestrutura mínima, gestão ambiental adequada, monitoramento contínuo e capacitação comunitária, garantindo a sustentabilidade das atividades e a preservação dos recursos naturais do município.

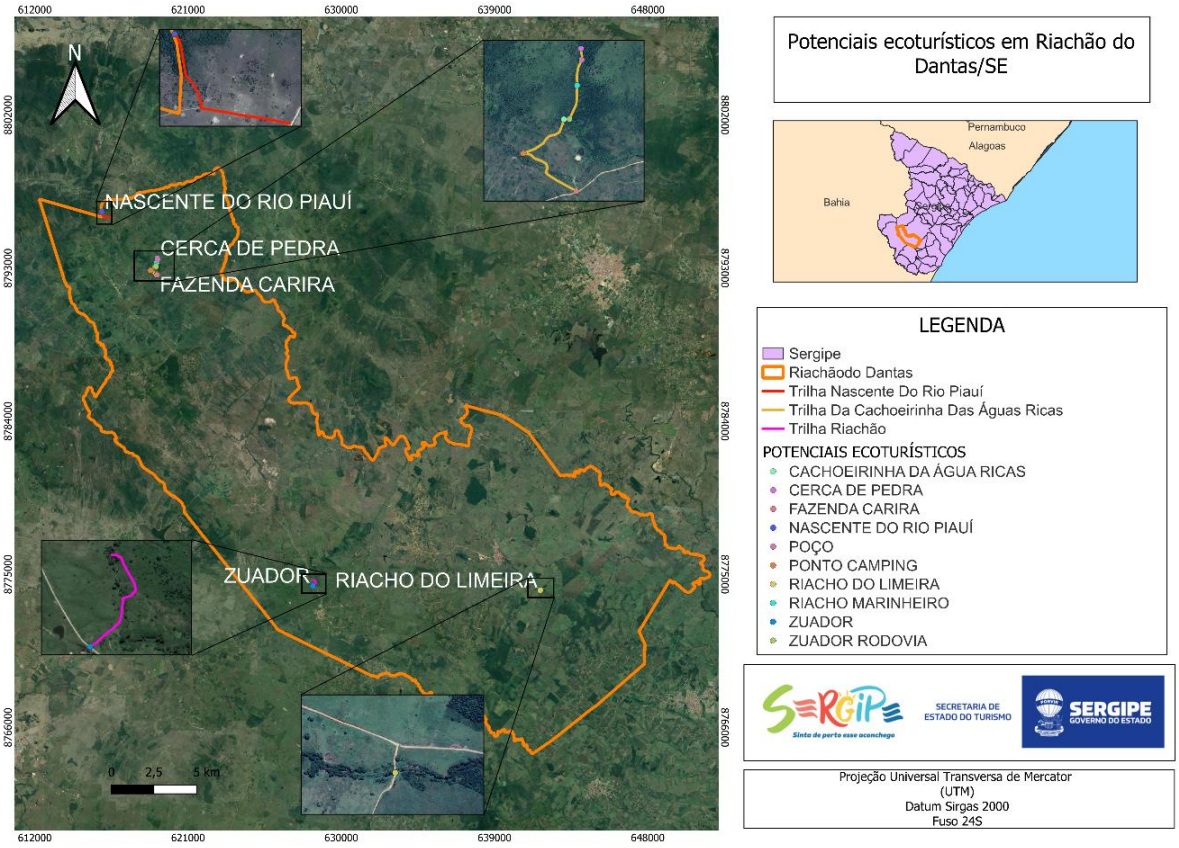


Figura 26: Potenciais ecoturísticos em Riachão do Dantas/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025.

4.4. DIVINA PASTORA

No dia 29 de agosto de 2025, foi realizada uma visita de campo aos atrativos naturais no município de Divina Pastora. Na oportunidade foram visitadas duas localidades, sendo elas respectivamente a Mata da Boacica e as Ruínas da Antiga Fazenda Mato Grosso.

O município apresenta potencial ecoturístico significativo a partir da Mata da Boacica, localizada em unidade de conservação, que concentra atributos naturais, culturais e históricos favoráveis ao desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo sustentável. Apesar da relevância ambiental da área, observa-se a ausência de infraestrutura turística de apoio e de recursos de localização interativa, além de acesso dificultado pela falta de sinalização e pelas condições precárias das vias.

A conservação ambiental é avaliada como regular, com impactos visíveis, porém passíveis de mitigação, como a ocorrência de lixo em trilhas e cursos d’água, além de processos de erosão do solo. Não há controle formal de carga turística, monitoramento ambiental sistemático ou orientação contínua aos visitantes, fatores que limitam o uso

ordenado do espaço. Ainda assim, o local permite atividades de baixo impacto, como a observação da fauna e da flora, indicando viabilidade para a consolidação do ecoturismo. Com a implementação de estratégias de gestão ambiental, capacitação da comunidade local e instalação de infraestrutura mínima de apoio, o município reúne condições para desenvolver o ecoturismo de base comunitária, promovendo a conservação dos recursos naturais e a valorização sociocultural de forma sustentável.



Figura 27: Mata da Boacica. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

A Mata da Boacica, localizada na área urbana do município, é caracterizada pela presença de vegetação nativa e secundária. A área é objeto de estudo de um Projeto de Lei para criação de uma Unidade de Conservação do tipo Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), possui grande potencial para implementação de trilhas interpretativas e desenvolvimento de ecoturismo de base comunitária.

A presença de corpos d'água na localidade ocorre principalmente em dois pontos: na Fonte dos Padres e no Tanque da Rua. Os dois pontos possuem potencialidades para inclusão em roteiro de trilha interpretativa. Apesar do potencial existente na Mata da Boacica, foi observado em alguns pontos a ocorrência de erosões, desmatamentos, presença de gado, resíduos sólidos, além de construções no entorno da área.

O local pode ser acessado a pé, no entanto nos períodos de maior pluviosidade a realização de atividades pode apresentar dificuldades. A área necessita de infraestrutura adequada, ações de manejo e sinalizações de acesso e nas trilhas.



Figura 28: Tanque da Rua e Fonte dos Padres. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

As Ruínas da Antiga Fazenda Mato Grosso estão inseridas em área com vegetação secundária, o acesso pode ser realizado a pé ou por veículo. A localidade possui valor histórico e cultural, porém apresenta condição de conservação ruim, ausência de elementos naturais relevantes, falta de sinalização no acesso e no local, além da necessidade de

intervenções para recuperação e estruturação, para posterior desenvolvimento do uso turístico.



Figura 29: Ruínas da antiga Fazenda Mato Grosso.

Mapa 8 –

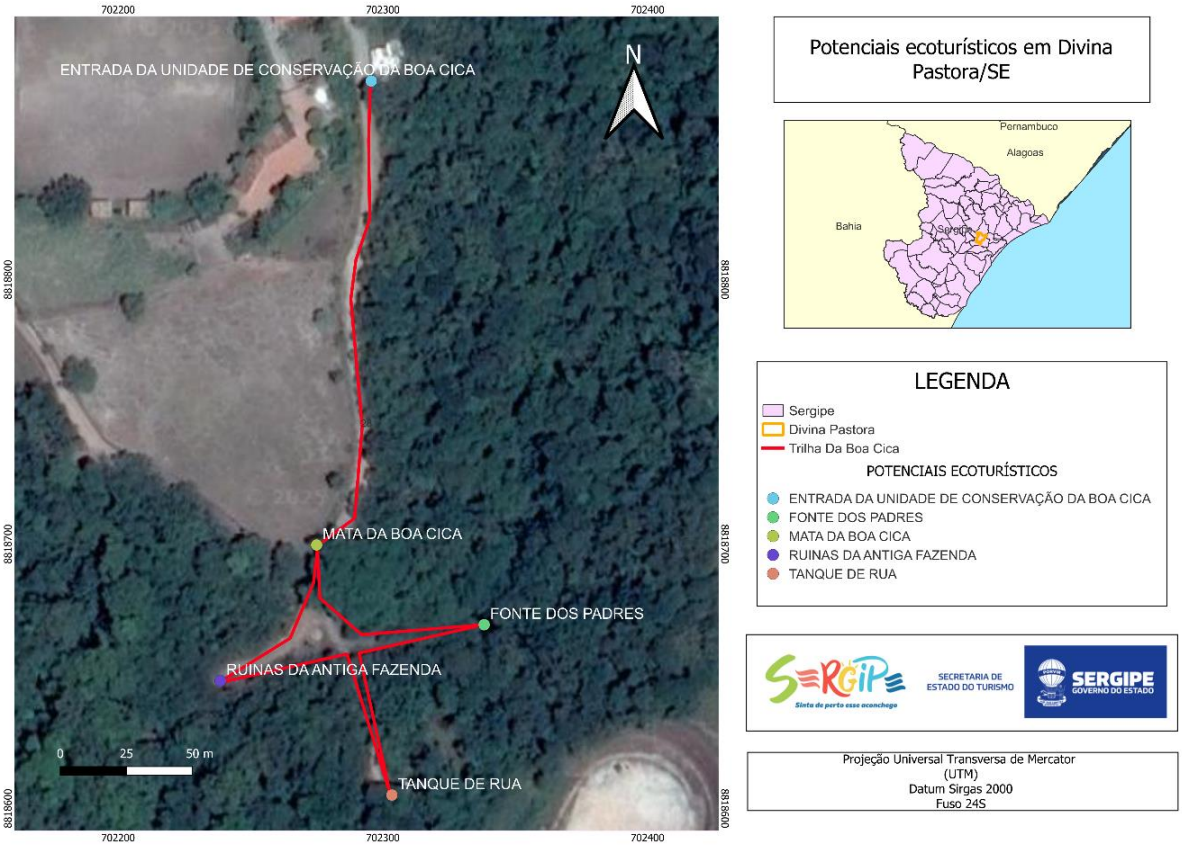


Figura 30: Mapeamento do trecho na trilha da Mata da Boacica em Divina Pastora/SE. ***Fonte:*** *desenvolvido pelos autores, 2025.*

4.5. PIRAMBU

No dia 11 de setembro de 2025, foi realizada uma visita de campo aos atrativos naturais no município de Pirambu. Na oportunidade foram visitadas quatro localidades, sendo elas respectivamente a REBIO de Santa Isabel, o povoado Alagamar, a Cachoeira do Roncador e o Ecomuseu do Roceiro.

De maneira geral, o município de Pirambu apresenta bom potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, especialmente sob a perspectiva do ecoturismo de base comunitária. As áreas potenciais para desenvolvimento do ecoturismo no município estão situadas na zona rural, o território possui paisagens naturais relevantes e trilhas que, embora ainda não apresentem infraestrutura, permitem uso parcial para atividades de visitação, como caminhadas interpretativas, banho em cachoeiras, lagoas e rios, além de contato com os patrimônios culturais da região.

Atualmente, o nível de intervenção é moderado, com condições consideradas regulares, exigindo melhorias principalmente em acessos, sinalização, manejo das trilhas e controle dos impactos ambientais. Apesar desses desafios, destaca-se a existência de uma experiência boa no Ecomuseu do Roceiro, que demonstra a viabilidade de iniciativas integradas entre conservação ambiental, valorização cultural e geração de renda local.

Esse exemplo reforça que, com planejamento adequado, investimentos em infraestrutura básica e fortalecimento da participação comunitária, o município pode ampliar significativamente sua oferta ecoturística de forma sustentável, conciliando conservação dos recursos naturais, educação ambiental e desenvolvimento socioeconômico local.

O diagnóstico ambiental dos pontos avaliados no município de Pirambu/SE evidencia um grau de conservação ambiental diretamente relacionado ao tipo de uso, acessibilidade e nível de intervenção antrópica. De modo geral, os pontos inseridos em áreas com maior controle de acesso e infraestrutura básica apresentam melhor estado de conservação, enquanto aqueles associados ao uso público intensivo e à ocupação humana demonstram maior vulnerabilidade ambiental.

A REBio de Santa Isabel, como Unidade de Conservação, destaca-se como a área com melhor integridade ambiental. Por se tratar de uma UC de proteção integral, possui acesso restrito, além disso a ausência de grandes infraestruturas complementa a compatibilidade com os objetivos de conservação, resultando em um estado de conservação classificado como bom, sem registro de impactos ambientais significativos.



Figura 31: REBIO de Santa Isabel no trecho de Pirambu. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

O povoado Alagamar encontra-se em área com ocupação humana consolidada, apresentando maior pressão antrópica decorrente de atividades produtivas – a exemplo da extração de palhas de coqueiro e taboa para produção de artesanatos; e da ausência de infraestrutura de saneamento básico adequada. Apesar de ainda apresentar condição geral considerada boa, a área demonstra vulnerabilidade ambiental, demandando ações de ordenamento territorial e gestão ambiental integrada.



Figura 32: Povoado Alagamar. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

A Cachoeira do Roncador apresenta acesso facilitado em primeiro momento, por ser realizado através de estrada vicinal em condições regulares, com possibilidade de deslocamento em veículos terrestres até determinado ponto. Na área de início de mata mais vigorosa, o acesso é realizado a pé até a cachoeira, com possibilidade de desenvolvimento de trilha interpretativa – o percurso possui diversas espécies da flora da mata atlântica e possibilidades de apreciação dos sons da fauna local.



Figura 33: Cachoeira do Roncador. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

Embora o estado de conservação atual seja classificado como bom, o uso irrestrito, a ausência de controle efetivo e a inexistência de sinalização representam risco potencial de degradação ambiental, sendo recomendadas medidas de intervenção, ordenamento, educação ambiental, monitoramento contínuo e controle de acesso, a fim de minimizar impactos ambientais e reduzir riscos aos visitantes.

O Ecomuseu do Roceiro, detentor de duas Unidades de Conservação do tipo RPPN - categoria de UC de uso sustentável, se destaca como um espaço destinado ao uso público e à educação ambiental, apresentando bom estado de conservação e ausência de impactos ambientais relevantes. No entanto, observa-se a necessidade de aprimoramento da infraestrutura interpretativa e da sinalização ambiental, visando potencializar seu papel educativo e reduzir riscos de uso inadequado.

O Morro da Lucrécia, um conjunto de dunas existentes na RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia, apresenta boa integridade ambiental, favorecida pelo acesso limitado e pela baixa interferência antrópica. O estado de conservação é classificado como bom, com alto valor paisagístico e ambiental, sendo recomendada a manutenção das condições atuais e o monitoramento preventivo frente a possíveis incrementos de uso.

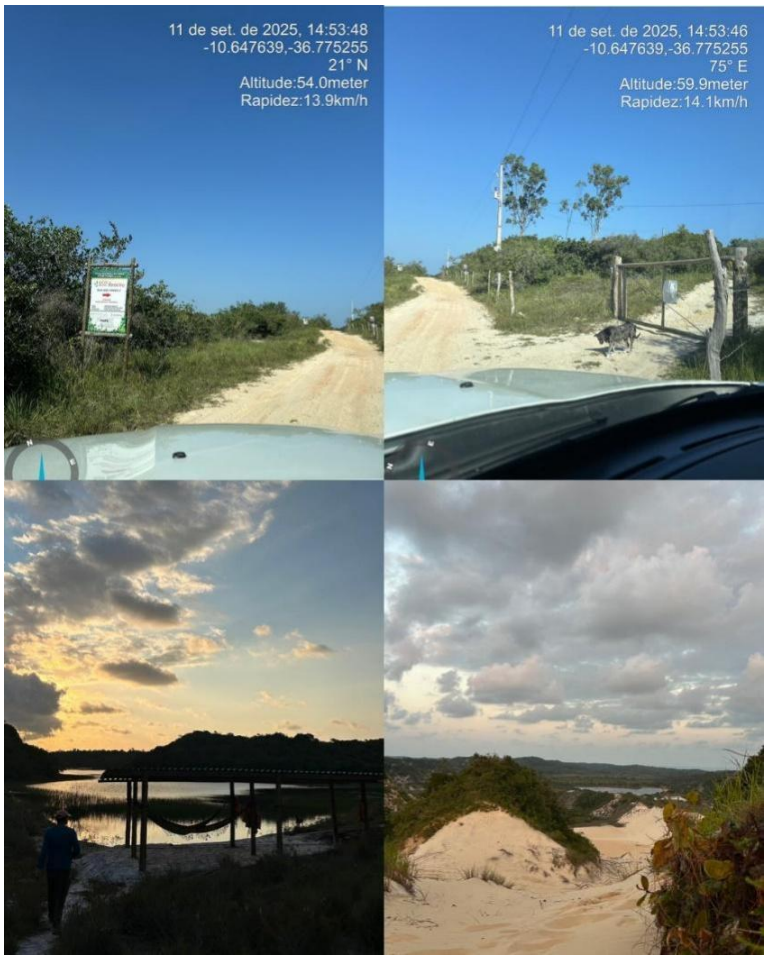


Figura 34: Ecomuseu do Roceiro. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

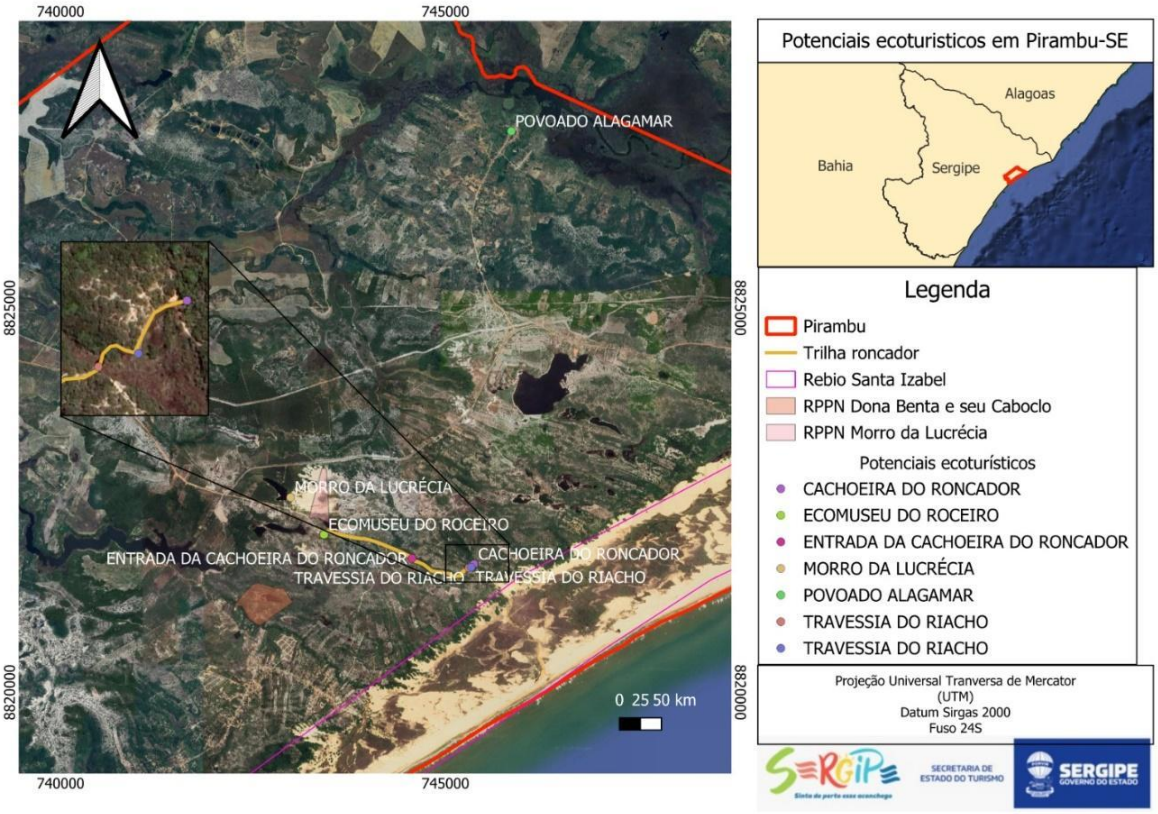


Figura 35: Potenciais ecoturísticos em Pirambu/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025.

4.6. PACATUBA

No dia 12 de setembro de 2025, foi realizada uma visita de campo aos atrativos naturais no município de Pacatuba. Na oportunidade foram visitadas seis localidades, sendo elas respectivamente a Ponte da Comcombeia – área do Pantanal Sergipano, Brejão da Itioca, Lagoa das Piranhas, Boca da Barra, Ilha dos Pescadores (Ponta dos Mangues), e Mirante do Robalo.

De forma ampla, o município de Pacatuba apresenta potencial ecoturístico relevante, associado à integração entre atrativos naturais e culturais, localizados predominantemente nas áreas rurais do município. As áreas analisadas incluem trilhas terrestres e aquáticas, que possibilitam atividades de observação da flora e fauna, além de apreciação de paisagens cênicas.

Embora os acessos a algumas áreas ainda sejam parciais ou restritos, com condições variando entre regulares e moderadas. Observa-se a existência de impactos

ambientais pontuais, como a presença de lixo em trilhas, indicando a necessidade de melhorias no manejo ambiental, sinalização e educação ambiental.

Em alguns locais, existe controle parcial do uso do espaço e participação comunitária direta, com destaque para iniciativas conduzidas por moradores locais, como a trilha aquática realizada com apoio de barqueiro da comunidade, e a venda de artesanatos nas casas de artesãos, o que reforça o potencial para o ecoturismo de base comunitária. Entretanto, ainda são identificados desafios relacionados à ausência ou fragilidade de monitoramento sistemático, orientação formal aos visitantes e infraestrutura adequada.

De modo geral, Pacatuba possui condições favoráveis para a ampliação do ecoturismo sustentável, desde que sejam implementadas ações de planejamento, qualificação da oferta turística, fortalecimento comunitário e mitigação dos impactos ambientais, promovendo a conservação dos recursos naturais e a valorização sociocultural local.

Com relação ao diagnóstico ambiental dos pontos avaliados no município de Pacatuba/SE, foi evidenciado baixo impacto humano na maior parte dos pontos, enquanto dois pontos em específico – Brejão da Itioca e Ponta dos Mangues, exigem monitoramento devido ao uso direto de recursos naturais.

Os principais riscos incluem a compactação do solo, poluição hídrica e perturbação da fauna. Recomenda-se controle da visitação, monitoramento da biodiversidade, regulamentação de atividades humanas, educação ambiental e proteção legal das áreas sensíveis, garantindo a preservação dos ecossistemas e o potencial para turismo sustentável e pesquisa científica.

A Ponte da Comcombeia, marca o início da área conhecida como Pantanal Sergipano, a área em questão possui elevado valor ecológico e cultural, com baixa pressão antrópica devido ao acesso restrito. A diversidade de ecossistemas aquáticos e de vegetação ribeirinha é um habitat perfeito para aves, anfíbios e pequenos mamíferos. O ponto é adequado para atividades de turismo de natureza e educação ambiental, com baixo risco de degradação, desde que o fluxo de visitantes seja controlado. É recomendado que haja controle de acessos, além de desenvolvimento de educação ambiental com os visitantes.

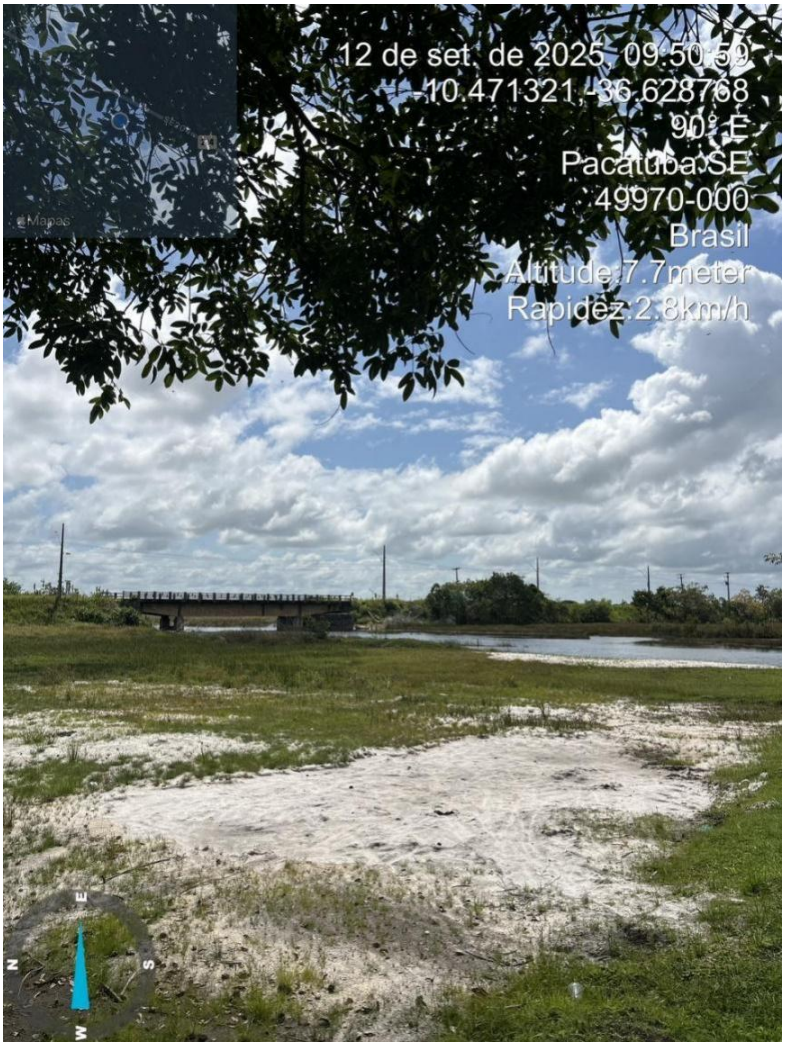


Figura 36: Ponte da Comcombeia. Fonte: os autores, 2025.

O Brejão da Itioca é caracterizado por uma área de lagoas com aparência de pântano, os acessos podem ser realizados a pé. Apesar de ser uma área com baixos impactos, possui proximidade com áreas de desenvolvimento de atividades humanas, o que pode gerar perturbação da fauna local, além de risco de degradação hídrica. O ecossistema do local é sensível e carece de monitoramento da qualidade da água, restrição de ações antrópicas no entorno e incentivo a práticas de ecoturismo de base comunitária.



Figura 37: Brejão da Itioca. ***Fonte:*** *os autores, 2025.*

A Lagoa das Piranhas trata-se de uma área de valor ecológico significativo, com áreas alagadas que se assemelham ao bioma pantanal. Não foi registrada infraestrutura ou intervenções humanas, diante disto a área possui bom estado de conservação. O acesso ao local pode ser realizado a pé. Recomenda-se a implementação de monitoramento da fauna e flora, e o desenvolvimento de roteiros de observação de fauna, além de ecoturismo.

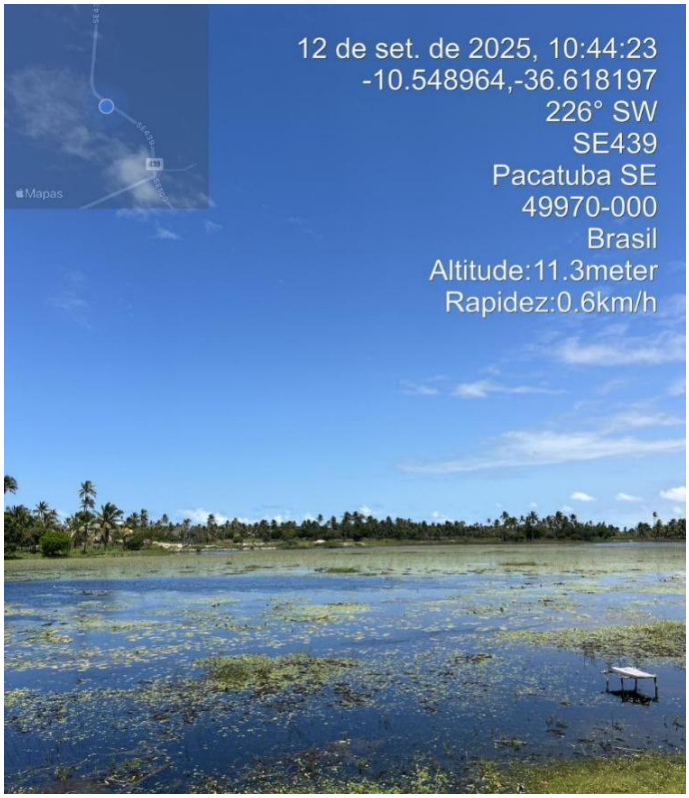


Figura 38: Lagoa das Piranhas. Fonte: os autores, 2025.

A Boca da Barra é uma área do município que está inserida na REBio de Santa Isabel, com isso existe a necessidade de regulação no controle de acesso, visto a categoria da Unidade de Conservação. Foi observado que a área possui acesso deliberado a veículos terrestres, motorizados ou não, além de pedestres. Este ponto, aliado a baixa sinalização e presença de resíduos sólidos pode gerar impactos significativos futuramente. Ademais, a área possui potencial para desenvolvimento de ecoturismo, no entanto com gestão adequada para evitar o avanço da degradação nas margens do rio e do manguezal. É recomendada a ampliação da sinalização, manutenção da vegetação, implementação de ações de educação ambiental com a comunidade local e visitantes, além do controle de acesso.



Figura 39: Boca da Barra. Fonte: os autores, 2025.

Ponta dos Mangues e a Ilha dos Pescadores possui deliberado acesso de pessoas, através de veículos ou a pé. Na localidade é comum a pesca artesanal, ponto que evidencia a utilização direta dos recursos hídricos. A vegetação é predominantemente de manguezal e restinga, ecossistemas muito sensíveis e fundamentais para a fauna aquática e controle de erosão. Os impactos resultantes da antropização da área são visíveis, o que torna necessário o estabelecimento de zonas de proteção ambiental, regulamentação da pesca, implementação de ações de educação ambiental junto à comunidade local, além de controle de acesso de visitantes.

Figura 25 –

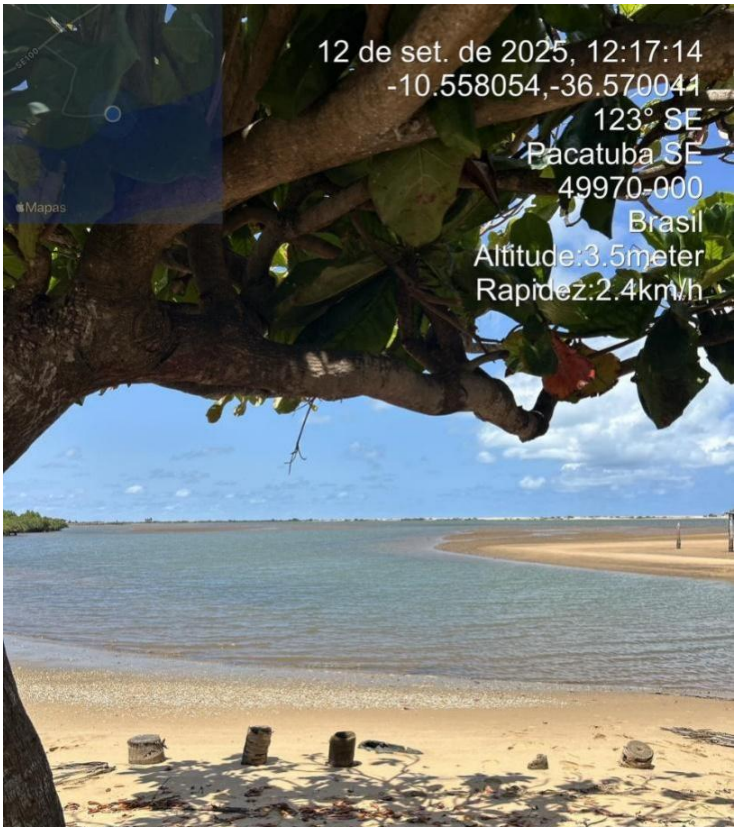


Figura 40: Ponta dos Mangues e Ilha dos Pescadores. Fonte: os autores, 2025.

O Mirante do Robalo dispõe de acesso a pé e por veículos, é um mirante com vista panorâmica de parte da área conhecida como pantanal sergipano, e de parte das dunas e praia localizadas na REBio de Santa Isabel. A área apresenta infraestrutura básica para o acesso de visitantes, possui alto valor cênico e potencial para observação de fauna. A integridade da vegetação é essencial para a manutenção dos ecossistemas.



Figura 41: Mirante do Robalo. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

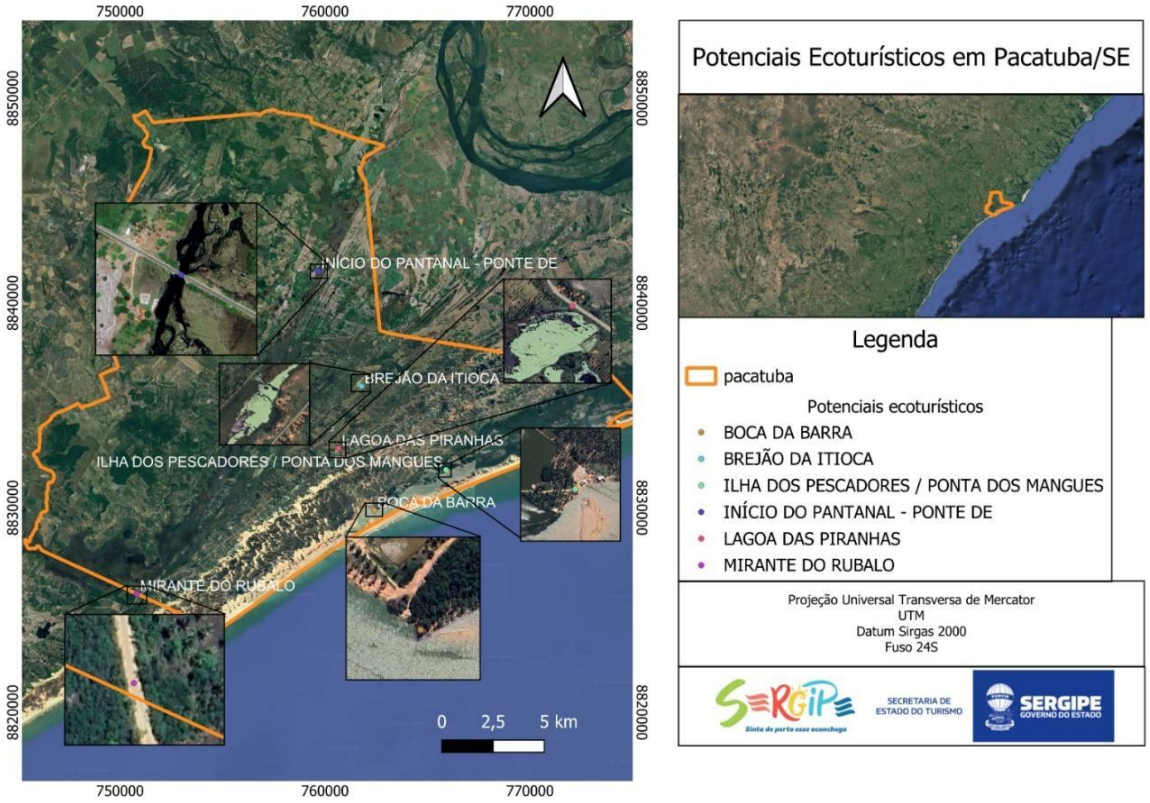


Figura 42: Potenciais ecoturísticos em Pacatuba/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025.

4.7. ESTÂNCIA

Nos dias 15 e 24 de setembro de 2025, foram realizadas visitas de campo a duas propostas de roteiro para ecoturismo no município de Estância. Na oportunidade do dia 15 de setembro, as equipes tiveram a oportunidade de conhecer um percurso de trilha interpretativa no povoado Porto do Mato, integrando elementos naturais e culturais. Já no dia 24 de setembro, as equipes conheceram a Rota do Peixe-Boi Marinho, promovida na foz do rio Real pela Fundação Mamíferos Aquáticos, com partida da Praia do Saco.

O município de Estância apresenta um considerável potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, especialmente evidenciado no povoado Porto do Mato e na Rota do Peixe-Boi, situados em zonas rurais do munícipio. Essas áreas reúnem características naturais e culturais que favorecem atividades ecoturísticas como a observação da fauna e flora e banhos em rios, além da interação com comunidades locais.

Embora a infraestrutura turística de apoio seja parcial e os acessos moderados, com alguns trechos de dificuldade, a conservação ambiental encontra-se em estado regular, com impactos visíveis, porém controláveis, como a presença de lixo em trilhas e cursos d'água.

O envolvimento comunitário, ainda que indireto, contribui para a manutenção dessas atividades, mas carece de monitoramento ambiental e turístico sistematizado, bem como de orientação formal aos visitantes quanto às práticas de turismo sustentável. Projetos como o Ecotech e a Rota do Peixe-Boi-Marinho evidenciam o potencial para o fortalecimento do ecoturismo de base comunitária, desde que sejam implementadas estratégias que ampliem a infraestrutura, o controle de carga turística e o engajamento da comunidade, garantindo a conservação dos recursos naturais e a valorização dos patrimônios culturais locais.

Com relação ao diagnóstico ambiental, a trilha idealizada pelo Projeto Ecotech em parceria com a comunidade do povoado Porto do Mato apresenta três pontos de interesse ambiental (P1 – Porto do Mato / Entrada da Trilha, P2 – Lagoa Vitória-Régia / Carci Cultural e P3 – Porto de Olina). Estes pontos caracterizam uma trilha, com vegetação preservada e ecossistemas aquáticos típicos de água doce.



Figura 43: Trilha no povoado Porto do Mato (Projeto Ecotech). ***Fonte:*** *compilado pelos autores, 2025.*

O acesso é predominantemente a pé. Os impactos potenciais da localidade incluem compactação do solo, alteração de margens e perturbação da fauna e flora aquática. Recomenda-se controle da visitação, monitoramento da qualidade da água e da vegetação, além de educação ambiental para visitantes e proteção legal das áreas sensíveis, garantindo o uso sustentável e a preservação desses ecossistemas que possuem potencial para turismo de natureza, pesquisa científica e atividades culturais.

A Rota do Peixe-Boi-Marinho apresenta cinco pontos de interesse ambiental, sendo P1 – Praia do Saco, P2 – Ilha da Sogra, P3 – Crôa Grande, P4 – Área próxima a um viveiro de camarão e P5 – Casa da Rainha (destruída pela maré). A caracterização desses pontos é reforçada principalmente pelos ecossistemas aquáticos, de manguezal, crôas e áreas costeiras, com a presença de aves nativas e migratórias, além de elementos culturais.



Figura 44: Rota do Peixe-Boi-Marinho. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

A realização da rota é realizada em um barco com capacidade para 7 pessoas, visando mínimo impacto durante a atividade, ainda assim existem impactos potenciais como compactação de solo, degradação de manguezais – por demais atividades humanas realizadas na região, alterações de margens e perturbação da fauna aquática e avifauna. É recomendado o monitoramento ambiental contínuo e manejo sustentável de outras atividades produtivas realizadas na região, a fim de garantir a preservação dos ecossistemas e o uso sustentável através do ecoturismo.

Mapeamento

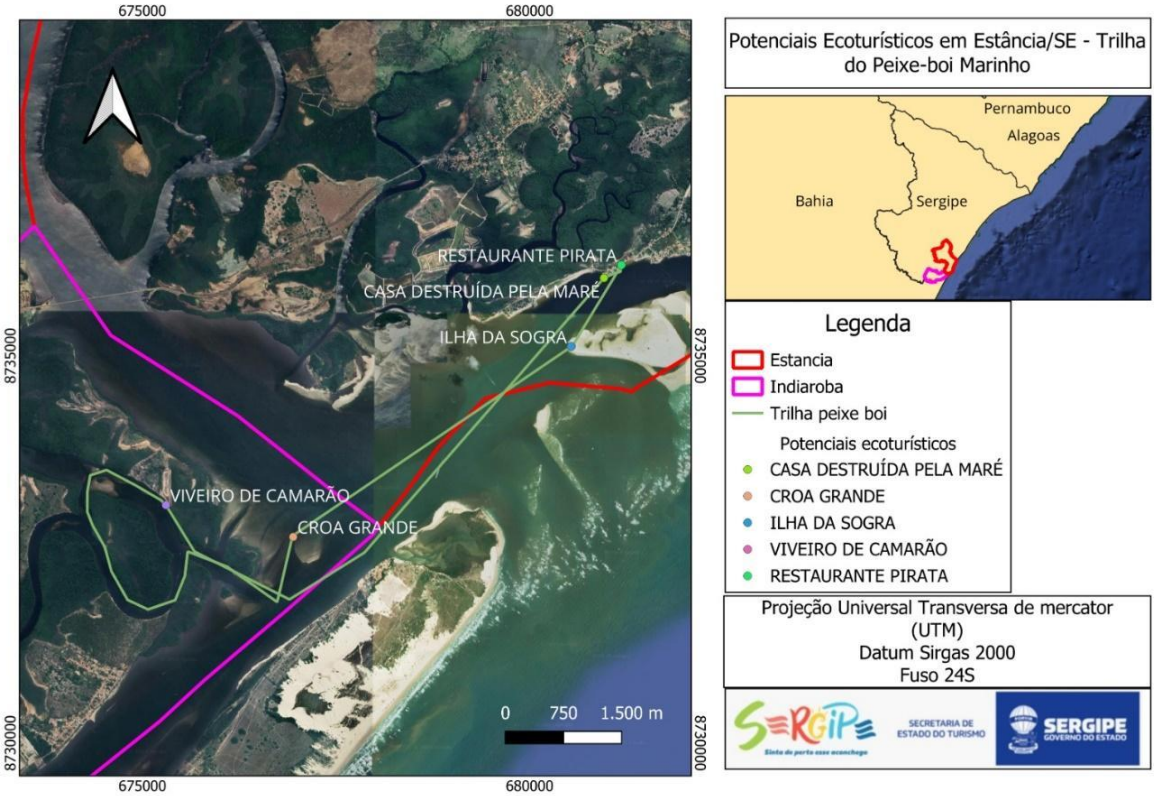


Figura 45: Potenciais ecoturísticos em Estância/SE (Rota do Peixe-Boi-Marinho). ***Fonte:*** *desenvolvido pelos autores, 2025.*

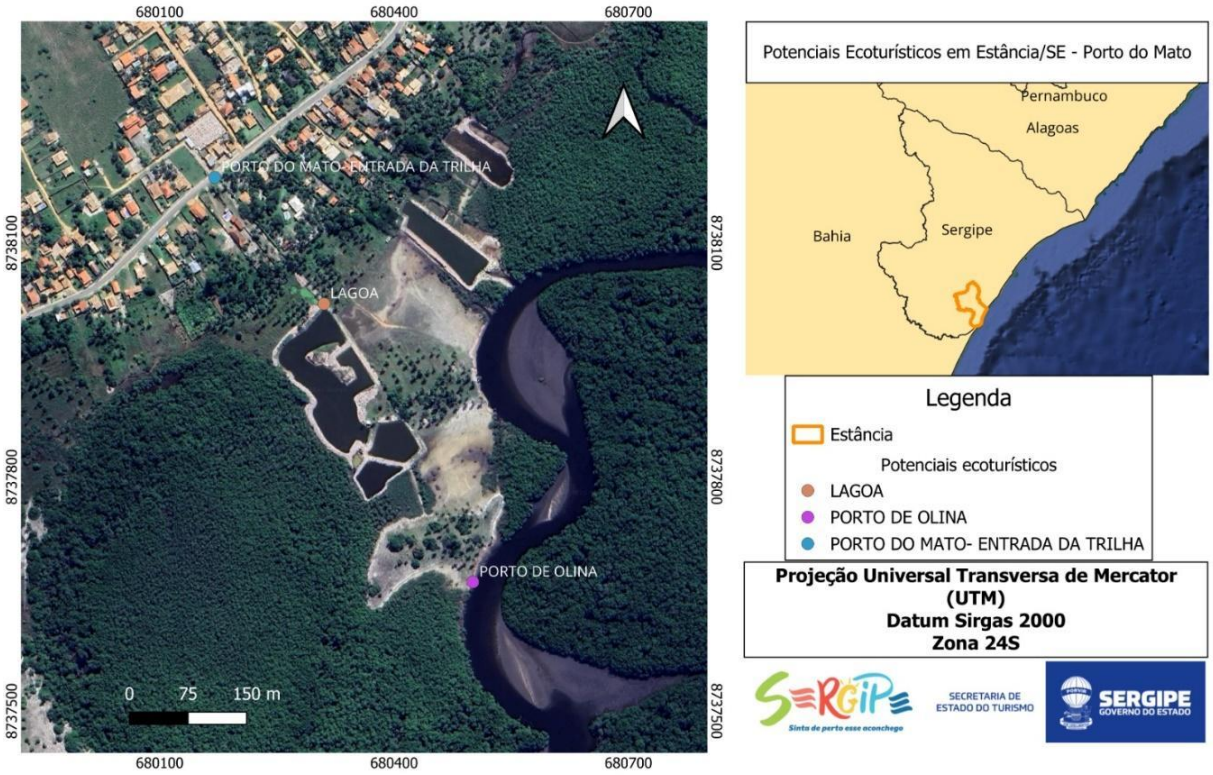


Figura 46: Potenciais ecoturísticos em Estância/SE (povoado Porto do Mato). Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025.

4.8. GARARU

No dia 2 de outubro de 2025, foi realizada visita de campo aos atrativos naturais no município de Gararu. Na oportunidade foram visitadas seis localidades, sendo elas respectivamente a Trilha para o Buraco de Maria Pereira, Pedra do Rapel, Serra da Tabanga, Pedra do Gavião e Pinturas Rupestres da Genipatuba, Pedra do Diogo e Serra da Melancia.

O município de Gararu possui significativo potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, centrado em atrativos naturais e históricos localizados em zonas rurais, como o Buraco de Maria Pereira, Serra da Tabanga, Pedra do Gavião, Pedra do Diogo e Serra da Melancia. No entanto, o acesso às áreas é moderado, com trechos de dificuldade, a infraestrutura turística é atualmente insuficiente, carecendo de recursos interativos que facilitem os deslocamentos e a experiência dos visitantes.

A conservação ambiental é considerada boa, indicando um uso relativamente sustentável dos recursos naturais, apesar da ocorrência pontual de poluição sonora e visual. A ausência de controle de acesso turístico e de infraestrutura parcial para atividades ecoturísticas limitam o aproveitamento pleno do potencial da região.

O envolvimento da comunidade local acontece de forma indireta, prestando serviços básicos para empresários, porém faltam incentivos para o protagonismo comunitário, bem como sistemas estruturados de monitoramento ambiental e orientação sobre práticas sustentáveis.

O desenvolvimento de uma trilha de longo curso integrando os diversos atrativos turísticos da região representa uma oportunidade estratégica para consolidar Gararu como um destino ecoturístico de destaque, promovendo a conservação ambiental, o fortalecimento comunitário e a valorização do patrimônio cultural local.

Com relação ao diagnóstico ambiental dos pontos visitados no município, a trilha para o Buraco de Maria Pereira tem seu acesso por meio fluvial como também por trilha na margem direita do Rio São Francisco, passando na propriedade do Sr. José. Este ponto é relevante como portal de entrada para a trilha, mas apresenta impacto ambiental já perceptível – como desmatamento, descarte de resíduos sólidos e presença de gado, exigindo atenção para recuperação da vegetação, limpeza do ambiente e manejo da trilha.

A formação rochosa do Buraco de Maria Pereira está localizada na encosta de um paredão, e nas proximidades de um riacho. O acesso pode acontecer a pé ou de barco (a depender do período do ano). A vegetação predominante do entorno é a caatinga, com cactos, macambiras e cabeças-de-frade, oferecendo um ecossistema preservado.



Figura 47: Buraco de Maria Pereira e Pedra do Rapel. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

A área possui impactos controláveis e potencial para desenvolvimento de turismo de natureza e observação de fauna. Devido à fragilidade do ambiente, é recomendável um manejo cuidadoso, sinalização e visitação conduzida, para evitar maior degradação.

A Serra da Tabanga dispõe de uma trilha extensa, com cerca de 13km no total. O acesso à localidade pode acontecer a pé ou de barco. Nas proximidades do percurso foi observada criação de gado, no entanto a vegetação encontra-se parcialmente preservada, sendo necessário cuidado com o manejo da fauna observada. O impacto humano é moderado, e a região possui ecossistemas remanescentes da caatinga. Este ponto oferece potencial para atividades de educação ambiental, exigindo implantação de sinalização, manejo da trilha e planejamento para minimizar a interferência humana, oferecer segurança aos visitantes e proteger o ambiente natural.



Figura 48: Serra da Tabanga vista do rio São Francisco. Fonte: os autores, 2025.

A Pedra do Gavião é uma formação rochosa às margens do Rio São Francisco, nas proximidades da pedra foi constatada a presença de sítio arqueológico com pinturas rupestres – conhecido como Genipatuba. Na região foi possível observar a fauna local, incluindo mocós. O acesso é feito por barco, e a área permanece bem preservada, com baixo impacto humano. O ponto possui alto valor cultural, histórico e ambiental, sendo ideal para desenvolvimento de ecoturismo arqueológico, com a necessidade de controle rigoroso de visitantes, para proteger as pinturas rupestres e a vegetação do entorno.

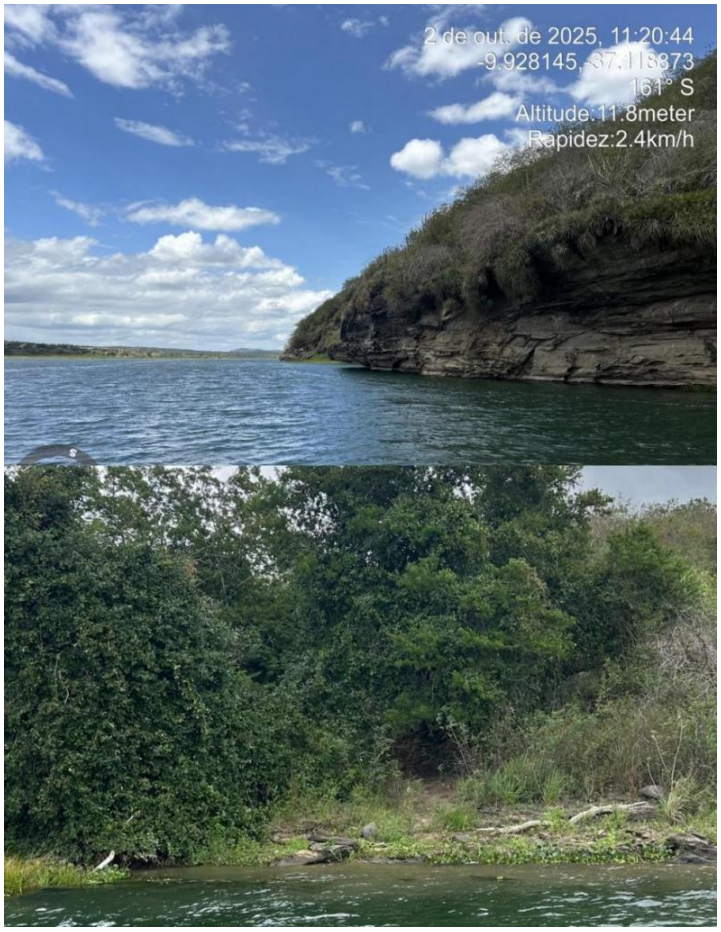


Figura 49: Pedra do Gavião e acesso para as pinturas rupestres da Genipatuba. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

A Pedra do Diogo tem acesso realizado a pé, através de uma fazenda. O ponto abriga pinturas rupestres, a vegetação é predominante da caatinga e apresenta presença de fauna local. Foi observado que nas proximidades existem atividades de extração de pedras, sendo este um impacto significativo e um grande risco para o atrativo, o que torna a conservação crítica. O local possui grande valor histórico e potencial para o desenvolvimento de ecoturismo, no entanto exige a necessidade de manejo na trilha de acesso, bem como monitoramento constante.



Figura 50: Pedra do Diogo. ***Fonte:*** *compilado pelos autores, 2025.*

A Serra da Melancia é um imponente atrativo natural do município, o acesso pode ser realizado a pé ou de veículo, a vegetação está em um bom estado de conservação. Existe ação antrópica na localidade – capela existente no topo da serra. No entanto, a boa conservação do entorno faz com que a área natural se mantenha preservada. O local possui potencial para desenvolvimento de ecoturismo e práticas de educação ambiental, desde que haja controle de acesso de visitantes e instalação de sinalização.

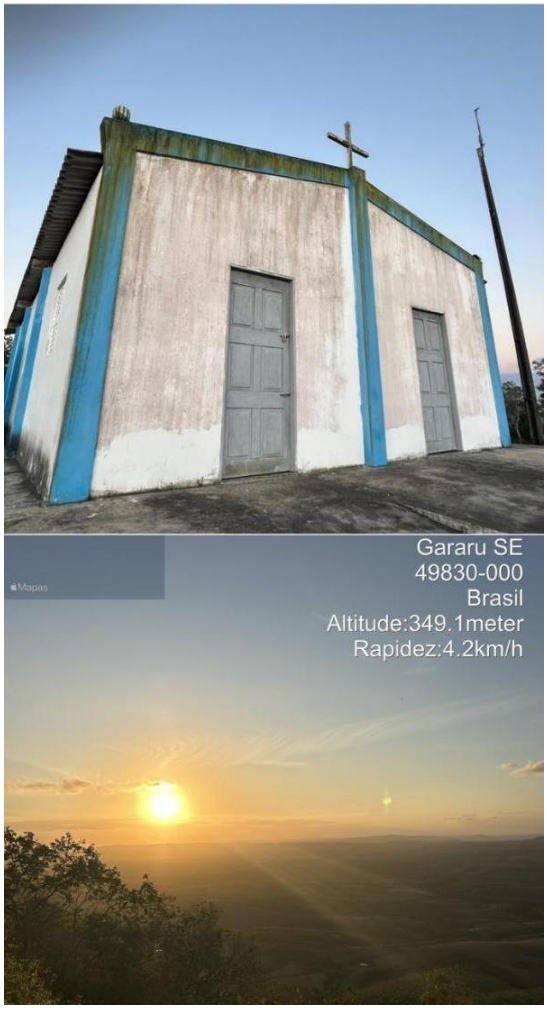


Figura 51: Serra da Melancia. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

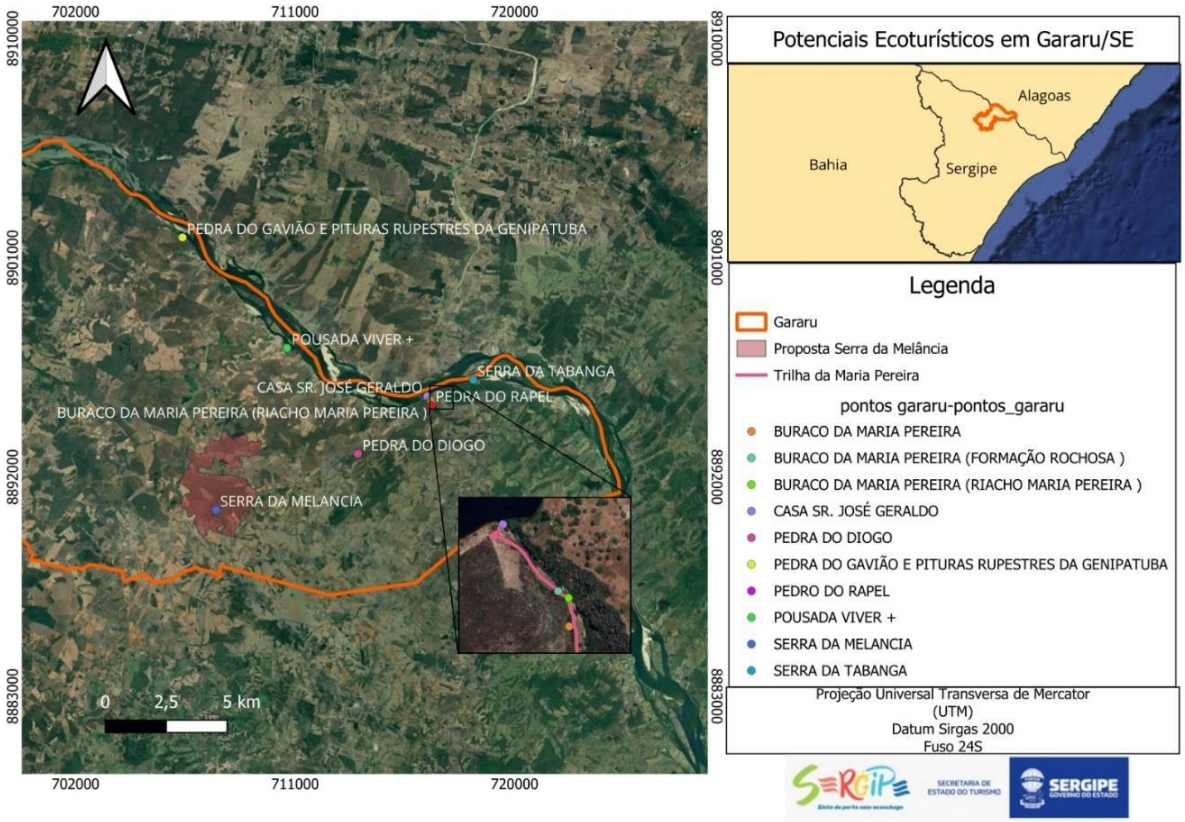


Figura 52: Potenciais ecoturísticos em Gararu/SE. Fonte: desenvolvido pelos autores, 2025.

4.9. PORTO DA FOLHA

Dados de campo

No dia 3 de outubro de 2025, foi realizada uma visita de campo aos atrativos naturais no município de Porto da Folha. Na oportunidade foram visitadas três localidades, sendo elas respectivamente o Quilombo Mocambo, Aldeia Xokó e Antigo Casarão do assentamento São José.

O município de Porto da Folha apresenta expressivo potencial para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária, especialmente nos territórios quilombolas e indígenas, como o Quilombo Mocambo e a Aldeia Xokó, que combinam valores históricos, culturais e étnicos com a preservação ambiental. Localizados na zona rural, distantes da sede municipal, esses atrativos possuem acesso difícil, sem sinalização adequada, com vias precárias, e que também carecem de infraestrutura turística.

Apesar disso, a conservação ambiental é considerada boa, apresentando sinais de uso sustentável, embora problemas pontuais, como erosão do solo em alguns pontos sejam observados. As comunidades locais desempenham papéis centrais no turismo, atuando diretamente como condutores, artesãos e fornecedores de serviços de alimentação e hospedagem, mesmo na ausência de monitoramento ambiental ou controle formal da carga turística.

As atividades desenvolvidas nas localidades incluem visitação e interação cultural, proporcionando experiências de educação ambiental e valorização do patrimônio local. A implementação de trilha integrada, conectando o Quilombo Mocambo à Aldeia Xokó, representa uma oportunidade estratégica para consolidar o ecoturismo no município, promovendo a conservação dos recursos naturais, o fortalecimento comunitário e a valorização do patrimônio cultural, com potencial para se tornar referência em turismo sustentável.

Acerca do diagnóstico ambiental, o Quilombo Mocambo apresenta baixo ou médio valor ambiental, com destaque para a Igreja Centenária da Jaciobá e para a Capela Santa Cruz. A Igreja da Jaciobá está localizada na via de acesso para o quilombo, apresentando impactos ambientais pontuais, como compactação do solo, resíduos sólidos e presença de gado no entorno. Apesar destes impactos, o ponto dispõe de apelo histórico e paisagem cênica em meio a caatinga. A preservação do entorno deve ser monitorada para evitar maior degradação e manutenção da integridade do solo e da paisagem.



Figura 53: Igreja da Jaciobá. Fonte: os autores, 2025.

A Capela Santa Cruz, localizada em área antropizada do quilombo, está situada às margens do Rio São Francisco, o que torna a área suscetível à erosão e degradação das margens. A vegetação natural é escassa, mas com poucos trechos que ainda exercem função de proteção do solo. Além dos impactos mencionados, foi observada a presença de resíduos sólidos no entorno. O ponto demanda atenção à conservação das margens do rio e manutenção do solo, a fim de reduzir riscos ambientais.

Figura 35 –



Figura 54: Quilombo Mocambo e Capela Santa Cruz. ***Fonte:*** *compilado pelos autores, 2025.*

A Aldeia Xokó é considerada área antropizada, com muitas residências em volta da Igreja Matriz de São Pedro – atrativo religioso e cultural da aldeia. Os impactos humanos são concentrados nesta área, principalmente relacionado a movimentação de pessoas e veículos. Não há registros de fauna significativa na localidade ou áreas naturais protegidas. No entanto, existe a possibilidade de desenvolvimento de trilha interpretativa entre a Aldeia Xokó e o Quilombo Mocambo, necessitando avaliação e mapeamento do percurso, bem como capacitação das comunidades, sinalização e manejo da trilha.

Figura 36 –



Figura 55: Aldeia Xokó. Fonte: compilado pelos autores, 2025.

O Casarão se encontra em uma área sem vegetação natural significativa, caracterizando baixa relevância ambiental. A circulação de pessoas no entorno é moderada, com impacto limitado ao solo e pequenas alterações na paisagem local. Não há presença de fauna relevante ou ecossistemas remanescentes. O ponto requer atenção apenas em termos de manejo urbano e manutenção do espaço histórico, evitando descarte de resíduos ou degradação do terreno.

Figura 37 –



Figura 56: Antigo Casarão do assentamento São José.
Fonte:*compilado pelos autores, 2025.*

Mapa 14 –



Figura 57: Potenciais ecoturísticos em Porto da Folha/SE. ***Fonte:*** *desenvolvido pelos autores, 2025.*

4.10. INDIAROBA – Pontal

No dia 09 de outubro de 2025, foi realizada uma visita de campo aos atrativos naturais do povoado Terra Caída, no município de Indiaroba. Na oportunidade foram visitadas quatro localidades, sendo elas respectivamente a Trilha do Manguezal, Igreja de São José, Mangueira da TV e Prainha da Ponte.

O município de Indiaroba apresenta potencial ecoturístico significativo, associado principalmente aos seus ambientes estuarinos, manguezais e paisagens ribeirinhas, que desempenham funções ecológicas e oferecem oportunidades para atividades de mínimo impacto. O manguezal do povoado Terra Caída, se configura como área de elevada relevância ambiental, atuando como corredor ecológico natural, sendo também berçário de várias espécies marinhas. O espaço é propício para trilhas interpretativas, educação ambiental e turismo de base comunitária.

Os ambientes ribeirinhos e prainhas naturais, apesar de sofrerem pressões antrópicas, possuem valor paisagístico expressivo e potencial para contemplação, passeios conduzidos e experiências vinculadas à dinâmica do rio e do estuário.

Na área mais urbanizada do povoado, o potencial ecoturístico é um complemento integrado ao turismo cultural, contribuindo para roteiros que associam patrimônio natural e histórico, embora apresentem menor relevância ecológica direta.

De modo geral, o ecoturismo em Indiaroba depende da implementação de estratégias de manejo ambiental, controle de impactos, valorização dos saberes tradicionais e fortalecimento da participação comunitária, visando a conservação dos ecossistemas sensíveis e a promoção de atividades sustentáveis compatíveis com a capacidade de suporte ambiental dos atrativos.

O diagnóstico ambiental dos atrativos do povoado Terra Caída apresenta um mosaico de ambientes naturais e áreas antropizadas, com diferentes graus de conservação e vulnerabilidade. As áreas de maior relevância ambiental concentram-se nos ecossistemas estuarinos e de manguezal, que apresentam vegetação nativa bem caracterizada, presença de fauna associada e função ecológica essencial como corredores naturais de conectividade, embora sejam ambientes frágeis e sensíveis a distúrbios, exigindo controle rigoroso de uso e ocupação.

Figura 38 –

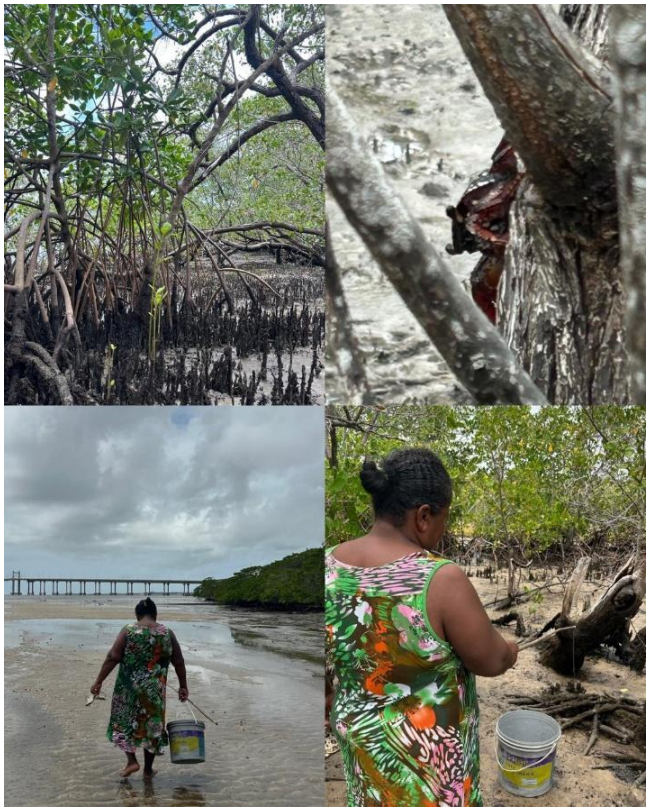


Figura 58: Trilha do Manguezal. **Fonte:** compilado pelos autores, 2025.

A Trilha do Manguezal se caracteriza como um ambiente com presença de vegetação nativa e elevada importância ecológica. O local abriga fauna associada ao ecossistema, como o aratu, e exerce papel fundamental como corredor ecológico natural, conectando ambientes terrestres e aquáticos. A área apresenta bom grau de preservação, embora seja sensível a impactos externos. O acesso é realizado a pé, a área não dispõe de sinalização na área do manguezal por influência das marés, o que gera a obrigatoriedade de acessar a trilha de forma conduzida por pessoas da comunidade, que fazem interpretação ambiental e conscientizar os visitantes.

A Igreja de São José, localizada em área do povoado, apresenta características de área parcialmente modificada, com presença pontual de vegetação secundária, com destaque para o tamarindeiro centenário, que possui relevância histórica, ambiental e paisagística. O valor ambiental do local está mais associado a elementos culturais e alguns elementos naturais isolados.



Figura 59: Igreja de São José e tamarindeiro. ***Fonte:*** *compilado pelos autores, 2025.*

A Mangueira da TV é um ponto caracterizado por ambiente urbano, com baixa diversidade ambiental, tendo como principal elemento natural uma mangueira de grande porte, que é considerada patrimônio da comunidade por ter sido o primeiro local da comunidade a ter uma televisão – esta era instalada na época por um morador da comunidade. Não há vegetação nativa nem fauna silvestre expressiva, e o entorno é altamente impactado por construções e tráfego de veículos. Apesar disso, a árvore exerce importante função ambiental local, oferecendo sombreamento, conforto térmico e melhoria microclimática, além de valor paisagístico. O local exemplifica a importância da preservação de árvores isoladas em contextos urbanizados.

Figura 40 –



Figura 60: Mangueira da TV. ***Fonte:*** *os autores, 2025.*

A Prainha da Ponte está inserida em um ambiente ribeirinho, com presença de vegetação secundária e fauna associada à região de estuário. O local possui valor paisagístico e potencial como atrativo natural, porém sofre pressões ambientais significativas, como a presença de gado, uso intenso e cercamento irregular de área pública. Essas interferências comprometem a conservação do solo, a vegetação e a função ecológica do espaço. Embora não seja uma área bem preservada, mantém relevância ambiental por sua relação direta com o rio e pela possibilidade de recuperação ecológica.

Figura 41 –



Figura 61: Prainha da Ponte.***Fonte:*** *compilado pelos autores, 2025.*

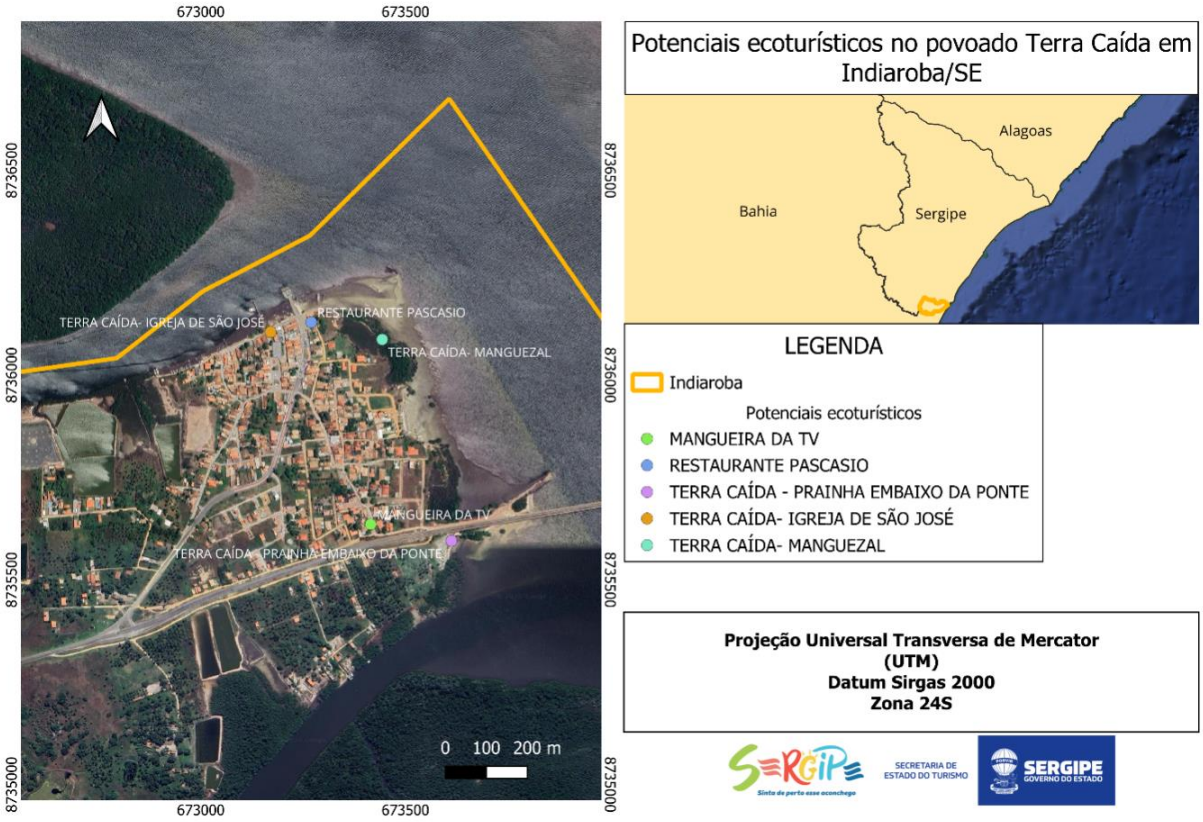


Figura 62: Potenciais ecoturísticos em Indiaroba/SE (povoado Terra Caída). ***Fonte:*** *desenvolvido pelos autores, 2025.*

OBS: OS DADOS ABAIXO FORAM INCORPORADOS AO DIAGNÓSTICO ATRAVÉS DE TRABALHOS JÁ REALIZADOS E DE DADOS TRANSFERIDOS PELOS MUNICÍPIOS QUE CORRESPONDERAM A AÇÕES DA SETUR.

4.11. ROTA DA FARINHA (CAMPO DO BRITO, SÃO DOMINGOS E MACAMBIRA)

As visitas técnicas realizadas pela equipe da Secretaria de Estado do Turismo e técnicos voluntários do CENTRO DA TERRA, no ano de 2022, levantaram dados das características turísticas importantes das áreas naturais e equipamentos turísticos nos municípios de Campo do Brito, Macambira, São Domingos e Lagarto, visando à estruturação de um roteiro turístico integrado, que conta com as premissas a serem implementadas do ecoturismo.

Na oportunidade foram visitados atrativos nos municípios de Macambira e Lagarto, incluindo a Fazenda Modelo, Cachoeira de Macambira, Pedra da Arara e Cachoeira do Saboeiro (Lagarto) e a Serra da Miaba. As visitas possibilitaram uma

visão integrada das áreas naturais propostas para a criação de uma rota turística, conectando diferentes pontos de visitação.

No município de São Domingos, foram identificados atrativos naturais como a Cachoeira da Tapera, a Bica do Brejo e um trecho do Rio Vaza-Barris, conhecido localmente como Rio do Barro, cuja travessia leva para a Cachoeira do Saboeiro, já no município de Lagarto. Observou-se que, apesar da baixa infraestrutura turística, os locais possuem fácil acesso, vegetação preservada e uso frequente pela população local, o que evidencia potencial para ecoturismo, com necessidade de ordenamento e estruturação mínima. Considerando as Unidades de Conservação criadas, a maior representatividade da Serra da Miaba é no município de São Domingos Figura 62.

Também foi analisada a Pedra da Arara, área de significativo potencial para o ecoturismo, porém marcada por impactos ambientais decorrentes do uso desordenado, como resíduos e restos de fogueiras, indicando a necessidade de planejamento, sinalização, educação ambiental e estudos de capacidade de carga. Localizada em território do município de Lagarto, na margem direita do Rio Vaza-Barris, que divide o espaço geográfico entre os dois municípios, mas está enquadrada em Unidade de Conservação Municipal de Macambira, A Pedra da Arara consiste num imponente paredão rochoso de aproximadamente 2 km de extensão e pouco mais de 100 m de altura, e tem alta relevância para o patrimônio geológico de Sergipe. É um destino consolidado, mas precisa de ordenamento, estruturação e consolidação das diretrizes existentes.

No município de Campo do Brito, uma pequena porção da Serra da Miaba que se tornou Unidade de Conservação está em seu território, que pode ser uma das portas de entrada para as trilhas que são ofertadas na Serra da Miaba e dão acesso ao Poço 17.

De modo geral, as visitas técnicas que foram realizadas evidenciaram o elevado potencial da região para o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de base comunitária, desde que acompanhados de planejamento adequado, infraestrutura mínima, educação ambiental e gestão integrada entre os municípios envolvidos.



Figura 63: Definição da Poligonal da Rota da Farinha. ***Fonte:*** *Secretaria de Estado do Turismo. Diagnóstico Simplificado da Rota da Farinha, 2020.*

Essa informação traz para o contexto desse estudo a relevância de atuar junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e às Organizações da Sociedade Civil com expertise na temática, na somação de esforços para gerar força significativa no ordenamento e enquadramento das áreas naturais para alavancar o ecoturismo e as outras formas de turismo sustentável na região.

Essa possibilidade potencializa os mecanismos legislativos de proteção, assim como, viabiliza ampliar a capacidade de infraestruturas significativas para visitação em áreas naturais, considerando que alcançar normativas legais na área, propicia o território ampliar o leque de possibilidades nacionais e internacionais para desenvolver atividades mais sustentáveis.

Muitas das áreas naturais já possuem público direcionado no turismo ofertado no estado, através das empresas de turismo. No entanto, outras áreas apresentaram potenciais significativos, embora questões ausentes como: ordenamento, estudo de capacidade de carga

turística, diretores e principalmente infraestrutura limitam o desenvolvimento delas, bem como não asseguram a visitação ordenada e intensificam a degradação ambiental das áreas.

As rilhas mais importantes no território da Rota da Farinha são (Figura :

- **SERRA DA MIABA**
- **TRILHA DO POÇO 17**
- **TRILHA DO CACHOEIRA DA ÁGUA FRIA**
- **TRILHA DA PEDRA DA ARARA**
- **TRILHA DA CACHOEIRA DE MACAMBIRA**
- **TRILHA DO SABOEIRO**



Figura 64: Cachoeira de Macambira no Município de Campo do Brito e Macambira. : SETUR,2022.



Figura 65: Pedra da Arara próximo as divisas dos Municípios de Macambira e Lagarto. SETUR,2022.



Figura 66: Poço 17 ao final da Trilha da Serra da Miaba no município de Campo do Brito. SETUR,2022.



Figura 67: Vista da Serra da Miaba, na estrada antes de iniciar a trilha. SETUR,2022.

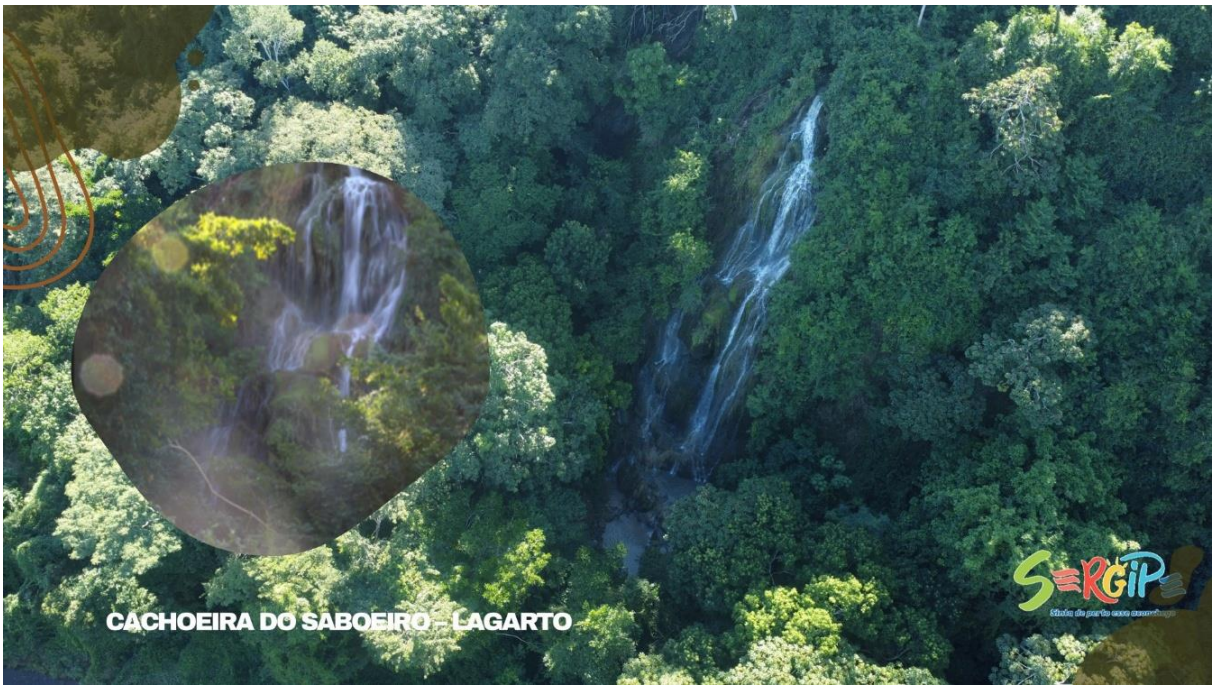


Figura 68: Cachoeira do Saboeiro em Lagarto. SETUR, 2026

4.12. SANTA LUZIA DO ITANHY – CRASTO

O município de Santa Luzia do Itanhy, localizado no litoral sul de Sergipe a cerca de 76 km de Aracaju, possui um vasto potencial turístico que se fundamenta na convergência entre sua riqueza histórica colonial e a preservação de ecossistemas raros da Mata Atlântica. Considerada uma das povoações mais antigas do estado, a região guarda marcos da

colonização inicial, como o Santo Cruzeiro, local onde teria sido celebrada a primeira missa em solo sergipano em 1575. O seu nome reflete essa herança, unindo a devoção a Santa Luzia com o termo indígena "itanhy", utilizado pelos Tupinambás para designar o Rio Real (COSTA; ALEXANDRE, 2019).

Um dos principais eixos de atração é o turismo rural e histórico, consolidado pela Rota do Engenho. Este roteiro permite aos visitantes uma imersão no passado açucareiro do Brasil através de propriedades como o Engenho São Félix, tombado como patrimônio estadual, que impressiona por sua arquitetura de 30 janelas e pela preservação de móveis dos séculos XVIII e XIX e está em ótimas condições tanto a casa grande como o antigo engenho, a senzala e as casas dos benfeitores Considerado o segundo engenho mais antigo de Sergipe, o Engenho São Félix foi tombado como patrimônio do Estado em 1984 (Loureiro, 1999).

Outro destaque é a Fazenda Castelo, um dos conjuntos arquitetônicos mais conservados da memória açucareira sergipana. Além da história, o agronegócio artesanal se destaca na Cachaçaria Reserva do Barão, onde o turista pode acompanhar o processo de fabricação da bebida envelhecida em barris de carvalho, mantendo uma tradição de mais de 150 anos (BRASIL, 2022).



Figura 69: Fazenda Castelo. ***Fonte:*** *Secretaria de Desenvolvimento e Turismo*



Figura 70: Fazenda e Engenho São Félix.**Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento e Turismo

No âmbito do ecoturismo, o santuário da Mata do Crasto é o grande protagonista. Com mais de 700 hectares de Mata Atlântica nativa, a reserva abriga uma biodiversidade vibrante, incluindo espécies em extinção como o primata Guigó. O potencial natural estende-se aos recursos hídricos, com passeios de barco pelos rios Piauí e Real que revelam manguezais preservados e levam a cenários paradisíacos como a Ilha da Sogra, um banco de areia no encontro do rio com o mar. No povoado do Crasto, a simplicidade de uma vila de pescadores oferece uma experiência autêntica de contato com a natureza e história, reforçada por elementos como um trapiche do século XIX e as ruínas de uma igreja jesuítica no alto de uma colina (SILVA; MESQUITA, 2016).



Figura 71: Turistas em passeio no Crasto/SE. Fonte: Moradores do Crasto, 2026.

O turismo de base comunitária e a valorização cultural também são pilares fundamentais para o desenvolvimento local. O artesanato de Santa Luzia do Itanhy, especialmente as mantas de fuxico produzidas pela Associação "Cultura em Foco", já alcançou destaque internacional em museus de Nova Iorque e do México. A gastronomia é outro atrativo sensorial indispensável, marcada por pratos típicos como o catado de aratu na palha, moquecas de peixe, mariscos e beijus, que refletem a subsistência e os saberes das comunidades tradicionais (SILVA; MESQUITA, 2016).

Apesar do elevado potencial, os documentos indicam que ainda há desafios estruturais para a plena exploração turística, como a necessidade de melhorias na sinalização e nas condições de acesso de algumas estradas de chão. O desenvolvimento sustentável e o planejamento técnico são apontados como caminhos essenciais para que a expansão do turismo não comprometa a integridade ambiental e histórica, garantindo que Santa Luzia do Itanhy continue sendo um patrimônio natural e cultural de Sergipe (COSTA; ALEXANDRE, 2019).

A Pedra da Urça observada na Figura 48, situada no município de Santa Luzia do Itanhy (SE), integra uma das mais importantes reservas particulares do patrimônio natural do estado, estando oficialmente associada à RPPN Mata 01 e 02 (Marinheiro) e Mata 03

(Pedra da Urça). Criada por meio da Portaria nº 04, de 10 de janeiro de 2007, a reserva abrange uma área de 174,26 hectares e localiza-se no bioma Mata Atlântica, sendo de propriedade de Juliano César Faria Souto e Riane Mendonça Silveira Souto (BRASIL, 2007 apud ICMBio, 2024). A inclusão da Pedra da Urça na nomenclatura oficial da unidade de conservação evidencia sua relevância como elemento geográfico e simbólico na composição territorial da reserva.

A despeito de sua denominação específica, a literatura acadêmica e os registros institucionais disponíveis até o momento não contemplam descrições pormenorizadas acerca das características físicas, geomorfológicas ou dos significados culturais associados à Pedra da Urça. Estudos antropológicos realizados na região do povoado Crasto e adjacências, embora explorem as dinâmicas socioambientais das comunidades quilombolas e pesqueiras locais, não abordam diretamente este acidente geográfico específico (GRAÇA, 2014; SANTOS et al., 2014). Tampouco os registros históricos sobre a ocupação do município – a povoação mais antiga de Sergipe, fundada por jesuítas em 1575 – fazem menção à referida formação rochosa (SANTA LUZIA DO ITANHY, 2024).

Esta lacuna informacional, longe de configurar mera ausência documental, revela um traço estrutural do tratamento conferido aos territórios tradicionais: a tendência à invisibilização de topônimos e saberes locais nos registros oficiais. A RPPN, categoria de unidade de conservação de domínio privado e caráter perpétuo, inscreve-se no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como instrumento de proteção da biodiversidade, porém frequentemente silencia acerca das dimensões imateriais e históricas que nomeiam e dão sentido a esses espaços (BRANDÃO, 2016). A permanência do topônimo “Pedra da Urça” na designação oficial da reserva, contudo, sugere a resistência de uma camada de conhecimento tradicional que, mesmo não registrada nos inventários convencionais, persiste na memória e na prática das comunidades que historicamente habitam o entorno.

Nesse sentido, a Pedra da Urça constitui-se como um território de conservação que demanda investigação aprofundada, particularmente no que tange às suas potencialidades para o reconhecimento de saberes tradicionais associados. Estudos sobre indicações geográficas e valorização de produtos tradicionais no município têm demonstrado que o

reconhecimento oficial de bens culturais e ambientais pode funcionar como estratégia de salvaguarda do patrimônio e de desenvolvimento territorial sustentável (BRANDÃO, 2016). Aplicada à Pedra da Urça, tal perspectiva poderia contribuir para a visibilização de seu significado e para a articulação entre conservação ambiental e valorização cultural.

O Sítio Arqueológico do Bode, localizado no município de Santa Luzia do Itanhy, no estado de Sergipe, constitui um relevante bem patrimonial de natureza histórica e cultural, com expressiva importância para a compreensão dos processos de ocupação humana pré-colonial no litoral nordestino. O local apresenta evidências materiais associadas a antigas populações indígenas, configurando-se como um sítio de significativo valor científico e arqueológico.

No sítio foram identificados vestígios arqueológicos diversificados, incluindo estruturas de antigos aldeamentos, instrumentos líticos, fragmentos cerâmicos e restos faunísticos relacionados à alimentação. As escavações e prospecções arqueológicas realizadas evidenciaram uma elevada concentração de material cultural, destacando-se lascas de pedra polida, cerâmica de produção artesanal e vestígios orgânicos, os quais subsidiam a reconstrução dos modos de vida, das práticas de subsistência e da organização social das populações pretéritas.

As análises dos materiais recuperados indicam a predominância de atividades de pesca, caça e coleta, fundamentais para a subsistência das comunidades que ocuparam a área. Ressalta-se, ainda, a presença de concheiros — caracterizados por grandes acumulações de conchas, ossos e resíduos alimentares — que evidenciam o uso intensivo dos recursos marinhos e constituem importantes registros para o estudo da dieta, dos rituais e das dinâmicas socioculturais desses grupos humanos ao longo do tempo.

No mesmo município, destaca-se o Sítio Arqueológico do Caju (Caju I), classificado como um sítio unicomponencial de caráter pré-colonial. Localizado nas proximidades do Rio Real, o sítio apresenta ampla dispersão de material lítico e cerâmico, com significativa concentração de remanescentes arqueológicos. Tais evidências refletem a ocupação indígena da região e o uso estratégico do território, reforçando a relevância do sítio para o entendimento da dinâmica de povoamento e adaptação ambiental das populações ancestrais.



Figura 72: Placa do Sítio Arqueológico do Bode. **Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento e Turismo



*Figura 73: Placa do Sítio Arqueológico do Caju.**Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento e Turismo*

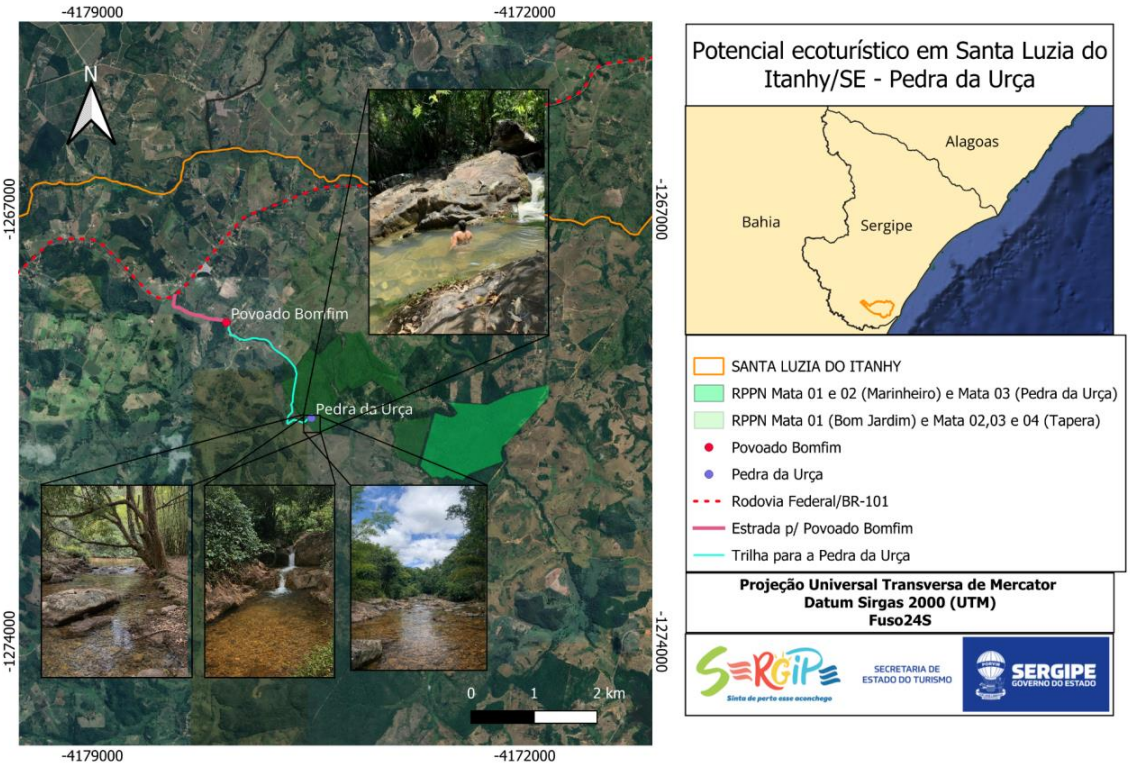


Figura 74: Mapa situacional da Localização da Pedra da Urça. Fonte: Secretaria de Estado do Turismo, 2026.

4.13. ITABAIANA/AREIA BRANCA

O município de Areia Branca está localizado a 36 km da capital Aracaju, na região agreste do estado. De acordo com o ICMBio (2016) o território que compreende ao município de Areia Branca foi emancipado do município de Riachuelo no dia 11 de novembro de 1963. Seu nome advém das características e coloração do solo existente na localidade. A povoação do município iniciou em frente à capela que posteriormente veio a se transformar na Igreja Matriz São João Batista, padroeiro do município.

Inserido no Polo das Serras Sergipanas, de acordo com Santos (2009) Areia Branca é um dos municípios beneficiados economicamente pelas práticas turísticas que ocorrem no Parque Nacional Serra de Itabaiana, pois muitos dos visitantes do parque acabam por utilizar os serviços do município.

Sendo o principal vetor turístico e atrativo natural do município, o Parque Nacional Serra de Itabaiana, gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ocupa uma área de 8.024,79 hectares, sendo que 76,28% da área total da UC encontra-se no município de Areia Branca. A Unidade de Conservação passou por um longo

processo de criação, tendo seu início em 1978, quando houve a tentativa de criação de uma Estação Ecológica (ICMBio, 2016).

Este processo datado de 1978 pode ser considerado singular, visto que a ESEC (Estação Ecológica) não foi de fato criada na época. No entanto, existiu uma infraestrutura básica de apoio com regularidade de atividades com objetivo de proteger a área, desenvolver educação ambiental e pesquisa científica (Macedo, 2004 *apud* ICMBio, 2016).

Ainda de acordo com ICMBio (2016) durante os anos 80 surgiram propostas para uma mudança na categoria de Unidade de Conservação, de ESEC para Parque Nacional, visto que a área dispunha de atributos possíveis para visitação e lazer, atividades que já aconteciam no local desde os primeiros relatos acerca da Serra de Itabaiana. Ao final dos anos 80, a Constituição do Estado de Sergipe determinou a área da Serra de Itabaiana como APP – Área de Preservação Permanente.

Em 1990, constatou-se impedimento legal para sua decretação enquanto Estação Ecológica, pois a Lei 6.902/1981 determinava que Estações Ecológicas só poderiam ser criadas em terras de domínio público, exigindo a continuidade da aquisição das áreas (ICMBio, 2016).

Em conformidade com o Plano de Manejo do PARNA Serra de Itabaiana, em 1994 foi proposta na Carta da Serra nº 02 a alteração da categoria para Parque Estadual, por ser uma determinação que possuía melhor viabilidade para implementação, além de se ajustar ao contexto local. Através destes pontos, o IBAMA à época sugeriu a criação de um Parque Estadual que seria gerido pelo Estado de Sergipe. Este processo gerou avanço nos estudos técnicos acerca da biota da Serra, e consultas públicas com as populações de Areia Branca e Itabaiana – momentos onde alguns populares se mostraram em oposição a criação do parque. Estes processos e estudos se estenderam até os anos de 2004 e 2005, quando após avaliações positivas das populações, manifestações de órgãos públicos favoráveis e entregas de estudos e documentações formais necessárias, o Parque Nacional Serra de Itabaiana foi criado em 15 de junho de 2005, conforme o decreto da Lei 9.985/200 (ICMBio, 2016). (Figura 73)



Figura 75: Serra de Itabaiana vista da cidade de Areia Branca. Fonte: Arquivo NGI ICMBio Itabaiana - Ibura, 2026.

A partir das figuras 47, 48, 49 e 50 é possível atestar o potencial ecoturístico que os atrativos naturais do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) proporcionam ao município de Areia Branca. Apesar das dimensões, a Unidade de Conservação dispõe de controle de visitantes apenas através do pórtico de acesso localizado no km 37 da BR-235, este proporciona acesso ao Setor Poço das Moças, que tem como atrativos principais o Poço das Moças e Gruta da Serra, representados na imagem 48. Além destes o setor conta com a Cachoeira do Véu de Noiva, Salão dos Negros e trilha da Via Sacra (percurso antigo).

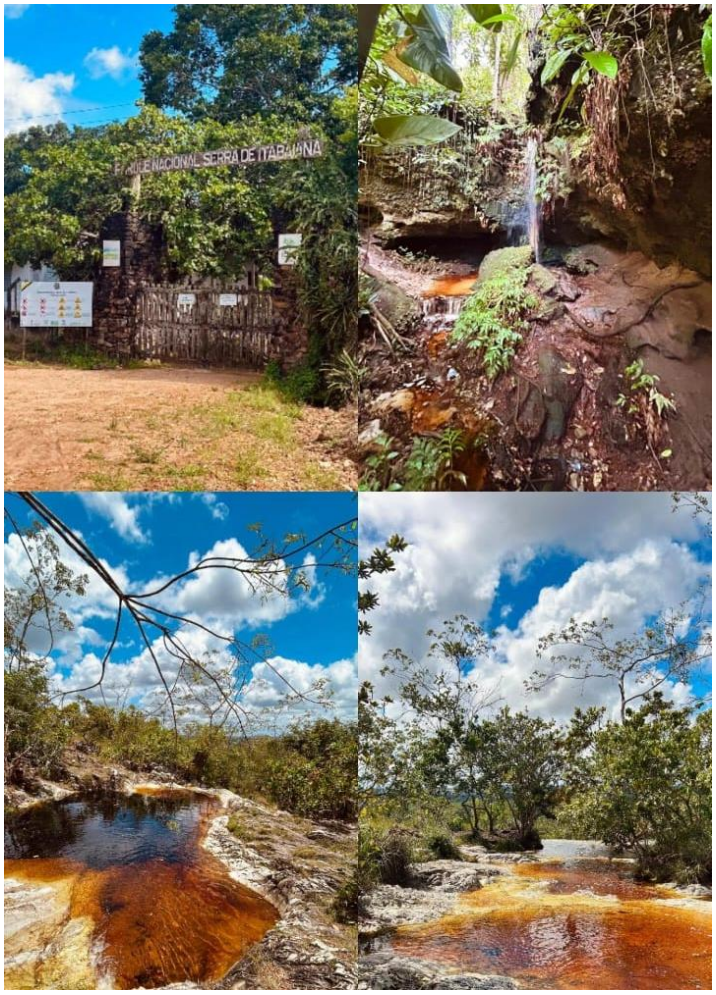


Figura 76: Pórtico de acesso principal do PARNASI e atrativos naturais do Setor Poço das Moças. ***Fonte:*** *Arquivo CENTRO DA TERRA, 2025 - compilado pelos autores.*



Figura 77: Pórtico de acesso ao setor Poço das Moças e infraestruturas de sinalização e apoio. **Fonte:** Arquivo CENTRO DA TERRA, 2025 - compilado pelos autores.

Além do Setor Poço das Moças, o PARNASI conta com outros quatro setores que dispõem de trilhas e atrativos naturais potenciais para práticas ecoturísticas, são eles o Setor Topo da Serra, Setor Mata do Encantado, Setor Serra Comprida e Setor Rio das Pedras. Este último mencionado, abriga um percurso de trilha com várias cachoeiras ao longo do Rio das Pedras, representadas na figura 49.

Cabe destacar que no PARNASI recentes ações de ordenamento da visitação, manejo e estruturação das trilhas e sinalização vêm sendo realizadas por meio da parceria da ONG CENTRO DA TERRA e o ICMBio, denotando mais uma vez a importância das parcerias entre instituições governamentais e as Organizações da Sociedade Civil para concretizar interesses recíprocos e resultados positivos para toda a sociedade.

A Trilha Olhos D'Água, destaca-se como um importante atrativo natural para o turismo ecológico da região. O percurso conduz os visitantes até uma área composta por piscinas naturais de água cristalina, cercadas por vegetação nativa, proporcionando um ambiente propício para contemplação da natureza e atividades de lazer ao ar livre.

Com aproximadamente 1,5 km de extensão, a trilha apresenta nível de dificuldade entre fácil e moderado, podendo ser percorrida em cerca de 1 a 2 horas, dependendo do ritmo dos visitantes. Durante o trajeto, é possível observar elementos da paisagem natural local, o que contribui para experiências de educação ambiental e contato direto com o meio ambiente.

Além da caminhada, o local possibilita a realização de atividades como banho nas piscinas naturais, piqueniques e momentos de descanso em meio à natureza, sendo uma opção adequada para famílias, estudantes e grupos interessados em ecoturismo. Nesse contexto, é fundamental reforçar a importância da preservação ambiental, incentivando práticas responsáveis, como não descartar lixo no local e respeitar as orientações de conservação da área.

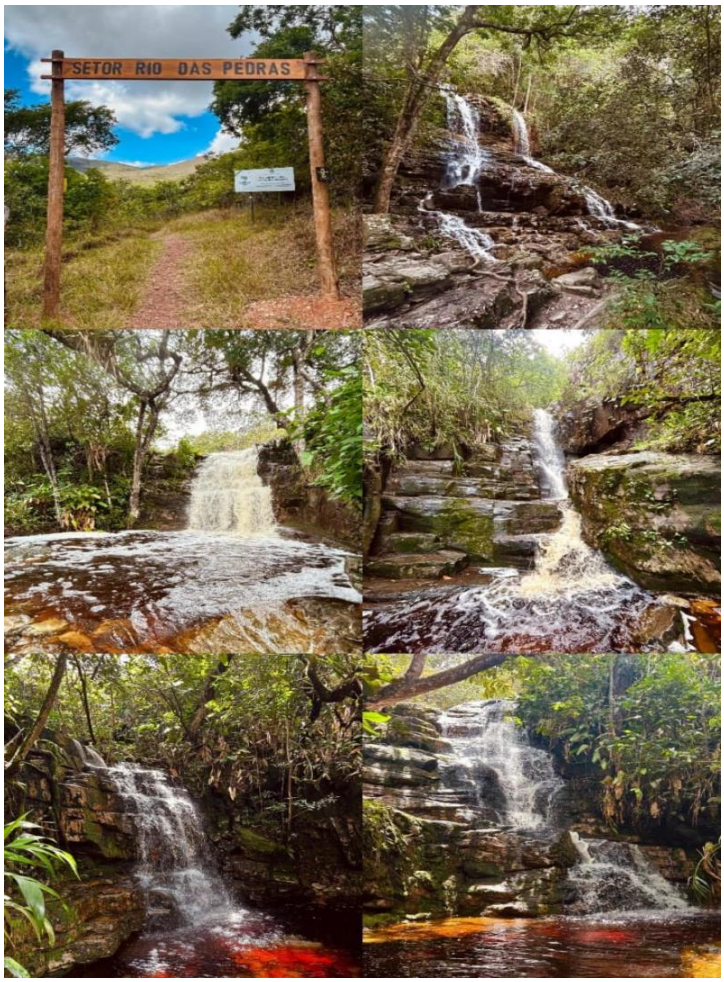


Figura 78: Acesso e atrativos naturais do Setor Rio das Pedras. ***Fonte:*** *Arquivo CENTRO DA TERRA, 2025 - compilado pelos autores.*

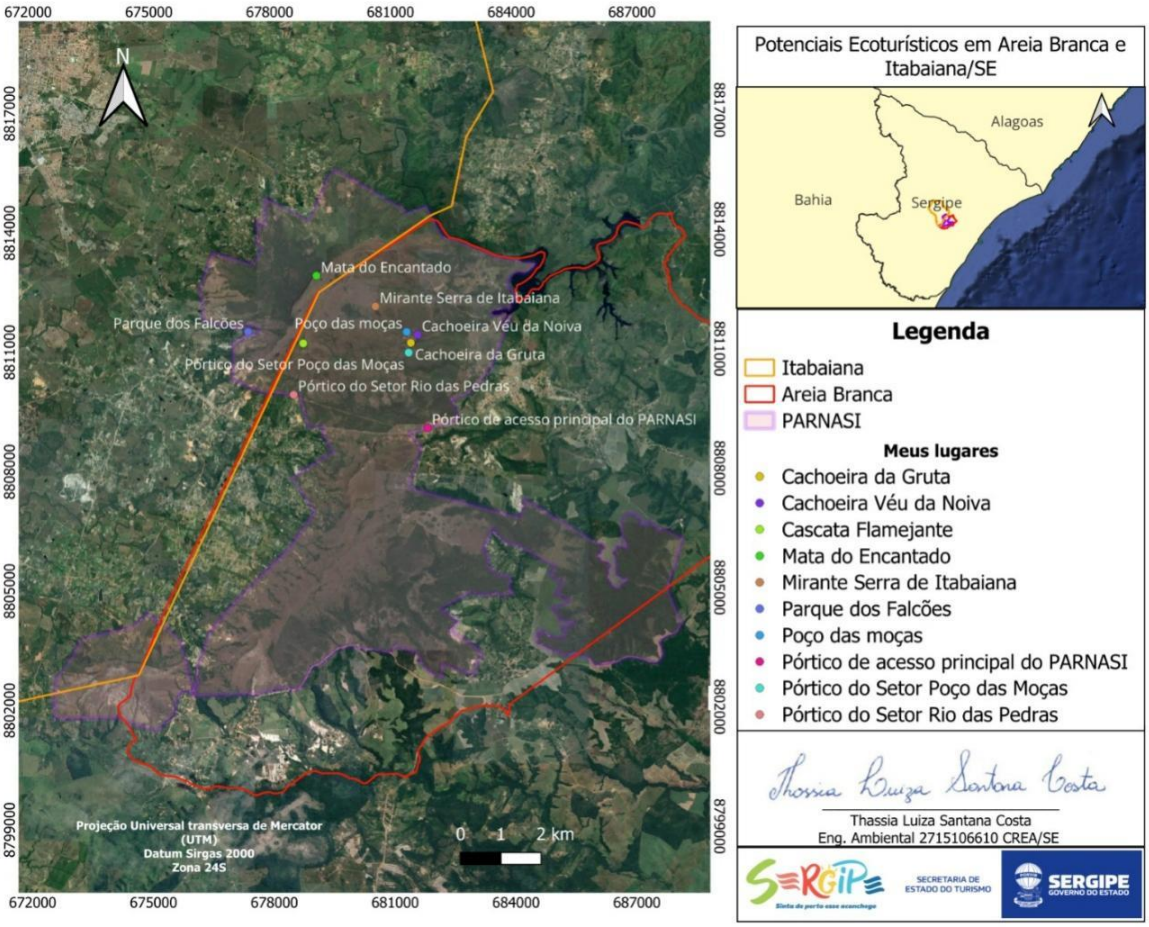


Figura 79: Mapeamento dos principais atrativos ecoturístico do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI). Fonte: elaboração SETUR,20264

4.14. NOSSA SENHORA DE LOURDES

Importante mencionar que Nossa Senhora de Lourdes fora visitado já as vésperas da Consulta Pública para consolidar as informações do território no diagnóstico. Desse modo a visita técnica local foi realizada no dia 06 de abril de 2026, onde visitamos a trilha mais significativa nos paredões geológicos e compreendemos os riscos existentes na trilha e a ausência da sinalização adequada, especialmente para as áreas de riscos (Figura 80).



Figura 80: Imagens de trechos da trilha da Cachoeira Poção de Pedras. SETUR 2026.

A ficha de prospecção turística e ambiental do local indica que o potencial predominante observado é natural, com presença de rios, trilhas e áreas de mata, além de também apresentar características culturais, relacionadas a atividades e vivências locais. O atrativo está situado em área rural, verificou-se que não há uma infraestrutura de apoio definida, o que pode limitar a experiência dos visitantes.

O acesso ao local foi avaliado como moderado, apresentando alguns trechos com dificuldade. Em relação à conservação ambiental, o local foi classificado como bom, com sinais de uso sustentável, embora tenham sido identificados impactos como queimadas e presença de lixo e pichação. Entre os principais problemas ambientais observados estão o acúmulo de lixo em trilhas e córregos e a erosão do solo nas trilhas.

Não há controle de carga turística, o que pode contribuir para a intensificação desses impactos. Da mesma forma, o espaço não possui estrutura definida para atividades de ecoturismo, apesar de já serem realizadas atividades como trilhas interpretativas, observação da fauna e flora e banho em rios ou cachoeiras.

A comunidade local participa diretamente do turismo, atuando em atividades como guias, artesanato, alimentação e hospedagem. No entanto, foi identificado que não há monitoramento ambiental ou turístico estruturado, embora exista a percepção de que seria necessário implementá-lo.

O local pode ser considerado um exemplo de turismo sustentável, pois segue princípios de baixo impacto e valorização local, ainda que exista desafios a serem superados. Não foram observadas orientações ambientais formais aos visitantes durante a visita, porém quando há visita com empresa, essas orientações ocorrem.

Como sugestões de melhoria, destaca-se a necessidade de estruturação e sinalização das trilhas, além da implementação de um sistema de controle de visitação pública, visando minimizar os impactos ambientais e melhorar a gestão do turismo no local. O registro visual realizado foi do tipo foto geral do local.

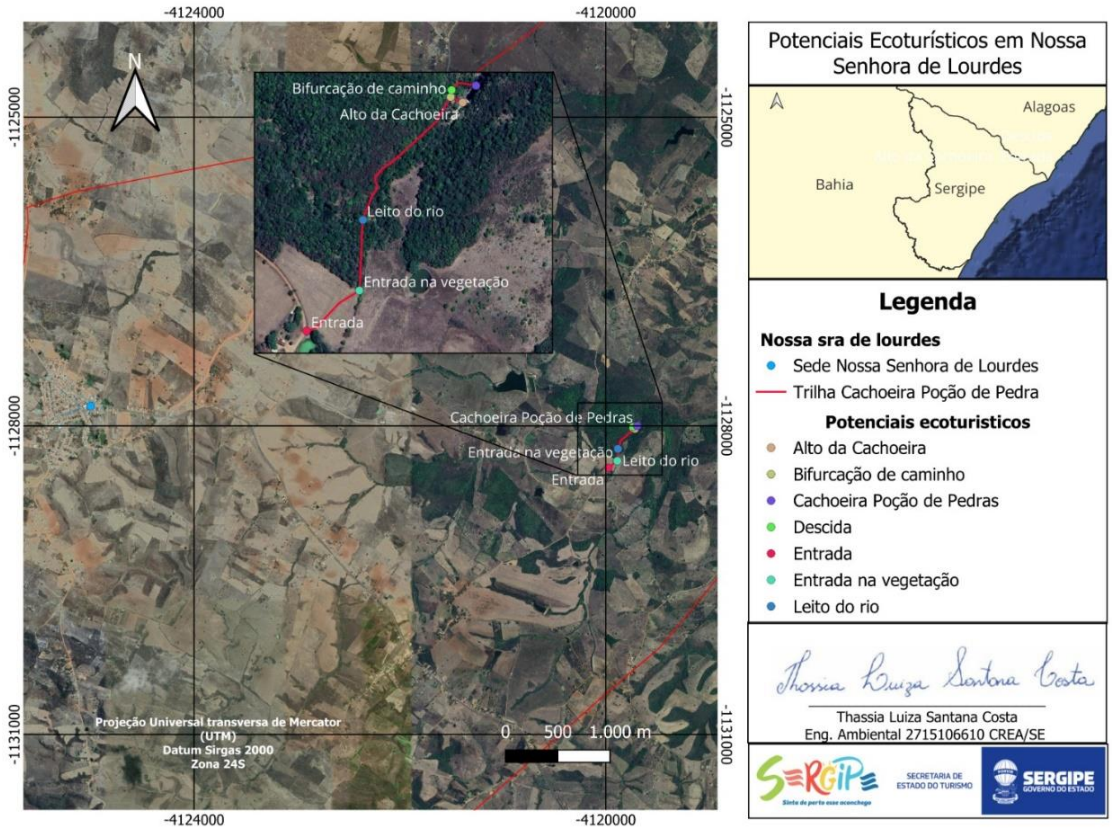


Figura 81: Mapeamento dos principais atrativos ecoturístico do Município de Nossa Senhora de Lourdes. Fonte: elaboração SETUR,2026.

4.15. CAPELA_MATA DO JUNCO

O Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco é uma Unidade de Conservação Estadual localizada no município de Capela, criada pelo Decreto Estadual nº 24.944, de 26 de dezembro de 2007. Com aproximadamente 894,76 hectares, constitui um territrório significativo do remanescente de Mata Atlântica do estado de Sergipe e desempenha papel estratégico na conservação da biodiversidade regional e dos recursos hídricos.

- **Objetivos de Conservação**

A unidade foi criada com a finalidade de:

- Proteger os remanescentes de Mata Atlântica e seus recursos naturais;
- Preservar as nascentes do riacho Lagartixo, importante manancial para o abastecimento hídrico do município de Capela;
- Garantir a sobrevivência de espécies ameaçadas, especialmente o macaco-guigó (Callicebus coimbrai);
- Promover pesquisas científicas, educação ambiental, ecoturismo e visitação controlada.

- **Importância Ambiental**

A Mata do Junco abriga elevada diversidade biológica, incluindo espécies da fauna ameaçadas de extinção e aves endêmicas da Mata Atlântica nordestina. Além do macaco-guigó, a área protege habitats essenciais para diversas espécies de aves, mamíferos, répteis e flora nativa. A qualidade da água das nascentes existentes na unidade é considerada excelente, reforçando sua importância para a segurança hídrica regional

- **Gestão e Governança**

A unidade é administrada pelo Governo de Sergipe, por meio da Secretaria Estadual responsável pelo meio ambiente, contando com Plano de Manejo e Conselho Consultivo para apoiar a gestão participativa. Estudos apontam que a governança da área depende do fortalecimento contínuo da participação social, do monitoramento ambiental e da implementação das ações previstas em seus instrumentos de gestão

- **Educação Ambiental e Pesquisa**

A Mata do Junco tem se destacado como espaço de educação ambiental, recebendo escolas, pesquisadores e visitantes. Programas de sensibilização ambiental desenvolvidos na unidade contribuíram para aumentar o conhecimento da população local sobre a importância da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

- Desafios e Ações Recentes

Entre os principais desafios estão a pressão antrópica sobre os recursos naturais, a fragmentação da Mata Atlântica e a necessidade de recuperação de áreas degradadas. Como medida de fortalecimento da conservação, projetos de compensação ambiental promoveram recentemente o plantio de cerca de 14 mil mudas nativas, com potencial de recuperação de mais de 64 hectares da unidade. A Mata do Junco representa um dos mais importantes patrimônios naturais de Sergipe, combinando conservação da biodiversidade, proteção dos recursos hídricos, pesquisa científica e educação ambiental. Sua relevância ecológica ultrapassa os limites municipais, contribuindo para a preservação da Mata Atlântica nordestina e para a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais à população regional.

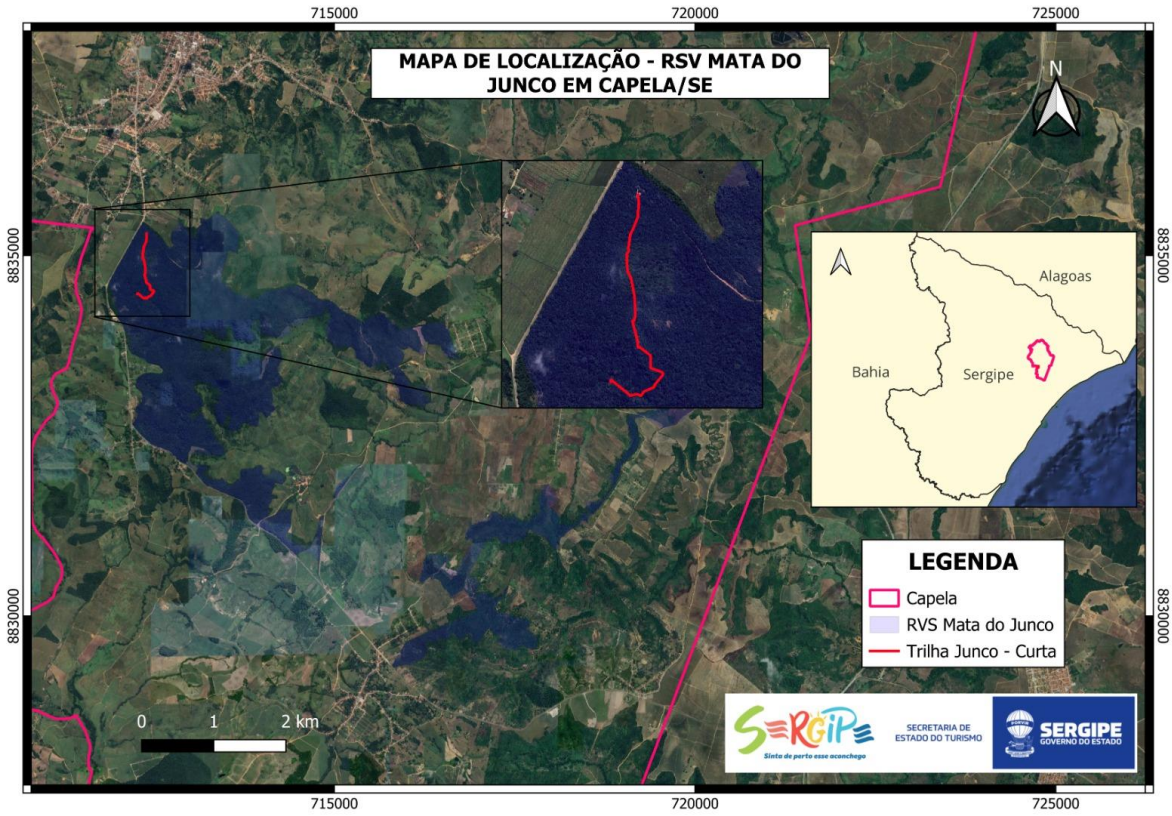


Figura 82: Mapa de identificação da UC Mata do Junco e trilhas em Capela (SEMAC/SETUR)

4.16. ARACAJU

- PROJETO TAMAR

Museu a Céu Aberto das Tartarugas Marinhas da Fundação Projeto Tamar: também conhecido como Oceanário de Aracaju, é um dos principais pontos turísticos e de educação ambiental de Sergipe, consolidando-se como um importante espaço de sensibilização sobre a conservação marinha e de promoção do ecoturismo no estado. Anualmente, o Oceanário recebe cerca de 120 mil visitantes, que participam de diversas atividades educativas desenvolvidas em sua estrutura, consolidando o espaço como um importante núcleo de sensibilização e educação ambiental.

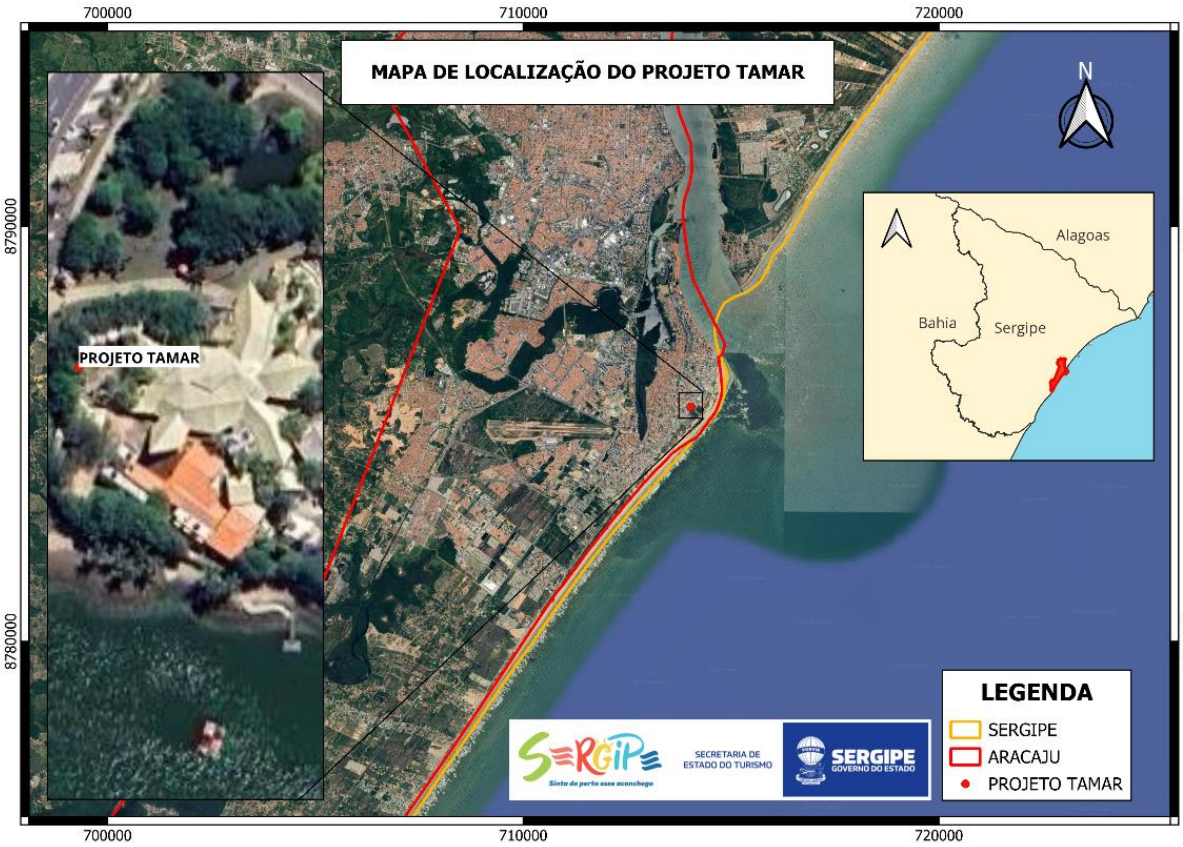


Figura 83: Mapa de localização – Projeto Tamar

Ao longo da visita, o público é convidado a refletir sobre a importância ecológica das tartarugas marinhas, suas principais ameaças e o trabalho realizado pela Fundação Projeto Tamar em mais de 1.000 km do litoral brasileiro para a recuperação e conservação das cinco espécies que ocorrem no país, por meio de ações integradas de manejo, pesquisa e inclusão social. Além disso, o Oceanário amplia essa experiência ao apresentar mais de 60 espécies de animais marinhos e dulcícolas, permitindo que os visitantes conheçam de perto espécies de grande relevância ecológica, econômica e cultural, como tubarão-lixa, mero, cavalos-marinhos, pirarucus e peixes do Rio São Francisco. Entre os animais abrigados, destacam-se também espécies ameaçadas de extinção, cuja presença contribui para aproximar o público dos desafios da conservação e dos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente.

Como ambiente de aprendizagem não formal, o museu oferece exposições, atividades interativas e experiências educativas que estimulam a conexão com a biodiversidade, ajudam a desconstruir percepções equivocadas sobre diversas espécies e

incentivam visitantes, turistas e comunidade local a se tornarem agentes ativos na proteção do patrimônio natural.

Área externa do Tamar e lagos da Orla: A área externa do museu da Fundação Projeto Tamar em Aracaju, localizada na Orla de Atalaia, é um espaço que reúne conservação ambiental, lazer e contemplação da natureza, sendo um dos pontos turísticos mais visitados da região. Além de proporcionar um ambiente agradável para visitantes e moradores, o local destaca o trabalho contínuo da Fundação Projeto Tamar na preservação e manejo ambiental. Nos lagos, a Fundação realiza atividades de peixamento e monitoramento. Diariamente, o público pode acompanhar a alimentação dos três lagos, uma experiência que desperta a curiosidade e encanta visitantes de todas as idades. Entre as espécies presentes estão os impressionantes pirarucus, que podem atingir até 2,4 metros de comprimento, além de surubins, pirararas, tambaquis e pirambebas. Outro destaque da área externa é sua ampla área verde, composta por vegetação nativa cultivada e preservada pela equipe da Fundação Projeto Tamar, com especial atenção às espécies de restinga. As mudas plantadas no local são produzidas e cuidadas pela própria equipe, reforçando o compromisso com a recuperação e valorização dos ecossistemas costeiros. O espaço convida à convivência com a natureza e à reflexão sobre a importância da conservação ambiental.

Praia de Aracaju: Aracaju se destaca nacionalmente na reprodução de tartarugas marinhas, com o registro de mais de 1 mil desovas a cada temporada reprodutiva, sendo reconhecida como a capital brasileira com o maior número de desovas. A Fundação Projeto Tamar monitora diariamente as praias da cidade, identificando as desovas e protegendo-as até o nascimento dos filhotes. Uma das principais ameaças às tartarugas na praia de Aracaju é a poluição luminosa. Por esse motivo, parte das desovas precisam ser manejadas para áreas mais seguras a fim de evitar que os filhotes se desorientem em razão da iluminação artificial durante o nascimento.

Para fortalecer as ações de conservação das tartarugas na capital sergipana, é desenvolvido um trabalho em parceria com bares, hotéis, condomínios, restaurantes e outros estabelecimentos localizados ao longo da faixa costeira. Junto a esses empreendimentos, a Fundação Projeto Tamar promove ações de sensibilização ambiental, orientando sobre

medidas de adequação, como a redução ou o desligamento da iluminação artificial nas praias e o respeito aos locais escolhidos pelas fêmeas para a realização das desovas.

Quando as condições permitem, essa convivência entre conservação e uso público da praia possibilita que frequentadores acompanhem de perto momentos especiais, como a abertura monitorada de ninhos e a caminhada dos filhotes até o mar, tornando a experiência ainda mais significativa e fortalecendo a conexão entre turismo e conservação. Somente na atual temporada reprodutiva (agosto de 2025 a maio de 2026), foram realizadas 60 caminhadas de filhotes, com a participação de quase 8 mil pessoas (7.709 pessoas). Essa característica torna a cidade um destino para o ecoturismo associado à conservação, criando oportunidades únicas para aproximar moradores e visitantes do ciclo natural das tartarugas marinhas e da importância da proteção dessas espécies.

Abertura de ninho, Cortejo e caminhada de filhotes: Durante a temporada reprodutiva das tartarugas marinhas, é possível acompanhar o manejo dos ninhos transferidos das áreas de risco nas praias para o cercado de incubação, localizado no Oceanário de Aracaju. Nesse espaço, os visitantes conhecem de perto as atividades de proteção e manejo desenvolvidas pela equipe em campo. Quando os filhotes dos ninhos do cercado nascem, geralmente durante a noite, é realizado um momento especial de sensibilização ambiental: no dia seguinte, após a abertura dos ninhos para estudo, os filhotes que ainda permanecem no interior são recolhidos e preparados para a caminhada ao mar.

No fim da tarde, visitantes do Oceanário e público externo se reúnem em frente ao Oceanário para acompanhar o cortejo até a praia, onde acontece a caminhada dos filhotes em direção ao mar, uma experiência emocionante e educativa mediada por um monitor. Além dos ninhos do cercado, os ninhos naturais localizados em frente aos bares da praia também proporcionam ao público a oportunidade de acompanhar a abertura dos ninhos e a caminhada dos filhotes até o mar. Turistas e frequentadores da praia podem participar desse momento único, aprendendo mais sobre o comportamento, o ciclo de vida e a importância da conservação desses animais ameaçados de extinção.

- APA MORRO DO URUBU

A APA Morro do Urubu é uma Área de Proteção Ambiental localizada na zona norte de Aracaju, criada para preservar remanescentes de Mata Atlântica, manguezais e a fauna silvestre da região. O local possui grande importância ecológica e paisagística, oferecendo trilhas, áreas verdes e mirantes naturais com vista para o rio Sergipe e parte da cidade. Além de contribuir para a conservação ambiental, a APA também é utilizada para atividades de educação ambiental, lazer e contato com a natureza.

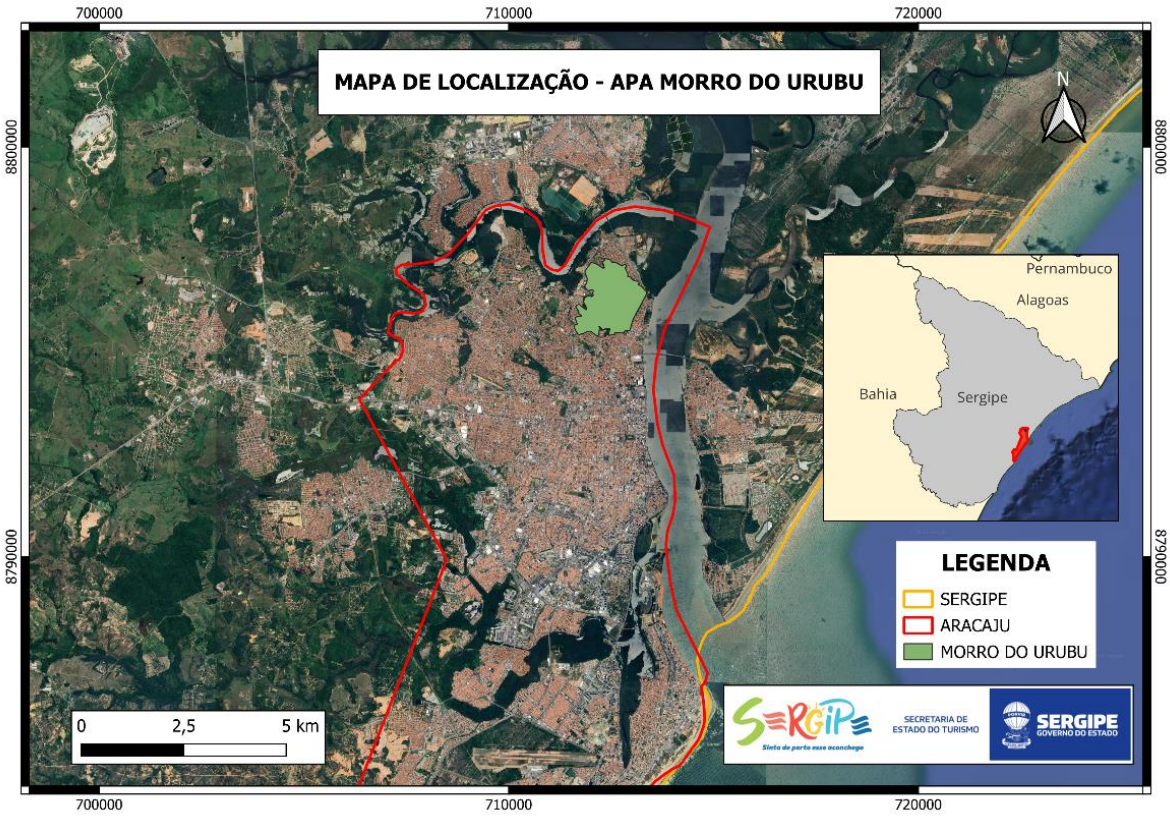


Figura 84: Mapa de localização – APA Morro do Urubu

Importante frisar que a APA, possui hoje através da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), a função de CETAS, que é o Centro de Triagem de Animais Silvestres para o recebimento, triagem, recuperação e destinação de animais silvestres resgatados, apreendidos do tráfico ou entregues voluntariamente pela população. Onde a principal função é garantir o bem-estar dos animais e promover sua reintegração à natureza sempre que possível. Entre as atividades realizadas pelo CETAS estão:

- atendimento veterinário e reabilitação de animais silvestres;
- identificação e registro das espécies recebidas;
- combate ao tráfico de fauna silvestre;
- soltura de animais aptos ao habitat natural;
- encaminhamento de animais não reintroduzíveis para zoológicos, criadouros autorizados ou instituições de conservação;
- ações de educação ambiental e conscientização da população.

O órgão em diversas oportunidades apresentou o interesse de realizar o ordenamento e sinalização de trilhas possíveis e imersas no remanescente de Mata Atlântica, para permitir a visitação turística com finalidade de educação ambiental, observação da natureza e desenvolvimento socioeconômico.

Desse modo a Secretaria de Estado do Turismo busca articulação institucional junto a gestão ambiental para iniciar trabalhos de prospecção de trilhas e potencialidades, visto que a Unidade de Conservação em questão tem um potencial muito importante para o município de Aracaju e uma função ecológica significativa para o habitat de espécies endêmicas da Mata Atlântica, bem como para a recuperação de espécies da fauna resgatada em todo o estado de Sergipe.

5. ROTEIROS PROPOSTOS PELOS MUNICÍPIOS VISITADOS

Durante as visitas técnicas apresentadas na metodologia na Etapa 2, na mobilização para agendamento das Visitas Técnicas os municípios formam provocados por ofício institucional para propor roteiros possíveis de ecoturismo com as potencialidades locais do município, neste tópico para caráter de registro e conhecimento, segue os roteiros recebidos



Figura 85: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE CANINDÉ NA VT-1



Figura 86: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE CANINDÉ NA VT-1.2



Figura 87: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE CANINDÉ NA VT-1.3



Figura 88: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE CANINDÉ NA VT-1.3



Figura 89: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D`ÀJUDA



Figura 90: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA



Figura 91: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

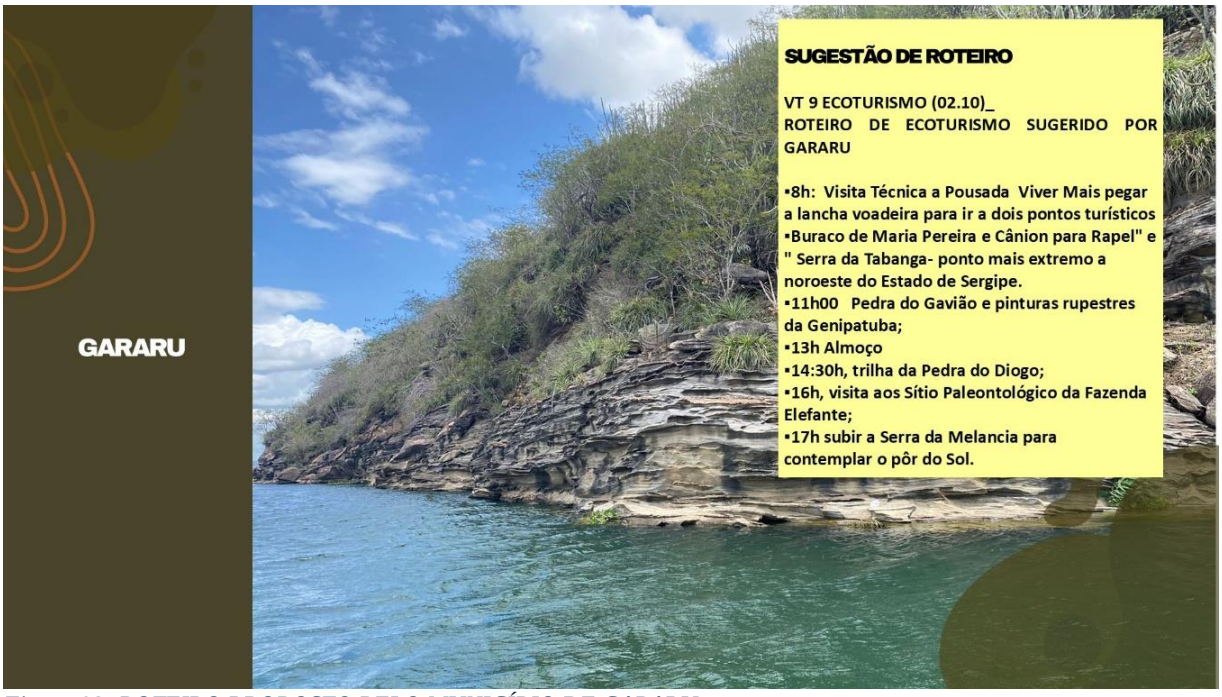


Figura 92: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE GARARU

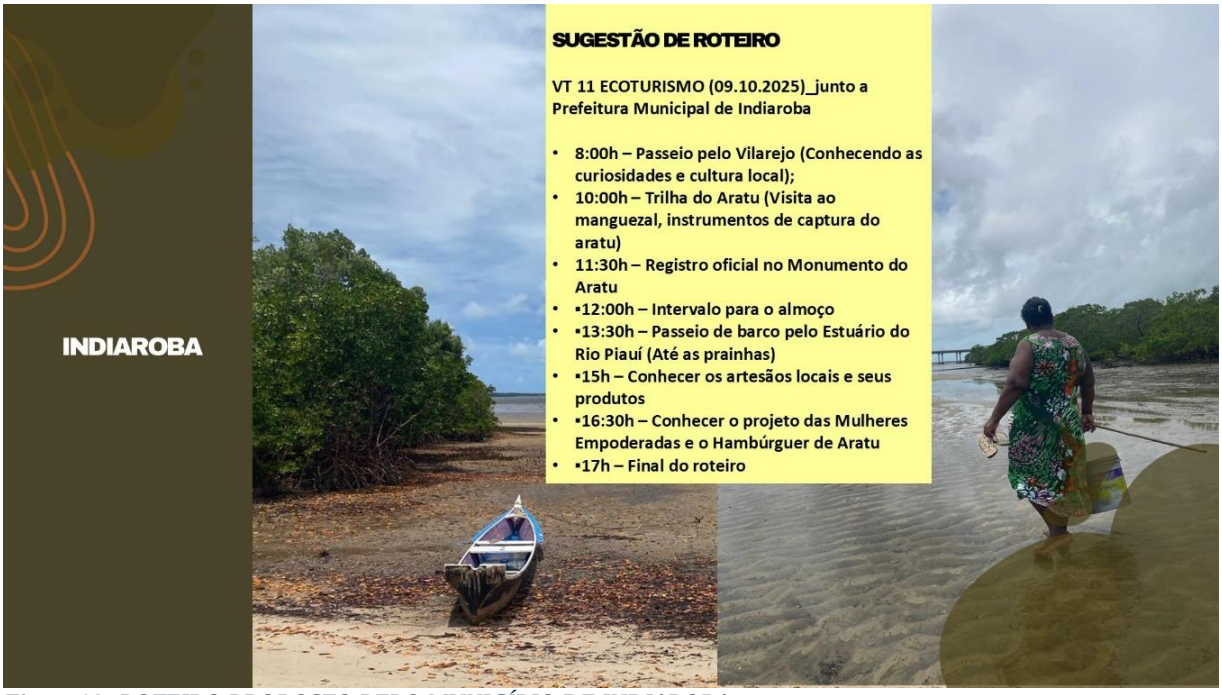


Figura 93: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE INDIAROBA



Figura 94: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE PACATUBA



Figura 95: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE PACATUBA



Figura 96: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE PIRAMBU



Figura 97: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA

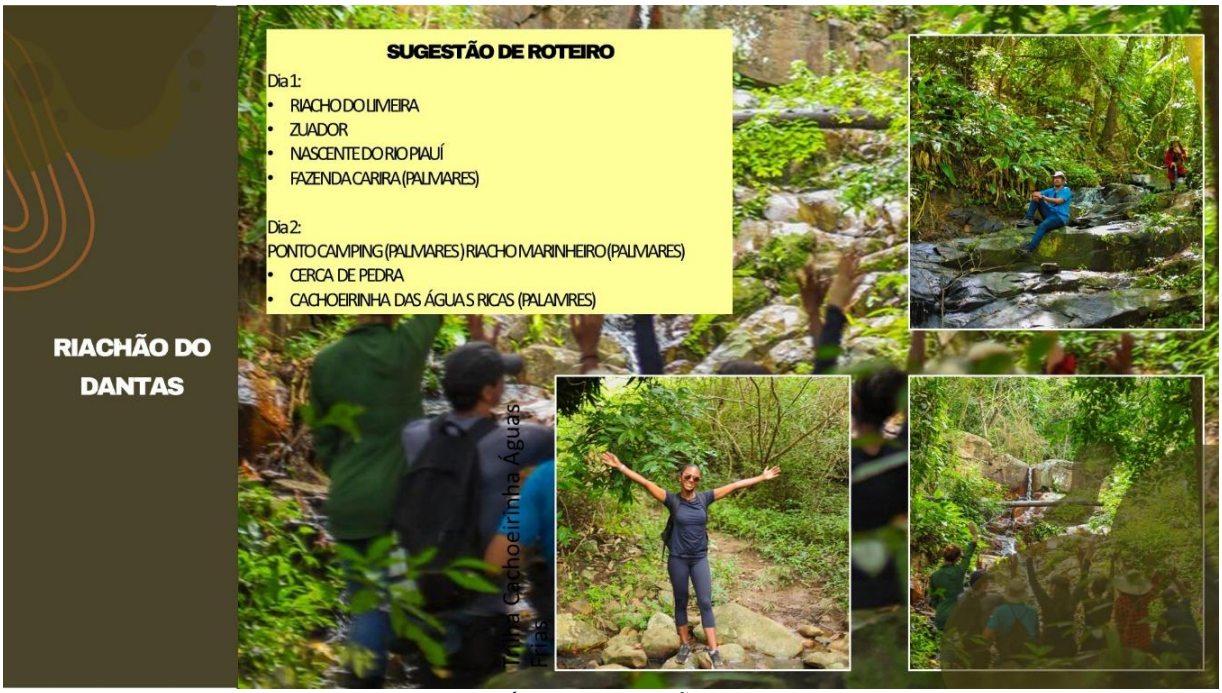


Figura 98: ROTEIRO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO DANTAS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente diagnóstico evidencia que o estado de Sergipe dispõe de um conjunto expressivo e diversificado de potencialidades naturais, culturais e paisagísticas aptas ao desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de natureza. A análise realizada nos diferentes polos turísticos demonstra que, apesar das especificidades territoriais, há elementos comuns que reforçam a necessidade de planejamento integrado, ordenamento do uso público e fortalecimento da governança territorial como premissas fundamentais para a consolidação de um modelo de turismo sustentável.

Os levantamentos de campo e as análises regionais indicam que a maioria dos atrativos naturais apresenta estado de conservação regular, com impactos ambientais visíveis, porém passíveis de mitigação. A ausência ou insuficiência de infraestrutura básica, de sinalização, de controle de acesso e de monitoramento ambiental constitui um dos principais desafios para o uso ordenado desses espaços. Soma-se a isso a carência de instrumentos sistemáticos de gestão da visitação, de definição de capacidade de carga e de programas contínuos de educação ambiental, fatores que, se não enfrentados, tendem a comprometer a integridade ambiental e a qualidade da experiência turística.

Por outro lado, o diagnóstico revela oportunidades estratégicas relevantes, sobretudo no fortalecimento do ecoturismo de base comunitária, na valorização dos saberes locais, das manifestações culturais e na integração entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Experiências já existentes em alguns territórios demonstram que a participação comunitária, aliada à capacitação técnica e ao apoio institucional, é capaz de gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais, promovendo maior apropriação social dos territórios e estimulando práticas de uso sustentável dos recursos naturais.

Todos os municípios visitados indicam roteiros possíveis, assim como indicam uma fragilidade muito grande na articulação e no planejamento de passos para essa estruturação. Sergipe pode ofertar roteiros de Ecoturismo bastante diversificado, que contempla desde áreas de manguezais e experiências com comunidades tradicionais a áreas de grande relevância para a formação geológica, que podem propor experiências significativas para o patrimônio arqueológico, histórico e cultural. No entanto a vulnerabilidade da maioria dessas áreas quanto a capacidade de articulação e captação de recursos apontam dificuldades na conexão de projetos efetivos para contemplar tais possibilidades.

Dois polos se destacam em termos de maiores ofertas de áreas naturais visitadas, o Polo Velho Chico e o Polo das Serras, com uma possibilidade imensa de atrativos e de áreas naturalmente preservadas, embora sofrendo impactos ambientais diversos, são polos que nitidamente poderão ser fomentados para o Ecoturismo, pois apresentam territórios com elementos evidenciados para o turismo de natureza, aventura e outras modalidades correlatas. Todos os dados observados levam a uma evidente necessidade de planejar e estruturar as áreas potenciais. As ações mais significativas para fortalecer esses ambientes na elaboração de Planos de Visitação Turística e Uso Público, Estruturação de Infraestrutura Mínima, Fortalecimento das Políticas de Gestão e Monitoramento.

A abordagem metodológica adotada, fundamentada em consultas públicas, visitas técnicas e georreferenciamento, mostrou-se adequada para garantir a escuta qualificada dos atores locais e a compatibilização do diagnóstico técnico com a realidade dos territórios. Esse processo participativo fortalece a legitimidade das ações propostas e contribui para a construção coletiva de diretrizes que atendam às demandas locais, respeitando as especificidades ambientais, culturais e socioeconômicas de cada polo turístico.

Nesse contexto, a consolidação da Política Estadual de Ecoturismo de Sergipe, materializada por meio da elaboração e posterior aprovação de uma Minuta de Lei específica, representa um avanço institucional significativo. Tal instrumento legal deverá estabelecer princípios, diretrizes e mecanismos de gestão capazes de orientar o planejamento, o ordenamento e a promoção do ecoturismo no estado, assegurando a integração entre os diferentes níveis de governo, o setor privado, as organizações da sociedade civil e as comunidades locais.

Por fim, destaca-se que o êxito das ações propostas depende da continuidade dos processos de planejamento, da alocação de recursos técnicos e financeiros, do fortalecimento das parcerias institucionais - governamentais e não governamentais - e da articulação intermunicipal. O ecoturismo, quando planejado de forma responsável, constitui um vetor estratégico para a conservação ambiental, a valorização do patrimônio natural e cultural e a promoção do desenvolvimento sustentável em Sergipe, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para o fortalecimento da identidade territorial do estado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). *Hidroweb: Sistema de Informações Hidrológicas*. Brasília, DF: ANA, 2024.

ALEXANDRE, Lillian Maria de Mesquita; CORIOLANO, Luzia Neide. Turismo e território: a contribuição das políticas de turismo ao Pólo Velho Chico/SE. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, 1., 2011, Algarve. *Book of Proceedings*. Algarve: ESGHT/University of the Algarve, 2011. p. 319-328.

ANÁLISE REGIONAL. *Socio-economic dynamics and cultural patrimony of the Polo dos Tabuleiros: a comprehensive regional analysis*. [S.l.: s.n.], [s.d.].

A VOZ DO CEGONHEIRO. Sergipe: Instância de Governança – Polo Sertão das Águas promoveu reunião com representantes do turismo. Teresina, 2023.

BRAGA, D. C. *Planejamento turístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. *Ecoturismo: orientações básicas*. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: Casa Civil, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Roteiros do Brasil: módulo operacional 1*. Brasília: MTur, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Roteiro turístico batizado de Rota do Engenho recebe validação em Sergipe*. Brasília: MTur, 2022.

BRASIL MINERAL. VL Mineração assume oficialmente a Mina de Taquari-Vassouras. 2024. Disponível em: https://www.brasilmineral.com.br. Acesso em: 7 jan. 2026.

COSTA, Mariselma Leite; ALEXANDRE, Lillian Maria de Mesquita. Turismo rural no litoral sul sergipano: uma análise no município de Santa Luzia do Itanhy – Sergipe – Brasil. In: ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 9., 2019, Salvador. *Anais*. Salvador: ETBCES, 2019.

FIGUEIREDO, Felipe Torres; SILVA, Elias José da; LENZ, Cristine; SANTANA, Mateus do Nascimento; SANTOS, Andriel Lima; GOMES, Pedro Victor de Oliveira. Serra da Miaba, povoado Curituba e Vale dos Mestres (SE), como evidências geológicas de períodos glaciais e interglaciais do passado sergipano. Estudos Geológicos, Recife, v. 33, n. 2, p. 81–103, 2023. DOI: 10.18190/1980-8208/estudosgeologicos.v33n2p81-103. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosgeologicos. Acesso em: 5 mar. 2026.

G1 SERGIPE. Única mina de potássio em atividade no Brasil localizada em Sergipe é vendida. Aracaju: G1, 3 nov. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/se/sergipe. Acesso em: 7 jan. 2026.

GOVERNO DE SERGIPE. *Cultura e diversidade*. Organização: Maria Lucia de Oliveira Falcón. Salvador: Solisluna Design Editora, 2010.

GOVERNO DE SERGIPE. Cartilha de orientação do mapa do turismo. Aracaju: SETUR, [s.d.].

GOVERNO DE SERGIPE. Governo de Sergipe anuncia transferência da operação da mina de potássio para a VL Mineração. 2024. Disponível em: https://www.se.gov.br. Acesso em: 7 jan. 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). *Plano de manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana*. Brasília: ICMBio, 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). *Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN: consulta pública e cadastro de reservas*. Brasília: ICMBio. Disponível em: https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/SE/. Acesso em: 5 mar. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Modo de fazer renda irlandesa: tendo como referência este ofício em Divina Pastora (SE)*. Brasília: IPHAN, 2014.

JESUS, Manoel Elielson Cordeiro de. *Roteiro das tartarugas: ecoturismo de base comunitária no litoral norte de Sergipe*. 2020. 235 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2020.

LIBERATO, Mônica Maria; VIEIRA, Lício Valério Lima. *Planejamento municipal do turismo: estratégias e práticas*. Aracaju: Editora IFS, 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Plano de ações estratégicas e integradas para o desenvolvimento do turismo sustentável na Bacia do Rio São Francisco*. Brasília: MMA, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Sergipe tem novo mapa turístico. Brasília: Gov.br, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA. *Dados municipais*. Divina Pastora: Prefeitura Municipal. Disponível em: https://divinapastora.se.gov.br/dados-municipais. Acesso em: 5 mar. 2026.

PRODETUR. *Plano de ação para educação e sensibilização ambiental nos polos Velho Chico e Costa dos Coqueirais*. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SANTOS, C. A. J. Educação ambiental e o uso turístico de unidades de conservação: o caso do Parque Nacional Serra de Itabaiana. In: ENCONTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., 2009, São Cristóvão. *Anais*. São Cristóvão: UFS, 2009.

SANTOS, Mary Nadja Lima. *Políticas territoriais do turismo: investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil*. 2009. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SERGIPE). *Programa de qualificação integrada do turismo em Sergipe – Viva Sergipe*. Aracaju: SEPLAN, 2007.

SENOTÍCIAS. Sergipe: saiba mais sobre os oito territórios do Estado. Aracaju, 2015.

SERGIPE. *Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDIT's do Polo Costa dos Coqueirais*. Aracaju: Governo do Estado, 2005.

SERGIPE. *Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDIT's do Polo Velho Chico*. Aracaju: Governo do Estado, 2009.

SERGIPE. *Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do turismo de Sergipe 2009–2014*. Aracaju: SETUR, 2009.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMAC). *SERHidro: portal de monitoramento, análise e gestão dos recursos hídricos do estado de Sergipe*. Aracaju: SEMAC. Disponível em:

https://serhidro.semac.se.gov.br/maps/7e89188fa1a245a89e9d3b9e3342190f/about. Acesso em: 5 mar. 2026.

SERGIPE. *Programa de qualificação profissional e empresarial para os polos de turismo Costa dos Coqueirais e Velho Chico*. Aracaju: SETUR, 2013.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). *Base hidrográfica e estudos de bacias do Brasil*. Brasília: CPRM, 2020.

SILVA, E. J. (org.). *Sergipe sob nossos pés: cavernas e o patrimônio espeleológico*. Aracaju: J. Andrade, 2017.

SILVA, Joab Almeida. *Turismo e organização do espaço no Polo Costa dos Coqueirais*. 2012. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SILVA, Joab; MESQUITA, Lillian. O papel das comunidades tradicionais no fomento do turismo de base comunitária: o caso de Santa Luzia do Itanhy-SE. 2016.

TECHNUM CONSULTORIA. *Polo Costa dos Coqueirais: revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS*. Aracaju: SETUR, 2013.

8. ANEXOS

8.1. OFÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Ofício nº 026/2025
SECTUR - GAB

Canindé de São Francisco/SE, 07 de maio de 2025.

Ao Senhor
Marcos Franco
Secretaria de Estado do Turismo
Governo de Sergipe
Nesta

Assunto: Solicitação de Apoio Técnico para Desenvolvimento de Ações Turísticas em Canindé de São Francisco/SE

Prezado Secretário,

A Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, vem, respeitosamente, solicitar o apoio técnico da equipe da Secretaria de Estado do Turismo, especialmente das servidoras Léa Duarte e Thássia Luzia, para o desenvolvimento conjunto de ações voltadas ao Turismo de Base Comunitária, Afroturismo, Turismo de Experiência, Ecoturismo e estudos para a transformação da área da Cachoeira do Lajedão em Unidade de Conservação.

Essa solicitação está alinhada com as diretrizes do Ministério do Turismo, que reconhece e incentiva o desenvolvimento de práticas turísticas sustentáveis e inclusivas, promovendo a valorização da cultura local, a conservação ambiental e a geração de emprego e renda para as comunidades. No município de Canindé de São Francisco, identificamos grande potencial para o desenvolvimento dessas modalidades, especialmente nas áreas do povoado Curituba, que abriga a comunidade quilombola Rua dos Negros e o Assentamento Adão Pegro, localizado nas proximidades do Vale dos Mestres.

Além disso, a área da Cachoeira do Lajedão apresenta características ambientais e paisagísticas que a tornam um local estratégico para a criação de uma Unidade de Conservação, inicialmente proposta como Parque Municipal. No entanto, com base nos estudos a serem realizados, poderá ser definida a categoria mais adequada de proteção, sempre garantindo que a atividade turística seja planejada de maneira sustentável e contribua para a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico.

Ressaltamos que as servidoras Léa Duarte e Thassia Luzia possuem competências específicas e complementares essenciais para o sucesso dessas ações. Lea Duarte, com vasta experiência em trabalho com comunidades, gastronomia e artesanato, e Thássia Luzia, com sua expertise em estudos e políticas de conservação ambiental e turismo sustentável.

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Diante disso, solicitamos o apoio técnico da SETUR, com o envolvimento da equipe especializada e, em especial, das servidoras mencionadas. Tal apoio será fundamental para que o município possa estruturar e implementar essas iniciativas de maneira técnica e eficiente.

Aguardamos retorno e nos colocamos à disposição para agendamento de reunião técnica para definição dos próximos passos.

Atenciosamente,

Elisangela dos Santos Souza
Secretária Municipal de Turismo
Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco
Contato: (79) 99856-7270 | secturcanindes@gmail.com

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Ofício nº 058/2025
SECTUR - GAB

Canindé de São Francisco/SE, 20 de outubro de 2025.

Ao Senhor
Marcos Franco
Secretaria de Estado do Turismo
Governo de Sergipe
Nesta

Assunto: Solicitação de participação técnica em visita ao Vale dos Mestres

Prezado Secretário,

Senhor Secretário,

A Secretaria Municipal de Turismo de Canindé de São Francisco vem, respeitosamente, solicitar a participação da **técnica Thássia Luzia**, integrante da equipe da Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe, na **visita técnica ao Vale dos Mestres**, a ser realizada no dia **24 de outubro de 2025**, junto à comitiva que estará em campo para fins de **análise de novo roteiro e fortalecimento de produto turístico**.

A referida visita integra uma ação conjunta entre o **SEBRAE Sergipe** e a **Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco**, com o objetivo de avaliar o potencial de diversificação do destino turístico local, por meio do desenvolvimento de um **produto integrado que interligue trilhas e sítios arqueológicos**, promovendo o **ecoturismo e o turismo arqueológico**.

Acreditamos que a presença da técnica Thássia contribuirá de forma significativa para o êxito da atividade, considerando sua experiência e conhecimento técnico no setor.

Certos de contarmos com a costumeira atenção e parceria dessa Secretaria, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Júcia Mara Machado
Júcia Mara Machado
Secretária Interina de Turismo
Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
O DESENVOLVIMENTO CHEGOU
Praça Ananias Fernandes dos Santos, s/n - Centro, Telefax: (79) 3346-9507 –
E-mail: secturcanindé@gmail.com
CNPJ Nº 13.120.225/0001-23. CEP 49.820-000 - Canindé de São Francisco – Sergipe



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Página: 1 de 1

Ofício Circular nº 523/2025-SETUR

Aracaju, 4 de novembro de 2025.

Senhora Secretaria
Jucia Mara Machado
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Assunto:
OFICIALIZAÇÃO DA VISITAS TÉCNICA DO PROJETO DE ECOTURISMO DE SERGIPE NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO

Prezada senhora Secretaria,

Em consonância com a primeira etapa do Projeto Ecoturístico, que prever as visitas técnicas para mapeamento das potencialidades territoriais para atividades de ecoturismo, encaminhamos **esse ofício para validação da data referente a Visita Técnica 1.2, que será realizada no município de Canindé de São Francisco, previsto para dia 11 e 12 dezembro de 2025.**

Solicitamos ao senhora um prévio planejamento das áreas indicadas como potenciais para atividades de ecoturismo e contemplação da natureza no território de Canindé de São Francisco, que sejam distribuídas nos dias planejados, sugerimos o seguinte texto:

PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT 2 ECOTURISMO (11 /12 e 12/12)

• 8h00 as 12h00: Análise da Trilha (nome sugerido)

• 12h00 (almoço em local integrado as comunidades locais ou ao turismo local)

• 14h00 as 17h00: Visita a comunidades locais, artesãos e outros que julguem pertinente.

Dessa forma, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos a disposição para alinharmos os próximos passos.

Atenciosamente,

Avenida Murilo Dantas, 881 Galeria Farol Center. Farolândia, Aracaju | SE CEP 49032-490
e-DOC+ – Documento Virtual válido conforme Decreto nº 40.394/2019

Documento assinado utilizando login/senha do sistema (DOCFLOW) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo, Utilize o código: 9RBG-4RSD-G0MY-WBWK

Página 1 de 1

Protocolo de Assinatura(s)

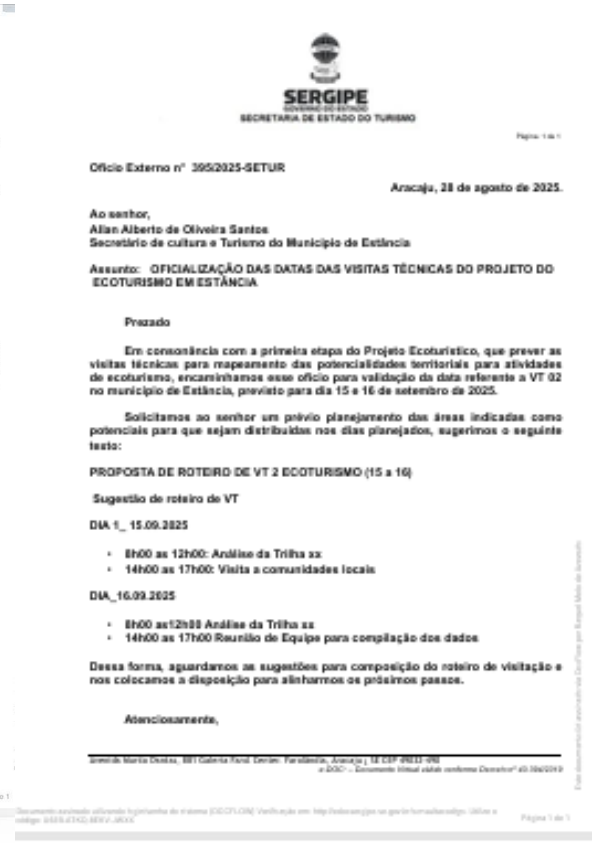
O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: 9RBG-4R3D-G0MY-WBWK

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/11/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ○ Pendente

● Raquel Melo de Azevedo ***28098*** COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E DE ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - SETUR Secretaria de Estado do Turismo 04/11/2025 09:40:20 (Docflow)



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Página: 1 de 1

Ofício Externo nº 395/2025-SETUR

Aracaju, 28 de agosto de 2025.

Ao senhor,
Allan Alberto de Oliveira Santos
Secretário de cultura e Turismo do Município de Estância

Assunto: OFICIALIZAÇÃO DAS DATAS DAS VISITAS TÉCNICAS DO PROJETO DO ECOTURISMO EM ESTÂNCIA

Prezado

Em consonância com a primeira etapa do Projeto Ecoturístico, que prever as visitas técnicas para mapeamento das potencialidades territoriais para atividades de ecoturismo, encaminhamos esse ofício para validação da data referente a VT 02 no município de Estância, previsto para dia 15 e 16 de setembro de 2025.

Solicitamos ao senhor um prévio planejamento das áreas indicadas como potenciais para que sejam distribuídas nos dias planejados, sugerimos o seguinte texto:

PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT 2 ECOTURISMO (15 a 16)

Sugestão de roteiro de VT

DIA 1_ 15.09.2025

- **8h00 as 12h00: Análise da Trilha xx**
- **14h00 as 17h00: Visita a comunidades locais**

DIA_16.09.2025

- **8h00 as12h00 Análise da Trilha xx**
- **14h00 as 17h00 Reunião de Equipe para compilação dos dados**

Dessa forma, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos a disposição para alinharmos os próximos passos.

Atenciosamente,

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: U65B-ATKQ-8EKV-JWXX

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/08/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ○ Pendente

● Raquel Melo de Azevedo***28098***COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E DE ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - SETUR/Secretaria de Estado do Turismo 28/08/2025 09:01:33 (Docflow)

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Ofício Circular nº 439/2025-SETUR

Aracaju, 19 de setembro de 2025.

A excelentíssima senhora
Gilzete Dioniza de Matos
Prefeita de Gararu

Assunto:
OFICIALIZAÇÃO DA VISITAS TÉCNICA DO PROJETO DE ECOTURISMO DE SERGIPE NO MUNICÍPIO DE GARARU

Prezada senhora prefeita,

Em consonância com a primeira etapa do Projeto Ecoturístico, que prever as visitas técnicas para mapeamento das potencialidades territoriais para atividades de ecoturismo, encaminhamos esse ofício para validação da data referente a Visita Técnica 08, que será realizada no município de Grararu, previsto para dia 02 de outubro de 2025.

Solicitamos ao senhora um prévio planejamento das áreas indicadas como potenciais para atividades de ecoturismo e contemplação da natureza no território de Gararu, que sejam distribuídas nos dias planejados, sugerimos o seguinte texto:

PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT 2 ECOTURISMO (02/10)

- 8h00 as 12h00: Análise da Trilha (nome sugerido)
- 12h00 (almoço em local integrado as comunidades locais ou ao turismo local)
- 14h00 as 17h00: Visita a comunidades locais, artesãos e outros que julguem pertinente.

Dessa forma, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos a disposição para alinhamos os próximos passos.

Este documento foi assinado via DocFlow por Raquel Melo de Azevedo
ocumento assinado utilizando login/senha do sistema (DOCFLOW) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o
ódigo: F83J-VKZ8-TPUY-NWS7



SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Ofício nº 455/2025-SETUR

Aracaju, 24 de setembro de 2025.

Ao Excelentíssimo
Senhor **MARCOS HENRIQUE RAMOS DE LIMA**
Prefeito de Indiaroba

Assunto: OFICIALIZAÇÃO DA VISITAS TÉCNICA DO PROJETO DE ECOTURISMO DE SERGIPE NO MUNICÍPIO DE INDIAROBA- PONTAL

Exmo. Sr. Prefeito,

Em consonância com a primeira etapa do Projeto Ecoturístico, que prever as visitas técnicas para mapeamento das potencialidades territoriais para atividades de ecoturismo, encaminhamos esse ofício para **validação da data referente a Visita Técnica 10, que será realizada no município de Indiaroba- Pontal , previsto para dia 09 de outubro de 2025.**

Solicitamos do órgão competente um prévio planejamento das áreas indicadas como potenciais para atividades de ecoturismo e contemplação da natureza no território de Indiaroba- Pontal, que sejam distribuídas nos dias planejados, sugerimos o seguinte texto:

PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT 2 ECOTURISMO (09/10):

• 8h00 as 12h00: Análise da Trilha (nome sugerido)

• 12h00 (almoço em local integrado as comunidades locais ou ao turismo local)

• 14h00 as 17h00: Visita a comunidades locais, artesãos e outros que julguem pertinente.

Dessa forma, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos a disposição para alinhamnos os próximos passos.

Atenciosamente,



SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Ofício Externo nº 348/2025-SETUR

Aracaju, 1 de agosto de 2025.

Ao senhor
Ivan Luciano Araújo
Secretaria de Cultura e Turismo

Assunto: OFICIALIZAÇÃO DAS DATAS DAS VISITAS TÉCNICAS DO PROJETO DO ECOTURISMO EM ITAPORANGA D'AJUDA

Prezado

Em consonância com a primeira etapa do Projeto Ecoturístico, que prever as visitas técnicas para mapeamento das potencialidades territoriais para atividades de ecoturismo, encaminhamos esse ofício para validação da data referente a VT 02 no município de Itaporanga d'Ajuda, previsto para dia 08 de setembro de 2025.

Solicitamos ao senhor um prévio planejamento das áreas indicadas como potenciais para que sejam distribuídas nos dias planejados, sugerimos o seguinte texto:

PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT 2 ECOTURISMO (08/07)

Sugestão de roteiro de VT
DIA 1_ 08.07.2025 às:
8h00 as 12h00: Análise da Trilha xx
14h00 as 17h00: Visita a comunidades locais

Dessa forma, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos a disposição para alinhamnos os próximos passos.

Atenciosamente,



Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/conselho/acodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: PXIN-XJCN-X7UP-PQET

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/09/2025 é(são) :

Legenda: ✦ Aprovado ✦ Indeterminado ○ Pendente

✦ Raquel Melo de Azevedo&""""28284""""ACCORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E DE ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - SETUR/Secretaria de Estado do Turismo &24/09/2025 11:45:04&(Dadfiow)&



Protocolo de Assinatura(s)

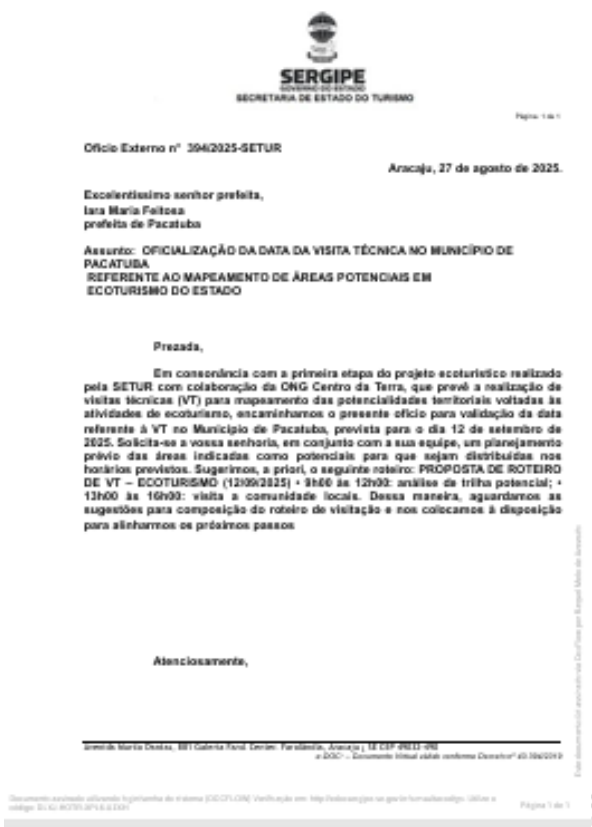
O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/conselho/acodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: E54Q-EHOT-SS8P-QKDM

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/08/2025 é(são) :

Legenda: ✦ Aprovado ✦ Indeterminado ○ Pendente

✦ Raquel Melo de Azevedo&""""28284""""ACCORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E DE ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - SETUR/Secretaria de Estado do Turismo &01/08/2025 17:30:31&(Dadfiow)&



SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Ofício Externo nº 394/2025-SETUR

Aracaju, 27 de agosto de 2025.

Excelentíssimo senhor prefeito,
Iara Maria Feitosa
prefeita de Pacatuba

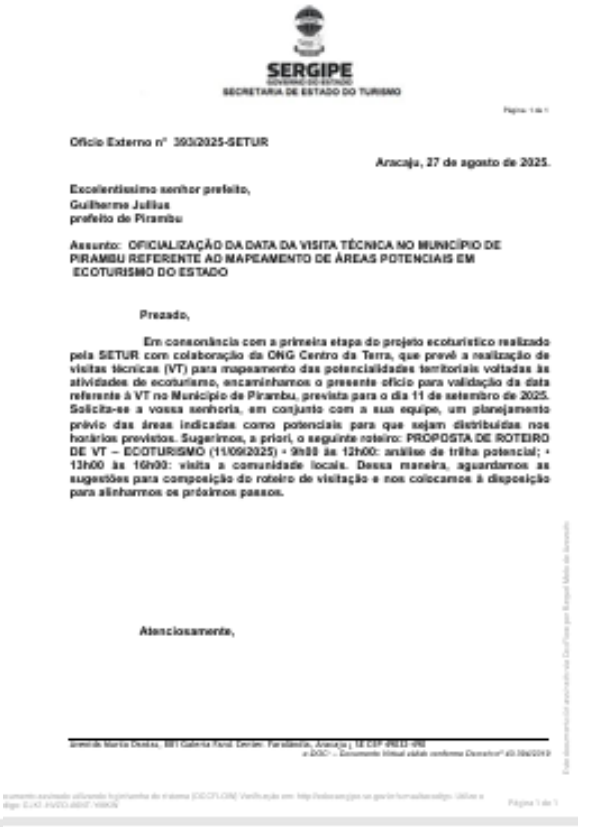
Assunto: OFICIALIZAÇÃO DA DATA DA VISITA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE PACATUBA
REFERENTE AO MAPEAMENTO DE ÁREAS POTENCIAIS EM ECOTURISMO DO ESTADO

Prezada,

Em consonância com a primeira etapa do projeto ecoturístico realizado pela SETUR com colaboração da ONG Centro da Terra, que prevê a realização de visitas técnicas (VT) para mapeamento das potencialidades territoriais voltadas às atividades de ecoturismo, encaminhamos o presente ofício para validação da data referente à VT no Município de Pacatuba, prevista para o dia 12 de setembro de 2025. Solicita-se a vossa senhoria, em conjunto com a sua equipe, um planejamento prévio das áreas indicadas como potenciais para que sejam distribuídas nos horários previstos. Sugerimos, a priori, o seguinte roteiro: PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT – ECOTURISMO (12/09/2025) • 9h00 às 12h00: análise de trilha potencial; • 13h00 às 16h00: visita a comunidade locais. Dessa maneira, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos à disposição para alinharmos os próximos passos.

Atenciosamente,

Jeneide Maria Destro, 881 Gabinete Rural. Emitido: Parapanema, Aracaju | 18 CEP 49033-090
e-DOC - Documento Virtual válido conforme Decreto nº 43.304/2019



SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Ofício Externo nº 393/2025-SETUR

Aracaju, 27 de agosto de 2025.

Excelentíssimo senhor prefeito,
Guilherme Julius
prefeito de Pirambu

Assunto: OFICIALIZAÇÃO DA DATA DA VISITA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE PIRAMBU REFERENTE AO MAPEAMENTO DE ÁREAS POTENCIAIS EM ECOTURISMO DO ESTADO

Prezado,

Em consonância com a primeira etapa do projeto ecoturístico realizado pela SETUR com colaboração da ONG Centro da Terra, que prevê a realização de visitas técnicas (VT) para mapeamento das potencialidades territoriais voltadas às atividades de ecoturismo, encaminhamos o presente ofício para validação da data referente à VT no Município de Pirambu, prevista para o dia 11 de setembro de 2025. Solicita-se a vossa senhoria, em conjunto com a sua equipe, um planejamento prévio das áreas indicadas como potenciais para que sejam distribuídas nos horários previstos. Sugerimos, a priori, o seguinte roteiro: PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT – ECOTURISMO (11/09/2025) • 9h00 às 12h00: análise de trilha potencial; • 13h00 às 16h00: visita a comunidade locais. Dessa maneira, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos à disposição para alinharmos os próximos passos.

Atenciosamente,

Jeneide Maria Destro, 881 Gabinete Rural. Emitido: Parapanema, Aracaju | 18 CEP 49033-090
e-DOC - Documento Virtual válido conforme Decreto nº 43.304/2019



Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consulta/codigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: DLXJ-HOTR-XPL6-UZXH

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/08/2025 é(são) :

Legenda: ✦ Aprovada ✦ Indeterminada ○ Pendente

✦ Raquel Melo de Azevedo***.202.***-** (COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E DE ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - SETUR/Secretaria de Estado do Turismo) em 27/08/2025 13:46:30 (Outros)



Protocolo de Assinatura(s)

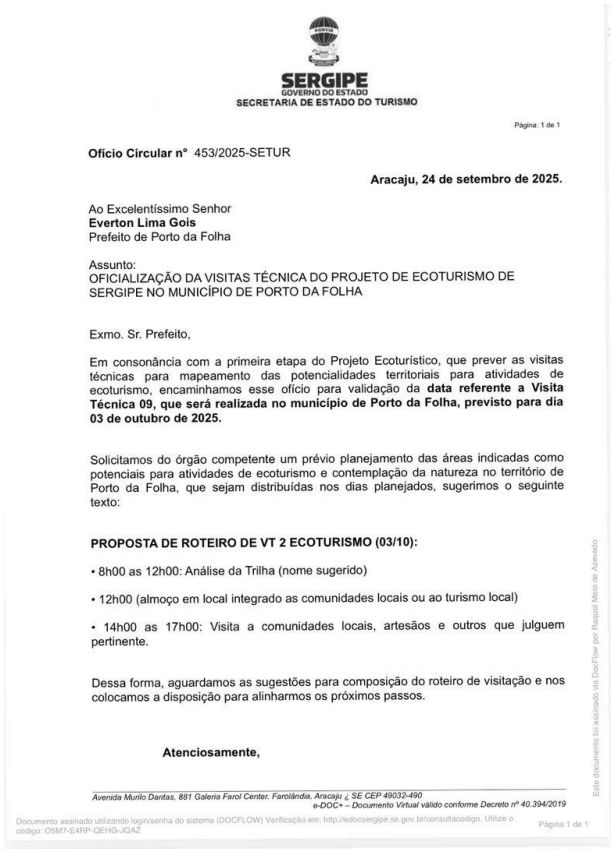
O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consulta/codigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: GJK1-HVZO-A6NT-YMKW

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/08/2025 é(são) :

Legenda: ✦ Aprovada ✦ Indeterminada ○ Pendente

✦ Raquel Melo de Azevedo***.202.***-** (COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E DE ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - SETUR/Secretaria de Estado do Turismo) em 27/08/2025 13:38:48 (Outros)



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Página: 1 de 1

Ofício Circular nº 453/2025-SETUR

Aracaju, 24 de setembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Everton Lima Gois
Prefeito de Porto da Folha

Assunto:
OFICIALIZAÇÃO DA VISITAS TÉCNICA DO PROJETO DE ECOTURISMO DE SERGIPE NO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA

Exmo. Sr. Prefeito,

Em consonância com a primeira etapa do Projeto Ecoturístico, que prever as visitas técnicas para mapeamento das potencialidades territoriais para atividades de ecoturismo, encaminhamos esse ofício para validação da **data referente a Visita Técnica 09, que será realizada no município de Porto da Folha, previsto para dia 03 de outubro de 2025.**

Solicitamos do órgão competente um prévio planejamento das áreas indicadas como potenciais para atividades de ecoturismo e contemplação da natureza no território de Porto da Folha, que sejam distribuídas nos dias planejados, sugerimos o seguinte texto:

PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT 2 ECOTURISMO (03/10):

• 8h00 as 12h00: Análise da Trilha (nome sugerido)

• 12h00 (almoço em local integrado as comunidades locais ou ao turismo local)

• 14h00 as 17h00: Visita a comunidades locais, artesãos e outros que julguem pertinente.

Dessa forma, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos a disposição para alinharmos os próximos passos.

Atenciosamente,

Avenida Murilo Dantas, 881 Galeria Farol Center. Farolândia, Aracaju ¿ SE CEP 49032-490
e-DOC+ – Documento Virtual válido conforme Decreto nº 40.394/2019

Documento assinado utilizando login/senha do sistema (DOCFLOW) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: O5M7-E4RP-QEHG-JQAZ

Página 1 de 1

Este documento foi assinado via DocFlow por Raquel Melo de Azevedo



SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Ofício Circular nº 453/2025-SETUR

Aracaju, 24 de setembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Everton Lima Gois
Prefeito de Porto da Folha

Assunto:
OFICIALIZAÇÃO DA VISITAS TÉCNICA DO PROJETO DE ECOTURISMO DE SERGIPE NO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA

Exmo. Sr. Prefeito,

Em consonância com a primeira etapa do Projeto Ecoturístico, que prever as visitas técnicas para mapeamento das potencialidades territoriais para atividades de ecoturismo, encaminhamos esse ofício para validação da **data referente a Visita Técnica 09, que será realizada no município de Porto da Folha, previsto para dia 03 de outubro de 2025.**

Solicitamos do órgão competente um prévio planejamento das áreas indicadas como potenciais para atividades de ecoturismo e contemplação da natureza no território de Porto da Folha, que sejam distribuídas nos dias planejados, sugerimos o seguinte texto:

PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT 2 ECOTURISMO (03/10):

• 8h00 as 12h00: Análise da Trilha (nome sugerido)

• 12h00 (almoço em local integrado as comunidades locais ou ao turismo local)

• 14h00 as 17h00: Visita a comunidades locais, artesãos e outros que julguem pertinente.

Dessa forma, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos a disposição para alinharmos os próximos passos.

Atenciosamente,



Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: O5M7-E4RP-QEHG-JQAZ



Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: O5M7-E4RP-QEHG-JQAZ

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/09/2025 é(são) :

Legenda: ✔ Aprovado ⚙ Indeterminado ○ Pendente

* Raquel Melo de Azevedo***.280**-***ACOORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E DE ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - SETUR/ASSINATURA do Estado do Turismo A24/09/2025 09:46:37(GMT-03:00)

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Página: 1 de 1

Ofício Externo nº 456/2025-SETUR

Aracaju, 24 de setembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Adauto Dantas do Amor Cardoso
Prefeito de Porto da Folha

Assunto: OFICIALIZAÇÃO DA VISITAS TÉCNICA DO PROJETO DE ECOTURISMO DE SERGIPE NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA- CRASTO

Exmo. Sr. Prefeito,

Em consonância com a primeira etapa do Projeto Ecoturístico, que prever as visitas técnicas para mapeamento das potencialidades territoriais para atividades de ecoturismo, encaminhamos esse ofício **para validação da data referente a Visita Técnica 11, que será realizada no município de Santa Luzia- Crasto , previsto para dia 10 de outubro de 2025.**

Solicitamos do órgão competente um prévio planejamento das áreas indicadas como potenciais para atividades de ecoturismo e contemplação da natureza no território de Santa Luzia- Crasto, que sejam distribuídas nos dias planejados, sugerimos o seguinte texto:

PROPOSTA DE ROTEIRO DE VT 11 ECOTURISMO (10/10):

• 8h00 as 12h00: Análise da Trilha (nome sugerido)

• 12h00 (almoço em local integrado as comunidades locais ou ao turismo local)

• 14h00 as 17h00: Visita a comunidades locais, artesãos e outros que julguem pertinente.

Dessa forma, aguardamos as sugestões para composição do roteiro de visitação e nos colocamos a disposição para alinharmos os próximos passos.

Atenciosamente,

Av. Murilo Dantas, 881 - Farolândia, Aracaju - SE, 49032-490 - Arena Batistão
e-DOC' – Documento Virtual válido conforme Decreto nº 40.394/2019

Documento assinado utilizando login/senha do sistema (DOCFLOW) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: LLDM-R6LL-G94O-UXOJ

Página 1 de 1

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: LLDM-R6LL-G94O-UXOJ

8.2. FORMULÁRIOS DE CAMPO (AMBIENTAL E TURÍSTICO)

I- FICHA DE PROSPECÇÃO TURÍSTICA

Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe
Coordenadoria de Qualificação e Estruturação dos Destinos e Produtos Turísticos - COOTUR

FICHA DE PROSPECÇÃO TURISTICA			
Município:		**Data da coleta:**	____/____/____
Área principal de interesse:			
Dispositivo utilizado:	( ) GPS Manual ( ) *Smartphone* ( ) Tablet ( ) outro:		

1. Tipo de potencial turístico predominante observado

- ( ) Natural (rios, trilhas, montanhas, matas)
- ( ) Cultural (festividades, comunidades tradicionais, artesanato)
- ( ) Histórico (igrejas, ruínas, sítios arqueológicos)
- ( ) Misto (natural e cultural)

2. A localização do atrativo é:	**3. O local possui infraestrutura de apoio**
• ( ) Área urbana • ( ) Zona rural • ( ) Unidade de Conservação • ( ) Território indígena ou quilombola • ( ) Outro: _____	• ( ) Sim • ( ) Parcialmente • ( ) Não há estrutura definida • ( ) Outro: _____
4. O acesso ao local é:	**5. Como você avalia a conservação ambiental do local?**
• ( ) Fácil, com sinalização e transporte acessível • ( ) Moderado, com trechos de dificuldade • ( ) Difícil, sem sinalização ou via precária • ( ) Acesso restrito (somente com autorização/guia)	• ( ) Excelente – área preservada com controle de impacto • ( ) Boa – sinais de uso sustentável • ( ) Regular – impactos visíveis, mas controláveis • ( ) Ruim – degradação evidente e falta de gestão
6. Foram identificados problemas ambientais?	**7. Há controle de carga turística no atrativo?**
• ( ) Lixo em trilhas/córregos • ( ) Erosão do solo/trilhas • ( ) Presença de visitantes em áreas de proteção • ( ) Poluição sonora ou visual • ( ) Nenhum problema observado	• ( ) Sim • ( ) Não • ( ) Não soube identificar • ( ) Não é necessário
8. O espaço apresenta estrutura para atividades de ecoturismo?	**9. Qual(is) atividade(s) foram realizadas durante a visita?**
• ( ) Sim (trilhas, guias ambientais, mirantes, segurança) • ( ) Parcialmente • ( ) Não há estrutura definida • ( ) Apenas para visita contemplativa	• ( ) Trilha interpretativa • ( ) Observação da fauna/flora • ( ) Banho em rios/cachoeiras • ( ) Visita a comunidade local • ( ) Oficinas ou palestras ambientais • ( ) Outra: _____
10. A comunidade local está envolvida no turismo?	**11. Há monitoramento ambiental ou turístico no espaço visitado?**
• ( ) Sim, diretamente (guias, artesãos, alimentação, hospedagem) • ( ) Indiretamente (apoio e manutenção)	• ( ) Sim, por órgãos ambientais ou instituições • ( ) Não, mas seria necessário implementar • ( ) Não há necessidade

• ( ) Não há envolvimento claro • ( ) Comunidade não identificada no local	• ( ) Não foi possível identificar
12. O local pode ser exemplo de turismo sustentável?	**11. Houve orientação aos visitantes quanto à preservação ambiental?**
• ( ) Sim, segue princípios de baixo impacto e valorização local • ( ) Parcialmente, ainda há desafios • ( ) Não, há riscos de degradação ou exploração desordenada • ( ) Não sei avaliar	• ( ) Sim, antes e durante a visita • ( ) Apenas na entrada • ( ) Nenhuma orientação foi dada • ( ) Não observamos esse aspecto
12. Sugestões para melhorias no turismo local e conservação ambiental:	
13.Registro visual	
( ) Foto geral do local ( ) Foto de detalhes (vegetação, solo, fauna, etc.) ( ) Vídeo (drone ou celular) Nome do arquivo: _____	
14. Observações finais	

II - Ficha de prospecção ambiental



Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe
Coordenadoria de Qualificação e Estruturação dos Destinos e Produtos Turísticos - COOTUR

FICHA DE PROSPECÇÃO AMBIENTAL			
Município:		**Data da coleta:**	____/____/____
Área principal de interesse:			
Dispositivo utilizado:	( ) GPS Manual ( ) *Smartphone* ( ) Tablet ( ) outro:		

1. Identificação do Ponto

Nome do ponto: _____ Hora da coleta: _____

Coordenadas:

Latitude: _____ Longitude: _____ Altitude (m): _____

Tipo de acesso: ( ) A pé ( ) Veículo ( ) Barco ( ) Outro: _____

Ponto registrado no drone/foto aérea? ( ) Sim ( ) Não → Nome do arquivo: _____

2. Caracterização ambiental do ponto

Marque e descreva os aspectos observados:

Elemento Natural Observado e descrição (nome, estado, função ecológica)

- Vegetação nativa densa ( ) Sim ( ) Não _____
- Vegetação secundária (capoeira) ( ) Sim ( ) Não _____
- Curso d'água/ riacho ( ) Sim ( ) Não _____
- Nascente ( ) Sim ( ) Não _____
- Cachoeira/ corredeira ( ) Sim ( ) Não _____
- Formação rochosa significativa ( ) Sim ( ) Não _____
- Fauna observada (direta/indícios) ( ) Sim ( ) Não _____
- Solo exposto/ erosão ( ) Sim ( ) Não _____

3. Pressões antrópicas ou impactos ambientais

Tipo de Pressão observada e detalhes (local, intensidade, extensão)

- Desmatamento ( ) Sim ( ) Não _____
- Queimadas ( ) Sim ( ) Não _____
- Presença de gado ( ) Sim ( ) Não _____
- Resíduos sólidos ( ) Sim ( ) Não _____
- Construções irregulares ( ) Sim ( ) Não _____
- Trânsito de veículos ( ) Sim ( ) Não _____

4. Potencial para conservação e educação ambiental	**5. Avaliação da acessibilidade e logística**
( ) Área bem preservada ( ) Valor paisagístico/cênico ( ) Corredor ecológico natural ( ) Conectividade com vegetação nativa ( ) Potencial para trilhas interpretativas ( ) Atrativo turístico sustentável	Condição da trilha ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim Sinalização existente ( ) Sim ( ) Não Proximidade de estrada ou acesso ( ) Sim ( ) Não Distância da sede mais próxima (estimativa) _____ km Risco de difícil acesso em época de chuva ( ) Sim ( ) Não

6. Registro visual

( ) Foto geral do local ( ) Foto de detalhes (vegetação, solo, fauna, etc.) ( ) Vídeo (drone ou celular) Nome do arquivo: _____

7. Observações finais



THASSIA LUIZA SANTANA COSTA
ENGENHEIRA AMBIENTAL / CONSULTORA AMBIENTAL DA SETUR